



QUESTÃO SOCIAL E PAUPERISMO APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Jessika Naftali de Andrade da Silva, naftalijessika@gmail.com

Jordhana da Silva Lima, natashaoliveira2205@gmail.com

Teone Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Eixo Temático: SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

RESUMO:

O propósito deste trabalho é realizar uma aproximação teórica acerca das categorias “Questão Social” e “Pauperismo”. Categorias fundamentais no campo de investigação do Serviço Social. Desse modo, intenta-se compreender em que termos deve ser analisada a Questão Social frente ao que hoje se apresenta em relação a pobreza. Inicialmente tratada como pauperismo, a Questão Social emerge da dinâmica da sociedade capitalista diante da onda industrializante iniciada na Inglaterra, e que, de certo modo, fez emergir o pauperismo de forma absoluta no interior da classe trabalhadora. Naquele período histórico, tratava-se de um fenômeno novo, em que, contraditoriamente, a medida em que, se desenvolvia as bases industriais abundantes, ao mesmo tempo acirrava a pauperização massiva da classe trabalhadora. Neste sentido, a questão social acompanha a formação da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Questão Social, Pauperismo, Sociedade Capitalista.

INTRODUÇÃO

A categoria “questão social” se estabelece como fenômeno indissociável das relações de produção e reprodução do capital. Trata-se, pois, da parte constitutiva das relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista, onde as múltiplas expressões da Questão Social são resultado do desenvolvimento das forças produtivas. Se constitui, do emergir da problemática que se desenvolve na história da Europa Ocidental que experimentava a primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII (NETTO, 2011).

Inicialmente tratada sob o termo de pauperismo, esse novo fenômeno se torna absoluto, no sentido, de que, se considerarmos as condições da classe trabalhadora,



na época da industrialização inglesa, percebe-se que os trabalhadores mal conseguiam dar conta de sua sobrevivência, de sua existência biológica de 24 horas, ou seja, tal pauperização tinha uma dimensão sob efeito de forma absoluta. Portanto, a miséria não nasce da concentração do capital que se configura como monopólio, mas a configuração da miséria junto às classes trabalhadoras acompanham a formação da própria sociedade capitalista.

Diante da pobreza crescente, no interior da história se tem uma sociedade com abundância, que produz, e, em contrapartida, produz também a miséria. O pauperismo decorre da própria estrutura interna da sociedade capitalista em suas várias fases, onde, o capital desenvolve forças produtivas cada vez mais avançadas, que favorecem apenas o próprio capital. Com o propósito de realizar aproximações teóricas acerca da Questão Social e Pauperismo, o ponto de partida para a aproximação teórica é a revisão de literatura.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a construção deste trabalho, realizou-se revisão de literatura que viabilizou a pesquisa bibliográfica em textos clássicos da teoria social crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisar a “questão social”, exige que tomemos como ponto de partida a expansão do desenvolvimento capitalista, como retrata Engels,

Entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, o brutal pauperismo das camadas trabalhadoras urbanas, derivado diretamente da produção capitalista, impactou a consciência social européia e deu origem a uma larga e copiosa documentação. Intelectuais dos mais diversos matizes – reacionários e conservadores, liberais e democratas, reformadores e revolucionários - ocuparam-se do que então era designado por todos como ‘questão social’ (ENGELS, 2008, p. 30).

É a partir do capitalismo industrial, na Inglaterra, que emerge a “questão social”, caracterizada como “pauperismo”. Desenvolvimento essencialmente



contraditório uma vez que, enquanto de um lado amplia-se o plano da riqueza material, de outro, se aprofunda a miséria social. A produção em abundância, viabilizada pelo contínuo desenvolvimento das forças produtivas, caminha no sentido inverso ao da fruição da vida, como aponta Marx no Manifesto Comunista. Ao contrário do que ocorria em outras formações sociais, na sociedade capitalista a miséria social não decorre da impossibilidade de produção de modo a suprir as necessidades da classe trabalhadora (NETTO, 2011).

Tanto é que o pauperismo se expandiu cada vez mais independente do estágio de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas. Inerente à sociedade capitalista, “pauperismo” e “questão social” é campo fértil de investigação do Serviço social, e se coloca presente na ordem do dia, quando se constitui no objeto de intervenção profissional de assistentes sociais. A este respeito, destaca Netto,

Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão ‘questão social’ tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político (NETTO, 2011, p. 152).

Emerge também neste contexto, análises a respeito da “Questão Social”, neste caso, o que chama a atenção, são aquelas reflexões de cunho social-democrata, além daquelas análises mais críticas, isto é, aquelas tidas como de cunho marxista. Evidentes são as limitações contidas nas análises de autores social-democratas, no que diz respeito à compreensão que fornecem com relação à questão social. É clara a compreensão que manifestam a respeito de uma suposta possibilidade de promover a diminuição e, até mesmo, a erradicação da pobreza, por exemplo. Neste sentido, refletir sobre tais proposições contribui para que tenhamos clareza sobre as possibilidades de superação deste que tem sido considerado o maior dos seus problemas.



CONCLUSÕES

Diante disso, a compreensão marxista acerca do fenômeno “Questão Social” e Pauperismo, entende que o capital é um sistema incontrolável e que a pobreza é inerente ao sistema, não sendo possível, portanto, a sua redução progressiva ou sua erradicação. Desse modo, os processos de diminuição da pobreza são conjunturais.

Portanto, o Serviço Social é inserido nesta dinâmica que se apresenta contraditória, mas que tem como propósito intervir diretamente nas mazelas da Questão Social. Assim, analisar a produção e reprodução do capital descolado da apreensão estrutural, serve apenas para a manutenção da ordem social.

REFERÊNCIAS

- ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, Karl. FRIEDRICH, Engels. **O Manifesto Comunista**. Trad. Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. São Paulo, Cortez, 2011.



AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL, TRABALHADOR DO SUAS, DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 NA MICRORREGIÃO DE PARANAVAÍ

Yasmin Ciprandi Pego, yasminsocial@gmail.com;

Iniciação Científica - PIBIC/Fundação Araucária

Orientadora profa. Thaís Gaspar Mendes da Silva, thais.silva@unespar.edu.br;

Unespar *campus* Paranavaí

Eixo Temático: Serviço Social e Questão Social

RESUMO:

O presente texto tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca das condições de trabalho do assistente social no contexto da pandemia do covid-19 na microrregião de Paranavaí. A discussão apresentada é parte dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica 2021/2022, que teve por objetivo analisar o panorama das condições de trabalho do assistente social, da política de assistência social, da região de Paranavaí/PR no contexto da pandemia de Covid-19, que foi realizada por meio de revisão bibliográfica, pesquisa de campo e documental. A revisão bibliográfica constitui no levantamento, fichamento e leitura de textos com vistas a compreender a dinâmica imposta pelo sistema capitalista agravada pela conjuntura pandêmica e a sua repercussão na política de assistência social e no trabalho dos assistentes sociais. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário *online* - enviado aos sujeitos da pesquisa -, e pesquisa documental na base de dados do Censo SUAS 2020. Por fim, foi realizada a organização e análise dos dados que permitiu visualizar a precariedade dos contratos de trabalho, do modelo *home-office*, o aumento das horas trabalhadas e dos recursos despendidos para exercer as atividades profissionais nesse período, entre outras formas de precarização do trabalho.

Palavras-chave: condições de trabalho, pandemia, assistente social.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo avança desde 1970 em resposta às constantes crises do sistema capitalista, utiliza de medidas de flexibilização de direitos trabalhistas em



prol do capital. A pandemia do COVID-19 reconfigura as relações sociais e de trabalho ao mesmo tempo que intensifica as mazelas do capital. Dentro dessa conjuntura de regresso de direito o assistente social é duplamente impactado, como profissional e como classe trabalhadora sujeito a exploração. (BEHRING, 2021).

MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiro foi realizada revisão bibliográfica de textos que abordam a dinâmica capitalista e avanço da lógica neoliberal, a intensificação desse contexto durante a pandemia e a repercussão dessa conjuntura na política e no trabalho dos assistentes sociais. Em um segundo momento iniciou-se a pesquisa de campo: por meio de questionários *online* enviados aos assistentes sociais trabalhadores da política de assistência social, dos 29 municípios que compõem a microrregião de Paranavaí; a pesquisa obteve resposta de 16 trabalhadores de 11 dos municípios. Em seguida, foi efetuada a tabulação dos dados obtidos com os questionários e, consecutivamente, a análise dessas informações e dos dados do Censo SUAS 2020, guiada pela NOB-RH/SUAS, de 2006 e pela retomada da bibliografia pré- selecionada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde 1970 o neoliberalismo avança em resposta à crise do capital, atacando os direitos da classe trabalhadora visando baratear a mão de obra e manter os níveis de lucratividade do empresariado. O governo brasileiro de 2019 soma o avanço neoliberal com traços fascistas, atacando as minorias, o pluralismo, os direitos trabalhistas e as políticas públicas (BEHRING, 2021).

É nesse longo contexto de destruição das forças produtivas que se instaurou a pandemia do COVID-19 no Brasil, agravando as expressões da questão social: além das mais de 600.000 vítimas do vírus, o desemprego chegou a atingir 14,8 milhões de trabalhadores (IBGE, 2021), conseqüentemente, teve-se o aumento da



fome, violência, miséria etc. Logicamente a pandemia impactou principalmente a classe trabalhadora, que tem acesso desigual à saúde e ocupa a maioria dos cargos que não cessaram suas atividades presenciais durante esse período, sendo 80,35% das vítimas do vírus pessoas pobres e negras (BBC, 2020).

Essa conjuntura impactou diretamente o trabalho do assistente social trabalhador da política de assistência social, que tem o aumento na sua demanda de trabalho ao passo que se reduz seus direitos e instrumentos. Para se ter uma maior proximidade com a realidade das condições desse trabalhador no contexto da pandemia do Covid-19, levantou-se dados da microrregião de Paranavaí, Paraná baseando-se no Censo SUAS 2020 e nos dados obtidos através de questionários *online* (elaborados e enviados pela autora) e respondido por 16 assistentes sociais (trabalhadores da política de assistência) de 11 dos 29 municípios que compõe a microrregião.

Segundo o Censo SUAS 2020, a microrregião contava com 1088 trabalhadores (dentre eles 143 assistentes sociais) do SUAS, desse total, somente 36,58% possuíam vínculo estatutário, 13,60% eram celetistas ou comissionados e 50% outros tipos de contratos não permanentes (CENSO SUAS, 2020). A inferioridade dos vínculos de trabalho permanentes em relação aos precários sinaliza a flexibilização das relações de trabalho e o avanço da lógica capitalista e neoliberal de valorização do capital via exploração (NETTO, 2012).

Os dados obtidos por meio dos questionários *online* respondidos pelos trabalhadores da política de assistência social da microrregião de Paranavaí mostram que 68,7% dos assistentes sociais afirmaram a necessidade de ampliação do quadro profissional, mas somente 50% desses relacionavam essa necessidade a pandemia; pode-se interpretar que sobrecarga profissional, ancorada na lógica de produtividade visando a obtenção de lucros é uma realidade anterior a pandemia mas que se agravou com ela (BEHRING, 2021). Ademais, pode-se visualizar o distanciamento das Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos do SUAS, que tem como um de seus princípios manter o quadro profissional suficiente para a execução dos serviços



socioassistenciais (NOB-RH/SUAS, 2006).

Metade dos sujeitos de pesquisa afirmaram ter trabalhado mais horas durante a pandemia, um dos fatores foi a necessidade do distanciamento social e a incorporação do modelo *home-office*, 62,6% desses trabalhadores exerceram suas atividades via domicílio. O trabalho remoto não contabiliza as horas trabalhadas, fazendo com que o tempo livre e de trabalho não tenha distinção (SODRE, 2011).

Do total de trabalhadores que tiveram suas atividades adaptadas nesse período, 90% dos precisaram arcar com recursos próprios (luz, computador, crédito etc.), que outrora ficavam a cargo da empresa, para exercer suas atividades profissionais. A responsabilização do trabalhador por suas condições de trabalho resulta no barateamento da mão de obra, tendo em vista a desresponsabilização do empregador (GUERRA, 2019).

Tanto o exercício profissional presencial quando o remoto apresentam enfrentamentos, mas essa realidade se torna muito mais intensa ao trabalhador da política de assistência, uma vez que a perda de direitos como classe trabalhadora também representa limites para o exercício profissional, justamente quando o Serviço Social e outras profissões que atuam diretamente no planejamento e na operacionalização desta política são requisitados.

CONCLUSÕES

A pesquisa evidenciou que as condições de trabalho dos assistentes sociais trabalhadores da política de assistência social durante a pandemia foram precárias, em que pese identificou-se: a sobrecarga de trabalho em face ao aumento da demanda e o déficit no quadro de profissionais; a exposição ao vírus, uma vez que a população mais afetada é o público-alvo da assistência social; a precariedade dos contratos de trabalho; aumento das horas e recursos despendidos para o trabalhar etc. Ademais, o direcionamento do governo a favor do capital em detrimento da vida e da classe trabalhadora torna muito mais difícil a luta por direitos a que se compromete a categoria profissional.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução nº 269**, de 13 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Brasília, DF, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Assistência Social na pandemia da virid-19: proteção para quem?**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, abr. 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282021000100066&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 mar. 2021.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges. **A teoria de Karl Marx**. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf> Acesso em: 9, ago, 2022.

GRAGNANI, Juliana. **Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo**. BBC, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421> Acesso em: abril de 2022

GUERRA, Y et al. **Temas Contemporâneos em Serviço Social. Desafios para o Serviço Social na Seguridade Social**. formação nas políticas sociais ou para as políticas sociais?. Editora papel Social: Campiguerr, 2019.

PAULO NETTO, José. **Crise do capital e consequências societárias**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002. Acesso em: 14 mar. 2021.

SODRÉ, Francis. **O Trabalho e as Redes**. In: GOMEZ, C.M., MACHADO, J.M.H., PENA, P.G.L. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 295-314. ISBN 978-85-7541-365-4. Acesso em: 22 de julho Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413654.0015>

BARROS Alerrandre. **Desemprego fica em 14,6% no trimestre até maio e atinge 14,8 milhões de pessoas**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31255-desemprego-fica-em-14-6-no-trimestre-ate-maio-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas> Acesso em: 5, ago, 2022.



O FUNDO PÚBLICO COMO MECANISMO DE SOCORRO AO CAPITAL

Ana Karoline da Silva do Nascimento,
a.karoline150@gmail.com

Karolayne Guilherme Vieira, kaeolaynevieira@gmail.com Vitória
Eduarda Nunes, viedununes@gmail.com

Teone Maria R. de S. Rodrigues Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná

Eixo Temático Política Social

RESUMO:

Com o advento do neoliberalismo na década de 1970 no mundo, e com sua chegada ao Brasil em 1990, ocorreu a “*refuncionalização*” dos estados nacionais. A crise do capital no ano de 2008 trouxe consequências para o financiamento do orçamento da seguridade social no Brasil. O fundo público no Brasil atua no âmbito das políticas monetárias no sentido de liberar recursos para as instituições financeiras, sem manutenção ou ampliação dos postos de trabalho e dos direitos sociais. Partimos então da indagação de como o fundo público, e consequentemente o orçamento público são utilizados para socorrer o capital financeiro em tempos de crise. Os estudos teóricos visam entender a utilização do orçamento público em benefício do capital financeiro.

Palavras-chave: Fundo público, orçamento público, orçamento da seguridade social.

INTRODUÇÃO

Sabemos que com o advento do neoliberalismo na década de 1970 no mundo enquanto corrente ideológica, e posteriormente sua chegada ao Brasil em 1990, ocorre a “*refuncionalização*” dos estados nacionais.

Antes um Estado regido pelas políticas keynesianas/fordista, que pressupunham a expansão e consolidação dos direitos da classe trabalhadora, expansão das políticas de incentivo ao emprego e ao consumo. Entretanto, com a crise de 1973/74, entendida como a queda das taxas de lucro dos capitais, esgota-se esse modelo, que gradativamente é substituído pelo modelo neoliberal. O



neoliberalismo exalta as antigas proposições liberais de Estado mínimo, assim como as recentes aspirações neoliberais de privatização de empresas, desmonte dos serviços públicos, principalmente saúde e previdência social, e abre espaço ao capital privado a apropriar-se dessas áreas. É a doutrina econômica representada no Estado pelo comitê do grande capital, do empresariado, do agronegócio, que visa a superacumulação, renega ao orçamento público, dentre elas o Orçamento da Seguridade Social.

As contrarreformas do Estado é também uma marca neoliberal, propondo ações de aderência a liberalização financeira (SALVADOR, 2012), para que o país se desvencilhe da “crise”, porém a cultura da crise é emanada para justificar a série de retrocessos que as políticas públicas e a composição do orçamento enfrentam.

O capitalismo financeiro ou capital fictício não produz mercadorias para serem comercializadas e nem geram novos empregos (MARQUÊS, 2015), já que sua lógica está assentada na especulação, que prevê altos investimentos em ativos financeiros. A sua fuga ao setor especulativo, segundo Salvador (2012) é explicada em parte pela automação da produção e o aumento da concorrência entre os mercados globais. A substituição do trabalho humano pelo mecânico ocasiona a queda das taxas de lucro, visto que, “a força de trabalho está reduzida em relação a reprodução automatizada” (SALVADOR, 2012), e ocasiona o tombo do poder de consumo da classe trabalhadora que ao mesmo tempo que produz e consome esses produtos.

Como metodologia foi utilizada a pesquisa qualitativa. Como ponto de partida as aulas de Gestão em Serviço Social. Partiu-se da indagação de como o fundo público, e consequentemente o orçamento público são utilizados para socorrer o capital financeiro em tempos de crise. Em um segundo momento, a seleção dos artigos que abrangem o tema fundo público e orçamento da seguridade social.

1. Fundo público e mercantilização da Seguridade Social

O orçamento da seguridade social é definido como uma:



Parcela do orçamento que abrange todas as dotações referentes às ações de saúde, previdência e assistência social das entidades e órgãos da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (C.F, artigos, 165, § 5º, III, e 194; LDO).

Nos termos do artigo 195 da Constituição Federal (1988) e da Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei nº 8.212/1991) afirma-se que a orçamento será financiado pela sociedade, de forma indireta e direta, mediante recursos provenientes da União, estados e Distrito Federal e dos municípios e contribuições sociais. Suas metas e prioridades se expressam na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O cenário da crise no ano de 2008 trouxe consequências para o financiamento de fundos públicos da seguridade social, já que as poupanças financeiras e as contribuições de empresas passaram a ser canalizadas para os fundos de pensão.

A compra de “saúde” no mercado implicou uma dessas canalizações de recursos para seguradoras privadas que pertencem ao sistema financeiro. Sobre a financeirização dos direitos pode-se afirmar que

a forma de propriedade privada dos direitos é uma forma privilegiada de realização do capital portador de juros no capitalismo contemporâneo, não sendo uma expressão de luta dos trabalhadores contra o capital por melhores condições de vida e trabalho e proteção na velhice (GRANEMANN, 2006).

A financeirização implica pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social. A proposta neoliberal transfere a proteção social do Estado para o Mercado, privatizando os benefícios da seguridade social e transformando os mesmos em produtos financeiros, alimentando a especulação financeira.

O fundo público no Brasil atua no âmbito das políticas monetárias no sentido de liberar recursos para as instituições financeiras, sem manutenção ou ampliação dos postos de trabalho e dos direitos sociais.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2021), 93% dos desempregados no Brasil não são beneficiados com os programas anticrise, sendo



um dos países em que os desempregados têm o menor nível de proteção social.

O orçamento da seguridade social perde recursos de suas fontes tributárias exclusivas devido a transferência para o orçamento fiscal por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que segundo Boschetti e Salvador (2006), “transforma os recursos destinados aos financiamentos da seguridade social em recursos fiscais para a composição do superávit primário e, por consequência, a sua utilização em pagamento de juros da dívida”.

Dados disso são os R\$35,5 bilhões desviados do Orçamento da Seguridade Social pela DRU em novembro de 2009, e R\$300,00 bilhões sursurriados nos anos 2000. A política impede a ampliação dos gastos com serviços sociais no país, o que possibilitaria a renovação e ampliação dos empregos nas áreas da saúde, previdência e assistência social, educação, habitação e saneamento.

CONCLUSÕES

As políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e a competitividade. As contrarreformas implementadas no Brasil atingem diretamente a seguridade social, e expressa a ofensiva capitalista em sua permanente busca por superlucros, que favorecem a exploração da força de trabalho e a acumulação de capital.

Ao minar a qualidade e reduzir a abrangência de serviços públicos, provoca-se a privatização indireta e a mercantilização da saúde e previdência, bem como a destruição da seguridade social brasileira. Constitui-se em verdadeiros processos de expropriação dos direitos conquistados.

REFERÊNCIAS

GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da “previdência privada”**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de



Janeiro. RJ, 2006.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar das políticas públicas no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n.2, p. 7-21, jul./dez.2015.

PELAEZ, E. J, et al. Ajuste fiscal e seguridade social: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 24, p. 200–220, 2020.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 19, n. 2, p. e39326, 22 dez. 2020.



O CONGELAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS: PEC 241/2016

Ana Livia Nogueira da Silva,
analivianogueiradasilva938@gmail.com
Sarah Silva Campos, sarahcampos2911@gmail.com
Vitória Aparecida Pereira e Silva,
vick.hamashia@gmail.com
Teone Maria Rios de Souza Rodrigues (Orientadora),
Teone.assuncao@gmail.com
UNESPAR/Campus Paranavaí.

Eixo Temático: Política Social

RESUMO:

O congelamento dos gastos públicos, previsto na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 241/2016, coloca limite para o orçamento público nas políticas de educação, saúde, previdência, assistência social, dentre outras por 20 anos. Ao congelar os gastos públicos institucionaliza o ajuste fiscal e retira da sociedade e do próprio Estado a possibilidade de planejar o orçamento destinado a essas áreas. Neste sentido, o respectivo trabalho tem como objetivo levantar através de notícias divulgadas em sites de jornais que tratam sobre esta temática.

Palavras-chave: Congelamento dos gastos públicos; Fundo Público; Orçamento Público.

INTRODUÇÃO

É imprescindível ressaltar que Marx (2013) menciona como a sociedade é um grande arsenal de mercadorias, ou seja, marca aparente por excelência pelo mesmo modo de produção. O caminho de Marx para desvelar a aparência, mostra que a produção de mercadoria para o capital tem valor de uso no trabalho concreto a sua base material, efetiva para a produção de valores de troca.

Dessa forma, é possível perceber que a PEC do teto de gastos tem a iniciativa de transformar a Constituição proposta pelo Governo, tem como meta congelar o



caminho de desenvolvimento dos gastos públicos e pretende equilibrar as contas públicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

O resumo expandido foi construído com o estudo e reflexão a partir de pesquisas da Associação Brasileira de Saúde Pública; matérias publicadas pelo governo federal; revisões bibliográficas da PEC 241/2016; e uma concepção marxista perante o sistema econômico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É perceptível que a população em sua situação de vulnerabilidade social, pois são dependentes da estrutura organizacional de saúde e educação, na qual são os mais atingidos com o congelamento dos gastos públicos. Assim, a Associação Brasileira de Saúde Pública, divulgou carta aberta criticando a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) através do documento que afirma a proposta que pode e irá sucatear o Sistema Único de Saúde. Desse modo, atingirá especialmente a população de baixa renda que não possui plano médico. Além disso, de acordo com o texto da proposta, o reajuste do salário mínimo só poderá ser realizado a partir do aumento excessivo - e não pela fórmula que somava a inflação ao percentual de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Sobretudo, atingirá diretamente a renda da população dependente de salário mínimo.

Neste sentido, os gastos públicos serão diminuídos cada vez mais e por lei, os órgãos da União que extrapolarem o limite de gastos enfrentaram algumas punições: “proibição de aumentar os salários dos servidores no ano seguinte; contratar concurso público; criar novos cargos ou estruturar planos de carreira, isso tende a piorar a qualidade de vida e retroceder o quadro de desigualdade social no país. Apesar de a política de valorização do salário mínimo acima da inflação ter onerado as contas do governo, por outro lado ajudou a reduzir a desigualdade e a movimentar a atividade econômica, ressaltam especialistas.



VII Jornada em Serviço Social: Trabalhadoras do Brasil: somos e lutamos com elas
ISSN: 2359-1277

A ideia é imobilizar por até 20 anos, podendo ser revisado depois dos primeiros dez anos, um limite para as despesas: será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação (na prática, em termos reais - na comparação do que o dinheiro é capaz de comprar em dado momento - fica praticamente congelado). Se entrar em potência em 2017, portanto, o orçamento disponível para gastos será o mesmo de 2016, acrescido da inflação daquele ano. A medida valerá para os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Dessa forma, a proposta atual, os limites em saúde e educação só começarão a valer em 2018. Através disso, os congelamentos dos gastos públicos atingem diretamente a sociedade atual, pois não haverá investimentos na saúde, educação, por esses motivos. Isso reflete como o orçamento do fundo público permeia as questões sociais e a prejudica ao mesmo tempo.

CONCLUSÕES

Em suma, é notório que a PEC 241/2016 afeta diretamente a classe trabalhadora, fortalecendo o pauperismo e um domínio da sociedade *posta* em um campo de concentração. Assim, é possível perceber que o ser real sempre está em movimento, conforme uma negatividade entre forças - e o movimento que resulta uma possibilidade gera uma legitimidade social - um contrato social - forças tendenciosas que se impõe a sociedade.

REFERÊNCIAS

Aprovação da PEC 241 vai trazer de volta a confiança no Estado brasileiro, diz Padilha — Português (Brasil) (www.gov.br); Publicado em 13/10/2016 às 17h. Acesso em 13 de outubro de 2022.

Mário Scheffer: “Com a PEC 241, é possível prever a maior crise do SUS em 28 anos, desde a Constituição de 1988” - ABRASCO; Publicado em 09/10/2016 às 13h06. Acesso em 13 de outubro de 2022.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.



O CAPSI E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ACORDO COM O ECA.

Bianca Massarotto,
biancamassarotto@hotmail.com
Teone Assunção,
teone.assuncao@unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná
(UNESPAR)

Eixo Temático: Política Social

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os direitos fundamentais das crianças e adolescentes segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente atendidas no Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) de Paranavaí. A ligação entre os direitos das crianças e dos adolescentes respaldados pelo ECA e o SUS, são de suma importância para que os mesmos sejam respeitados. Deve seguir a lógica da recuperação da saúde, proteção, prevenção e acesso integral previsto no modelo de saúde adotado no Brasil conforme a Lei N. 8.080/90 e Lei N. 8.142/90, garantem ações para promoção à saúde, assistência à criança e ao adolescente e prevenção de agravos.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais, Criança e Adolescente, CAPSi de Paranavaí

INTRODUÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossocial - Caps é constituído por equipe interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias.

Atua de forma territorial, seja em situações de crise, seja nos processos de reabilitação psicossocial. Os CAPS são considerados serviços estratégicos para agenciar e ampliar as ações de saúde mental e contra os efeitos do uso de álcool e outras drogas. O serviço se organiza para ser porta aberta às demandas de saúde mental do território e também deve identificar populações específicas e mais



vulneráveis.

O trabalho nos CAPS é realizado prioritariamente em espaços coletivos (grupos, assembleias de usuários, reunião diária de equipe), de forma articulada com os outros pontos de atenção da rede de saúde e das demais redes. Há oferta de cuidados médicos, psicológicos, de assistência social, além de grupos com objetivos diversos.

Os CAPS também realizam o acolhimento e o cuidado das pessoas em situações de crise, articular e coordenar o cuidado nas ocasiões que requeiram retaguarda hospitalar.

O CAPSi tem suas ações e serviços voltados para crianças e adolescentes, até os 19 anos de idade incompletos. A instituição que, além do serviço prestado, visa proporcionar às crianças e adolescentes com transtornos mentais, que sejam vistas como sujeitos de direitos e inseridos na sociedade, de modo a concretizar os princípios da Reforma Psiquiátrica.

Desse modo, o objetivo neste trabalho é refletir sobre os direitos fundamentais das crianças e adolescentes segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente atendidas no Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) de Paranavaí.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, é parte de fragmento do Trabalho de Conclusão de Curso, cuja finalidade é proporcionar à pesquisadora maior conhecimento a respeito dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, conforme preconiza o ECA. Para isto, foram selecionadas bibliografias que deram subsídios para abordar a construção do presente texto. Por fim, com os subsídios dos fichamentos das leituras selecionadas e amparo das leituras acerca da legislação citada, foi possível construir o presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 13 de julho de 1990, em seu artigo 5º, determina que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

A criança e o adolescente são sujeitos de direitos que necessitam de proteção e de atenção especial face ao período de desenvolvimento biopsicossocial em que se encontram.

Por isso, estabelece em seus princípios fundamentais que é dever do Estado, da família e de toda a sociedade zelar pelos direitos da criança e do adolescente, os colocando a salvo de toda e qualquer forma de privação, negação, negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão que venha a afetar seu desenvolvimento integral.

Dito isto, também é importante destacar que toda discussão sobre saúde é imprescindível, sendo ela direito de todos. No artigo 3º do ECA consta que:

Art 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Lei 8069/90).

Sendo assim, o surgimento de políticas públicas se concretiza após reivindicações e processos históricos pensando nos direitos humanos e saúde das crianças. Neste contexto, os programas de proteção à criança foram implantados a fim de dar assistência e acompanhamento e garantir saúde de forma geral.

De acordo com o texto Atenção Psicossocial à Crianças e Adolescentes no SUS:

Os serviços de saúde mental infanto juvenis, dentro da perspectiva que hoje rege as políticas de saúde mental, devem assumir uma função social que extrapola o fazer meramente técnico do tratar, o que inclui ações como acolher, escutar, cuidar,



enfrentar estigmas e determinismos e melhorar a qualidade de vida das pessoas, tendo-as como seres integrais com direito à plena participação e inclusão em sua comunidade, partindo de uma rede de cuidados que leve em conta as singularidades de cada um e as construções que cada sujeito faz a partir de suas condições (Ministério da Saúde, 2009, p. 27).

Direitos como a saúde, a educação, a assistência social e a previdência precisam ser assegurados e efetivados à criança e ao adolescente por meio de políticas sociais voltadas a este segmento. Estes são direitos fundamentais que auxiliam no desenvolvimento dessas crianças, de modo que a família precisa estar inserida nas políticas sociais com acesso garantido e efetivo a isto.

CONCLUSÕES

O objetivo do trabalho do assistente social com os usuários do CAPSI é de acordo com o CFESS (2010) promover uma melhor qualidade de vida aos usuários, de forma que facilite a vida dos mesmos e que os prejuízos causados pelos transtornos sejam amenizados, tanto no âmbito biológico quanto psicológico e social.

Sendo assim, a assistência à saúde da criança ainda encontra-se em processo de construção, assim como a assistência à saúde em geral. E para isso, é preciso investir na qualificação da formação de recursos humanos para esta área, com ênfase nas políticas públicas, tendo em vista à promoção e prevenção em saúde e, por conseguinte, à melhor qualidade de vida dessa população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 8.069** de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
Athttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional dos Secretários da Saúde. **O SUS**



de A a Z: garantindo a saúde nos municípios. 3 ed. Brasília (DF), 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conselho Nacional do Ministério Público. **Atenção Psicossocial a Crianças e Adolescentes no SUS:** Tecendo Redes para Garantir Direitos. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.



A PESSOA IDOSA E O CAPITAL: reflexões a partir das políticas públicas

Aline do Carmo Acácio, alineacacio6@gmail.com;
Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora), keilapinna@hotmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí.

Política Social

RESUMO: O objetivo deste trabalho é refletir, em termos gerais, sobre o envelhecimento como um processo que permeia a vida dos seres humanos na sociedade, estabelecido como um desenvolvimento socio vital. Deste modo, entendemos que o envelhecimento não é sinônimo de doença, mas sim um desenvolvimento multifatorial, ou seja, são as condições concretas e subjetivas associadas que influenciam o modo de vida, a partir dos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais existentes. Por meio da revisão bibliográfica, concluímos que o envelhecimento não é sinônimo de “velho”, isto é, que simboliza a não utilidade ou o aproveitamento de algo, mas uma condição que está associada a diversos determinantes da sociedade e que requer políticas públicas efetivas.

Palavras-chave: Envelhecimento, Capital, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Legalmente, a pessoa idosa é considerada com idade de 60 anos ou mais. No Brasil há cerca de 29.374 milhões de pessoas idosas, totalizando 14,3% da população total do país, conforme dados do Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE, 2015). Portanto, é fundamental refletir sobre aspectos gerais relacionados à referida temática, bem como as políticas públicas voltadas para pessoa idosa no âmbito social, político, econômico e cultural.

A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) reafirmam a necessidade da construção de políticas intersetoriais, capazes de zelar pelo bem-estar de pessoas idosas, garantindo não apenas seu



acesso às políticas públicas, mas também favorecendo sua participação ativa na sociedade e na construção do Estado Democrático de Direito.

Tais legislações norteiam garantias e direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e responsabilizam o Estado e a sociedade pela promoção da proteção social e asseguram à pessoa idosa, o respeito, à liberdade e à dignidade como pessoa humana.

Problematizações sobre a pessoa idosa no sistema capitalista, estruturação de políticas públicas e legislações para o envelhecimento no Brasil que norteiam as discussões deste trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para elaboração deste trabalho, foi feita uma breve revisão bibliográfica, a partir de uma pesquisa qualitativa de abordagem descritiva sobre o possível objeto de pesquisa a ser desenvolvido no próximo ano letivo, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os paradigmas envoltos do desenvolvimento da velhice no capital, segundo Teixeira (2017), é uma questão estruturada pelo capitalismo, visto que a sua organização é pautada na exploração do ser humano e o acúmulo de riqueza, perpetuando assim um sistema de desigualdade e de massificação do indivíduo. O seu processo cultural interfere na visão e na posição social do idoso. A autora, portanto, questiona: que concepção, dentro do sistema capitalista, é articulada sobre o idoso?

Nesta sociedade, idoso torna-se sinônimo de inutilidade. Não serve mais para o Capital, isto é, o idoso é referenciado pela visão capitalista de incapacidade, improdutividade, doença, o que promove discriminação em todo seu processo de



envelhecimento dentro do sistema capitalista, deixando-o vulnerável.

As estruturas de políticas públicas para este segmento social são atendidas pelo sistema do capital. Todavia, é o próprio sistema que promove essa desigualdade socioeconômica. O Capital administra as políticas públicas no sentido de amenizar as expressões da questão social.

Para Tavares (2020), a sociedade é regida por indivíduos, instituições, normas sociais, culturais, por regras e segmentos socioeconômicos que determinam as demandas do corpo social, do Estado e das políticas públicas. Essa realidade dentro do sistema capitalista sempre foi controversa e se intensificou para atender a lógica neoliberal. Dessa forma, o Estado no neoliberalismo tem a sua função como mecanismo de mercado, na defesa da liberdade econômica e com pouca intervenção estatal na área social, para garantir os interesses do Capital.

É fundamental o Estado ofertar condições favoráveis dentro das políticas públicas para garantir ao idoso as condições de vida apropriadas e de qualidade. Visto que, para entender o que é qualidade de vida é preciso compreender a organização da sociedade e como os idosos estão inseridos dentro desse contexto econômico, político, social e cultural.

A qualidade de vida da pessoa idosa está relacionada com o olhar da sociedade e da efetividade das políticas públicas, como: saúde, suporte familiar e comunitário, assistência social, acesso à cultura e lazer, dentre outros direitos sociais.

A pesquisa em curso pretende desmistificar a visão em torno da pessoa idosa, na perspectiva do capital e, por outro lado, evidenciar as políticas públicas acerca deste segmento social, promovendo a importância da pessoa idosa na sociedade, nas esferas sociopolítica e cultural no Brasil, colocando em pauta a participação ativa deste público, enquanto sujeito de direitos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, podemos observar como o termo “velho” ainda é utilizado,



reconhecendo-o como um produto descartável a partir do entendimento da pessoa idosa como uma pessoa inútil para sociedade capitalista que se apropria da perspectiva de mercado, visando o lucro e promovendo a desigualdade social, política, econômica e cultural.

REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Brasília: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 de out. 2022.

TAVARES, Maria Augusta. **Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (UNL), 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/M4RFYds7dv5mTWhwdG5DVmD/?lang=pt#> Acesso em: 13 de out. 2022.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. São Paulo: Papel Social, 2017.



A TEMÁTICA CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO SUAS NA PANDEMIA DO COVID-19

Yasmin Ciprandi Pego, yasminsocial@gmail.com;
PIC/Fundação Araucária
Thaís Gaspar Mendes da Silva, thais.silva@unespar.edu.br;
Unespar *campus* Paranavaí

Eixo Temático: Política Social

RESUMO

O presente texto tem por objetivo discutir as condições de trabalho do assistente social no contexto da pandemia do covid-19. Integra uma pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento, cuja temática abordada já é objeto de estudo das autoras desde 2021 e tem por objetivo identificar a partir dos periódicos Qualis A1 da área do Serviço Social como vem sendo (ou foi) discutido a temática condições de trabalho do assistente social no SUAS, no âmbito da pandemia da COVID-19. A metodologia selecionada para a realização da pesquisa consiste na revisão bibliográfica - em andamento - e pesquisa bibliográfica, que terá como fonte os periódicos classificados pelo quadriênio 2013-2016 da Plataforma Sucupira, com extrato Qualis/CAPES A1 da área Serviço Social e como com recorte temporal as publicações dos anos 2020 a março de 2023. O método de análise será o materialismo histórico-dialético. Neste momento, está sendo realizada a leitura e fichamento de textos que discutam o avanço do neoliberalismo e da lógica capitalista; a pandemia como catalizadora das expressões da questão social; os reflexos da soma da crise econômica com a crise sanitária na política de assistência e nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Espera-se que o processo investigativo contribua para o debate das condições de trabalho dos assistentes sociais na pandemia.

Palavras-chave: condições de trabalho, pandemia, assistente social.

INTRODUÇÃO

O avanço do ultraneoliberalismo em respostas às crises cíclicas do capital impacta diretamente a classe trabalhadora, que tem seus direitos flexibilizados com



o intuito de baratear a mão de obra para favorecer o empresariado. A pandemia intensifica as mazelas que assolam a classe trabalhadora, aumentando a demanda do serviço ao passo que a assistência é definhada, limitando as possibilidades da atuação profissional (BOSCHETTI; BEHRING, 2021)

Esse contexto impacta duplamente o assistente social: como classe trabalhadora assalariada que tem seus direitos flexibilizados e como profissional que tem seus instrumentos e relações de trabalho precarizadas, impossibilitando uma atuação de qualidade, seja ela de forma presencial ou remota.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para abordar a discussão primeiramente fez-se necessário a compreensão da política de assistência social a partir da legislação brasileira, posteriormente, realizou-se a seleção e o fichamento de materiais bibliográficos, inicialmente para compreender o contexto histórico e político em que se insere a política de assistência, e posteriormente seus impactos na luta por direitos e seus rebatimentos para a classe trabalhadora.

Em seguida, discute-se o agravamento das expressões da questão social em decorrência da pandemia e como essa conjuntura impacta as condições de trabalho do assistente social que exerceu suas atividades de forma remota e/ou presencial durante esse período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal de 1988 é um marco na história de luta por direitos no Brasil, a inclusão da Assistência Social como Política de Seguridade Social, representa o reconhecimento de seu caráter universal e essencial para a garantia de



direitos básicos. A lei orgânica da assistência social (Lei 8.742 de 7 de setembro de 1993), atribui ao Estado a responsabilidade da condução dessa política, tendo essa atribuição prioridade frente às demais. A materialização do LOAS se dá pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dentre as instituições que prestam os serviços socioassistenciais, atualmente, tem-se mais de 8.300 CRAS e 2.700 CREAS, que formam uma rede de proteção social em todo país.

A política de assistência social é indispensável ao contexto em que se insere, tanto para socorrer minimamente a classe trabalhadora quanto para favorecer abundantemente o capital. Segundo Behring (2021) desde 1960 o aprofundamento das constantes crises do capital resultou em um longo período marcado por alto desemprego, fome e destruição da classe trabalhadora. Apesar desse cenário, a preocupação estatal é quanto às condições de acumulação dos economicamente dominantes, reduzindo os custos com a força de trabalho para aumentar os lucros. Em 2019 o governo de Jair Bolsonaro alia o ultraneoliberalismo com traços fascistas, fazendo recorrentes ataques às minorias, aos direitos e ao pluralismo, precarizando políticas contínuas em favor de ações pontuais que impossibilita a superação da realidade enfrentada (BOSCHETTI; BEHRING, 2021).

A crise econômica já instaurada no Brasil somou-se a crise sanitária decorrente da pandemia do COVID-19, que avança para o Brasil no início de 2020, desencadeando uma mudança brusca no modo de produção (devido a necessidade do distanciamento social) que gerou uma crise na distribuição de mercadorias devido à baixa circulação (BOSCHETTI; BEHRING, 2021). A pandemia acirrou as expressões da questão social, além das mais de seiscentas mil vítimas do vírus, em tempos de instabilidade econômica a classe trabalhadora é a mais afetada, devido ao aumento do desemprego, fome, violência etc.

Ademais, a gestão do Estado em favor da economia e em detrimento da vida



tornou o cenário ainda mais insustentável, contrarreformas como a Emenda Constitucional 95 precarizam o SUS (Sistema Único de Saúde) e o SUAS quando são mais requisitados. Inseridos nesse contexto, e sendo uma das profissões que não cessaram suas atividades presenciais durante a pandemia, os assistentes sociais se encontravam sem condições técnicas, materiais e de segurança para exercerem suas atividades (YAZBEK; RAICHELIS; SANT'ANA, 2020).

Justificada pela falta de recursos, tem-se o avanço da desprofissionalização à medida que as atividades dos técnicos são delegadas para pessoas com nível médio, resultando no aumento da informalidade, da alta rotatividade, na redução dos direitos trabalhistas etc. Aliada a essa gradativa terceirização, tem-se a escassez de concursos públicos, fazendo com que se reduza os postos de trabalho dos profissionais da assistência social (TEJADAS; JUNQUEIRA, 2021).

As dificuldades impostas no modelo *home-office*, que também foi incorporado pela assistência social durante a pandemia do COVID-19, se devem ao aumento das horas de trabalho, uma vez que não são contabilizadas; a necessidade de despender recursos próprios para exercer as atividades; a sobrecarga devido a junção das jornadas pessoais e de trabalho, principalmente para as mulheres; a perda da sociabilidade etc. (TEJADAS; JUNQUEIRA, 2021).

O profissional da assistência social foi duplamente impactado nesse contexto. Como inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, também sente os reflexos do retrocesso de direitos trabalhistas, assim como da precarização das políticas, uma vez que representam não só o retrocesso de seus próprios direitos como também de seus instrumentos de trabalho.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que as condições de trabalho do assistente social durante o período pandêmico foram extremamente precárias, a conjuntura do teletrabalho contribui para o desgaste e adoecimento mental do profissional da assistência, visto



que não se tem diferença entre tempo livre e tempo de trabalho. No que compete ao trabalho presencial, a exposição do assistente social ao vírus era constante, uma vez que as principais vítimas do vírus, também são o público-alvo da assistência social. A gestão dos recursos e o direcionamento do estado é determinante para a eficiência (ou não) das políticas sociais. No caso da pandemia, essa má gestão em defesa do capital custou milhares de vidas e um grande regresso na luta por direitos no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, abr. 2021. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282021000100066&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 out. 2022.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos; TEJADAS, Silvia da Silva. **Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico**. Serv. Soc. Soc., Porto Alegre, n.140, jan 2021. Acesso em: 9 out de 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Jq7JH5Ts7LDQZVLRfBTHp/?lang=pt#>

RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel; YAZBEK, Maria Carmelita. **Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia**. Serv.Soc.Soc., São Paulo, 138, 2020. Acesso em: 9 out de 2022 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3k9rXGbp3TSLjKCrBw9tkC/?lang=pt#>



UTILIZAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO EM FAVOR DO CAPITAL

Amanda Gonçalves, amandaunespar@gmail.com

Isabella Zoca, isabellazoca99@gmail.com

Jamila Rodrigues, jamlarf87@gmail.com

Yasmin Pego, yasminsocial@gmail.com

Teone Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br

Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR campus Paranavaí

Eixo Temático: Política Social

RESUMO:

O objetivo desse texto é problematizar a gestão do fundo público pelo Estado, que o manuseia em favor das necessidades do capital e não das necessidades sociais. As políticas públicas apesar de se apresentarem como interesse da maioria, tem um duplo caráter, ao mesmo tempo que adere parcelas das pautas da classe trabalhadora, favorecendo abundantemente o capital. O fundo público tem grande influência no consenso e hegemonia da lógica capitalista, para compreender essa relação primeiro é necessário compreender os determinantes capitalistas e a lógica em que opera esse sistema. Com o processo investigativo foi possível visualizar o direcionamento que assume o Estado e suas prioridades no manuseio do fundo público.

Palavras-chave: capital, políticas públicas, fundo público.

INTRODUÇÃO

A centralidade da lógica capitalista é a acumulação monetária através da exploração da força de trabalho. Porém, essa busca por lucro também faz com que o capital tende a crises cíclicas, não conseguindo superar essas crises que são geradas pela própria contradição. A atuação do Estado é determinante para o bom funcionamento do sistema, socorrendo o capital em momentos de crise por meio do manuseio do fundo público (BEHRING, 2010).

O fundo público é formado pelo dinheiro socialmente produzido, arrecadado



através de taxas, impostos etc. É esse fundo que financia as políticas públicas que provê direitos mínimos à sobrevivência, porém, também é desse fundo que se origina (em maior volume) as regalias prestadas ao empresariado, como isenção de taxas e créditos (MIRANDA, 2017). É visível a utilização do fundo público em favor do capital e em detrimento da classe trabalhadora.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para uma primeira aproximação com o tema foi realizado debates com a turma do terceiro ano do curso de Serviço Social da UNESPAR-Paranavaí e a professora da disciplina de Gestão em Serviço Social em torno das principais categorias da teoria de Karl Marx, a fim de compreender as determinantes do sistema capitalista e a sua relação com o fundo público. Em um segundo momento foi selecionada bibliografias que deram subsídios para abordar a discussão relacionando as determinantes do sistema capitalista, o manuseio do Estado com o fundo público e o duplo caráter das políticas. Por fim, com os subsídios dos fichamentos das leituras selecionadas e amparo das discussões das aulas de Gestão em torno da temática, foi possível construir o presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a teoria de Karl Marx um dos fundamentos da sociedade capitalista é a realização do “ciclo de produção”, que é a conversão de dinheiro em mercadoria, que por sua vez é novamente transformada em mais dinheiro ao ser vendida. A lógica de busca incessante por lucro, se realiza ao passo que os empregadores exploram ao máximo o trabalhador sem lhe pagar o total dos resultados que ele produz, sendo esse valor, a chamada “mais-valia”, apropriada pelo dono do meio de produção (MARX, 1985).

Em suma, quanto menos recursos investidos na mão de obra, maior o lucro



do empregador, o que desencadeia uma concorrência baseada na exploração. Porém, a mesma exploração e concorrência que garante o aumento dos lucros, é responsável por sua queda, uma vez que para se obter o lucro é necessário que a mercadoria seja vendida, e a exploração do trabalhador (através de salários baixos que não condizem com a sua produtividade) limita o poder de compra da maior parcela da sociedade, o resultado são as constantes crises de superprodução. Ademais, a concorrência faz com que os próprios donos dos meios de produção necessitem se derrubar entre si para aumentar seus ganhos, ou seja, a própria lógica contraditória do capital gera uma tendência a crises cíclicas (BEHRING, 2010).

Tanto pela necessidade de garantir a sobrevivência da classe trabalhadora para que se tenha um exército industrial, quanto pela dificuldade de superar as constantes crises, o Estado assume o papel de garantir estabilidade da economia capitalista e a sobrevivência da classe trabalhadora (também pressionado pelo movimento operário). Para financiar tais funções, o Estado se apropria do dinheiro socialmente produzido, por meio de impostos pagos socialmente, esses recursos formam o chamado fundo público. As políticas sociais, são um importante instrumento estatal para controlar a reprodução da força de trabalho, financiadas pelo fundo público, assim como as medidas em prol do capital, como isenção de impostos, subsídios, infraestrutura etc (MIRANDA, 2017).

A Constituição Federal brasileira de 1988 traz a Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) como direito universal, tem por objetivo assegurar os mínimos sociais (necessidades básicas), sendo a assistência social destinada a proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Compete ao Estado garantir com primazia a efetividade da assistência social, porém, a ampliação dessa ação estatal se restringe a períodos de instabilidade econômica, tornando esses serviços descontínuos e pontuais. Ademais, as políticas sociais comportam um duplo caráter, ao passo que aderem pequenas pautas da classe trabalhadora, favorece abundantemente o capital, não somente por garantirem o aumento do consumo, como



também do consenso social, contribuindo para a hegemonia do sistema. (SALVADOR, 2012).

Apesar do fundo público ser composto principalmente por recursos sociais, esse é um investimento com pouco retorno pois seu principal destino são as necessidades econômicas:

[...]No capitalismo contemporâneo, o fundo público comparece por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais (...) Como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição (SALVADOR, 2012, p. 3).

O fundo público na contemporaneidade, representa um instrumento decisivo para o funcionamento do capital, a intervenção do Estado é sistemática, à medida que a economia entra em crise, expondo a impossibilidade de o capital funcionar plenamente sem a manutenção estatal. (BEHRING, 2010).

CONCLUSÕES

É possível visualizar a precarização das políticas públicas em favor do capital, uma vez que os recursos que deveriam ter a primazia são os menos financiados, sendo as necessidades do mercado a verdadeira prioridade estatal. Ademais, visto que políticas são utilizadas principalmente em momentos de instabilidade econômica (devido sua função de consenso e reprodução da classe trabalhadora sem lhes garantir possibilidade de ascensão), aponta para a insuficiência do capitalismo em superar as crises sem a interferência e manutenção do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Diário Oficial da União.1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 1 out.



2022.

BEHRING, Elaine. R. Capitalismo em Crise – Política Social e Direitos. **Crise do capital, fundo público e valor**. In: BOSCHETTI, I. et al. Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 10 ed. São Paulo: Difel, 1985. Livro 1. v.I, II.

MIRANDA, Ana Paula Ferreira. **A disputa pelo fundo público na contemporaneidade**. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 8, 2017, Maranhão. Anais [...]. Maranhão: UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/adisputapelofundopubliconacontemporaneidade.pdf> . Acesso em: 20, set, 2022.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil**. In: SIMPOSIO ORÇAMENTO PÚBLICO E POLÍTICAS SOCIAIS, 1, 2012, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/l%20Simposio/Fundo%20Publico%20e%20o%20financiamento.pdf> Acesso em: 25, set, 2022



CRISE DO CAPITAL E O DESMONTE DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Cibeli Mari da Silva Cruz
cibelicruz5@gmail.com

Universidade Estadual do Paraná Unespar

Política Social

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar e refletir sobre a atual conjuntura, na qual a crise do capital acarreta em impactos e desmonte da seguridade social, especialmente na previdência social, assistência social e saúde com repercussões na vida dos(as) trabalhadores(as) no Brasil. Para esta pesquisa estabeleceu como metodologia a análise de materiais bibliográficos e documentais, a partir de materiais sobre a crise e o desmonte das políticas de seguridade social no Brasil. Nesse sentido, se faz necessário a compreensão do contexto atual, que desafia o Serviço Social a pensar a Seguridade Social, pois as contrarreformas atacam diretamente a classe trabalhadora e seus direitos conquistados ao longo dos anos. A partir da perspectiva do método social crítico e do Projeto Ético Político da profissão analisamos o desmonte da seguridade como um projeto articulado da burguesia internacional e nacional.

Palavras-chave: Seguridade Social, Serviço Social, Crise do capital

INTRODUÇÃO

Conforme demanda da pandemia da COVID-19, podemos inferir que está em curso um projeto de desmonte da seguridade social, que permeia as políticas públicas de saúde, assistência social e previdência social, bem como educação e outros. Contudo, esse desmonte não se apresenta de maneira imediata, e por vezes atuam de modo sutil, por meio de parcerias público-privadas, terceirizações, privatizações e focalização das políticas.



MATERIAIS E MÉTODOS

A análise aqui pretendida parte do método social crítico, que nos remete a considerar as contradições da totalidade social, bem como as oscilações entre a luta de classes e dos projetos societários em disputa. Além de considerar acúmulos no campo de conhecimentos do Serviço Social e orientações teórico-metodológicas do Projeto Ético Político (RAICHELIS, 2010). A pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, sobre a crise do capital e o desmonte da seguridade social a partir de artigos e livros, incluindo revistas, artigos científicos e teses de profissionais dissertações pertinentes estudadas à temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente o sistema capitalista entra em frequentes crises que provocam novos conflitos, encontrando assim, novos consensos. As transformações da década de 1970 feita pelo neoliberalismo é a expressão da necessidade de o capital impor controle sobre o trabalho e anular o projeto de superação da classe trabalhadora. As medidas neoliberais da década de 1990 proporcionaram condições materiais para a instauração do capitalismo flexível no Brasil. Essa crise afeta toda a humanidade e é constituída por elementos constitutivos como o capital monetário e mercantil, bem como a originária e esporádica produção de mercadorias (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017).

Os anos de 1990 foram marcados pela tendências paradoxal com a Carta constitucional em 1988, com princípios universalistas, estabelecendo o trabalho como direito inalienável que deve ser garantido pelo Estado, assim como as demais políticas sociais, numa perspectiva de assegurar o trabalhador mesmo com ataques do capital e das mudanças da organização do trabalho imposta pelo FMI e demais organismos multilaterais(CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017).

Assim, foram estabelecidos componentes básicos da "reforma" como a



redefinição do papel do regulador do Estado através da desregulamentação; o aumento da capacidade política do Estado; o aumento da capacidade política do Estado em intermediar interesses, através da privatização, terceirização e publicação que envolvem a criação de organizações sociais; o aumento da governança, ou seja, a recuperação (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017).

A Crise estrutural gera uma desvalorização da mercadoria força de trabalho e se alia com a maquinofatura que leva a precariedade estrutural e existencial decorrente da diminuição de salários, colimando no adoecimento por motivos laborais e na degradação da pessoa humana. Alves (2014) argumenta que o neodesenvolvimentismo acirrou as contradições da ordem burguesa, há um embate entre capital e trabalho devido aos constrangimentos orçamentários impostos pela dívida pública, no qual tem impedido a realização de políticas sociais que contribuam para a satisfação de necessidades sociais de saúde, educação e transporte público.

A posição adotada pelo Estado brasileiro referente às crises “passa a se objetivar através de programas sociais compensatórios e da institucionalização da repressão armada” (BARROCO, 2015, p.627). Nesse contexto, as expressões da questão social passam novamente a ser casos de polícia. Um estado de guerra permanente que se instala progressivamente nos países periféricos. Para os autores

Castilho; Lemos; Gomes (2017) explicam que “O governo do presidente Lula seguiu o receituário de seu antecessor e do pós-Consenso de Washington, pois conjugava medidas de cunho social-liberal, sem romper com as estruturas neoliberais”.

Os 13 anos do PT aderiram ao neoliberalismo social-liberalismo notou-se que embora investiram em políticas sociais e programas sociais destinado a pobreza submeteu-se aos interesses do capital, sobretudo a dominação financeira liberando fluxos comerciais e financeiros deixou o país suscetível às ocorrências internacionais, assim, a crise de dimensões estruturais e conjunturais, que não foi suplantada desde 2008 (com a crise na Grécia) e que voltou a dar seus sinais nos Estados Unidos e na Europa, alteraram a situação econômica, política e social do Brasil. A partir desse



momento o descontentamento por vários setores da sociedade referente ao Governo Dilma se estendeu (MAURIEL; KILDUFF; SILVA; LIMA, 2020).

Com a sua deposição e a posse do seu vice Michel Temer iniciou-se um novo período marcado pelo aumento do conservadorismo, do neofascismo e pela ofensiva ultraneoliberal, que de forma agressiva e radical vem buscando atender os interesses do capital, como a dominação financeira, privatização, e a destruição dos direitos sociais (MAURIEL; KILDUFF; SILVA; LIMA, 2020).

Atualmente, “as propostas do eleito Bolsonaro eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), hoje sem partido, já demonstravam que seu governo daria continuidade a implementação dessas medidas ultraneoliberais, como também criaria outras.” (MAURIEL; KILDUFF; SILVA; LIMA, 2020, p. 138). Para o autor, a vitória desse candidato está associada à crise internacional do capital e seus efeitos na economia brasileira ao fracasso da conciliação de classes. O bolsonarismo é claro traços de fascismo e aglutina um segmento fanatizado, intolerante e violento bem como o autoritarismo, o machismo e a lgtbfobia que são alçadas ao nível da luta de classes com vieses ainda mais atrozes para garantir a exploração, perpetrando formas históricas de opressão (MAURIEL; KILDUFF; SILVA; LIMA, 2020).

CONCLUSÕES

O artigo se estendeu no sentido de entender a conjuntura atual e os desafios impostos para o desmonte da seguridade social no Brasil e os impactos na vida dos trabalhadores no qual a retirada de direitos. Nos últimos 30 anos o fortalecimento do neoliberalismo e as determinações do atual momento de crise do capital colocaram desafios para a profissão, a categoria tem expressado ao longo desses anos o compromisso ético político assumida pela direção social assumida pelo Serviço Social. Nesse contexto de precarização do trabalho e as determinações do atual momento de crise do capital agravam as condições de trabalho dos Assistentes Sociais.



REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S.: **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social***. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS; Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista: **Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 447-466, set./dez. 2017.

RAICHELIS, Raquel: **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. 3º Seminário anual de Serviço Social: *O Serviço Social frente aos desafios do século XXI - crise do capitalismo, novos modelos de desenvolvimento e as repercussões na formação e na intervenção profissional*, promovido pela Cortez Editora em maio de 2010, no Tuca, auditório da PUC SP.

MAURIEL, A. P. O.; KILDUFF, F.; SILVA, M. M. da; LIMA, R. S. **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Ed. Navegando, Uberlândia (MG), 2020.



CRISE DO CAPITAL, PANDEMIA E O DESMONTE DA SEGURIDADE SOCIAL

Rodrigo dos Santos Santana, rodrigasantana5467@gmail.com;
Iniciação Científica - PIBIC/Fundação Araucária
Orientadora profa. Thaís Gaspar Mendes da Silva, thais.silva@unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, *Campus Paranavaí*.

Eixo Temático: Política Social

RESUMO

Este resumo apresenta resultados de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2021 e 2022 que teve por objetivo identificar elementos da crise contemporânea do capital e o ataque aos direitos, em especial na quadra histórica da pandemia Covid-19 e as repercussões à gestão da política da assistência social. O processo investigativo realizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental apresentou que para a superação da crise contemporânea do capital o Estado promove um conjunto de contrarreformas, o que contribui para o aumento das condições de exploração, potencialização dos lucros capitalistas e ataques às políticas sociais, com ações restritivas nos orçamentos públicos. Esse cenário é verificado em diversos países da América Latina, e no Brasil se potencializa a partir do golpe de 2016 que marca o início de uma série de decisões políticas em prol dos interesses da burguesia, como exemplos citamos a reforma da previdência social, reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95/2016 que estabelece teto de gastos. No governo Bolsonaro essas reestruturações políticas, sociais e econômicas afetam principalmente as políticas do tripé da seguridade social: Saúde, Previdência Social e Assistência social, demonstrando um crescente desmonte no campo dos direitos e no sistema público de proteção social brasileiro, cenário que se agrava no contexto da pandemia de covid-19. Ao longo deste trabalho busca-se apresentar parte dos resultados da pesquisa mencionada, que considera que as respostas à crise do capital e a condução política do governo brasileiro na pandemia agudizou e acelerou o projeto de desmonte da seguridade social.

Palavras-chave: crise do capital; seguridade social, pandemia.

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido apresenta partes dos resultados de pesquisa de iniciação científica que se realizou entre agosto de 2021 e setembro de 2022 cujo objetivo foi identificar elementos da crise contemporânea do capital e o ataque aos



direitos, em especial na quadra histórica da pandemia Covid-19 e as repercussões à gestão da política da assistência social.

No decorrer deste resumo são discutidos elementos breves da crise contemporânea do capital, entendendo-as como um processo capitalista, e as repercussões desta à seguridade social principalmente na quadra histórica da pandemia da covid-19 que se abateu sobre o mundo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa Iniciação Científica realizada entre 2021 e 2022 de natureza qualitativa foi realizada através de revisão bibliográfica, pesquisa bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica, um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa (LIMA; MIOTO, 2007), e pesquisa bibliográfica, que segundo Oliveira (2007, p. 69), é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. É um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”. Já a pesquisa documental ocorreu na base de dados do Censo SUAS dos anos de 2018 a 2020. O método de análise e de pesquisa, que orientou o processo investigativo, foi materialismo histórico-dialético.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crise do capital contemporâneo é também mais uma das crises cíclicas, já teorizadas nos estudos de Marx sobre o capital (BOSCHETTI e BEHRING, 2021). As crises, segundo Netto (2013) acontecem de tempos em tempos e normalmente precedem uma mudança dentro do sistema capitalista, que com o intuito respondê-las, buscam também mudanças que possibilitam maximizar seus lucros.

No Brasil contemporâneo o projeto de contrarreforma adotado pelos governos brasileiros contribuiu para o aumento das condições de exploração, potencialização dos lucros capitalistas e ataques às políticas sociais, com ações restritivas nos orçamentos públicos. A partir do golpe de 2016 que ocorreu de forma constitucional, ou seja, de forma legal, através da própria democracia, contra a presidenta Dilma Rousseff marca o aceleração do projeto (LÖWY, 2016).



O governo de Michel Temer, agindo pelos interesses dos capitalistas, coloca em curso a aceleração das reformas nos direitos trabalhistas, na previdência social e diversos outros direitos sociais que foram conquistados nos governos anteriores. Os capitalistas têm interesse nessa reestruturação para retomar e reafirmar o controle do capital sobre a democracia, potencializando os lucros advindos pela exploração da classe trabalhadora neste processo (CASTILHO, LEMOS, GOMES, 2017).

Esse processo de reestruturação política se agrava no governo Bolsonaro com mais reformas nos direitos trabalhistas e congelamentos de verbas públicas em todos os setores, dentre eles, os serviços de saúde e de assistência social, o que por consequência só faz por agravar o processo de exploração da classe trabalhadora (LIMA, 2010).

O teto de gastos que foi trazido pela EC-95/2016 do governo Temer, reafirmado pela PEC-186/2019, estipulou o congelamento do aumento das verbas públicas em todos os setores, a exemplo saúde, previdência social e assistência social. A EC-109/2021 e a PEC-186/2021 estas duas no governo Bolsonaro, tem que manter seus gastos públicos dentro de 95% da receita já corrente (DIEESE, Nota Técnica Nº 257, 2021). Esse quadro se agrava no contexto de pandemia em que crescem as taxas de fome (chegando a 19 milhões de pessoas), e desemprego (IRINEU, et. al, 2021).

Durante a pandemia da Covid-19, o governo federal menosprezou a gravidade da pandemia e atrasou as respostas preventivas e a vacinação, fazendo com que o Brasil atingisse o marco de mais 600 mil vítimas. O presidente Bolsonaro minimizou as consequências e o número de vítimas da pandemia e esta postura neoliberal do governo frente a crise da saúde pública só faz por agravar as condições de desigualdade, agindo pelos interesses do capital, com reformas nos direitos trabalhistas e no Sistema de Proteção Social (CARNEIRO; CARVALHO; ARAÚJO, 2021)

CONCLUSÕES

Em resposta a crise do capital, agravada principalmente no contexto da pandemia, os governos Temer e Bolsonaro intensificaram o processo do projeto de contrarreforma das políticas sociais, revertendo direitos sociais conquistados,



principalmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas e na seguridade social. Esses governos foram responsáveis pelo sucateamento de diversas políticas públicas, atingindo principalmente os setores pertencentes ao tripé da seguridade social - Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

A pandemia agravou e evidenciou ainda mais este quadro demonstrando o descaso com políticas públicas, manifestando sempre discursos muito mais voltados a preocupações com a economia do que para as necessidades da população.

Em síntese, podemos dizer que desde o golpe 2016, os governos de Temer e Bolsonaro vem agindo contra os interesses da população, implementando mudanças e reformas nos direitos trabalhistas e sociais, mascaradas por discursos neoliberais como sendo necessárias para o bem do país e da economia, mas que são planejados em prol dos interesses capitalistas, com a finalidade de acirrar a exploração da classe trabalhadora. No campo das políticas sociais, o que se revela é o avanço gradual e permanente do projeto de desmonte da seguridade social.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? In: Serviço Social & Sociedade [online], n. 140, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238> . Acesso em: 14 de ago. 2022.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, n. 130, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8h4LWxL5tPkvnNpDX7XHY6F/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 17 de ago. 2022.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; CARVALHO, Alba Maria Pinho de; ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de. Dupla pandemia, política de Assistência Social e exercício profissional em **Serviço Social**. In: **Temporalis**, Brasília, v. 1, ed. 41, p. 173-189, Jan/jun 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34520>. Acesso em: 19 de ago. 2022.

DIEESE. Nota Técnica Nº 257. Emenda Constitucional Nº 109/2021: novo desmonte dos direitos sociais. Dieese 2021 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec257PEC186pdf> . Acesso em: 10 de Out. 2022.



IRINEU, Bruna Andrade; SILVA, Laurinete; CANTALICE, Luciana; BRETTAS, Tatiana; CLOSS, Thaísa. Crise capitalista, Questão social no brasil e diretrizes curriculares da ABEPSS. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ed. 42, p. 6-15, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410>. Acesso em: 15 de ago. 2022.

LIMA, Rômulo André. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. In: Leituras Economia Política, Instituto de Economia, ano 2010, ed. 1, p. 87-110, 1 jun. 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3127/07%20ROMULO.pdf> . Acesso em: 11 ago. 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 março. 2022.

LÖWY, Michael. **O golpe de estado de 2016 no Brasil**. In: Blog da Boitempo [online]. mai. 2016 Disponível em: <http://rogeriocerqueiraleite.com.br/o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil> . Acesso em: 16 ago. 2022.

NETTO, José Paulo. Entrevista com José Paulo Netto (homenagem a Carlos Nelson Coutinho). In: Revista Habanero. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j2kF7R1mFCU&t=4s>. Acesso em: 10 de Out. 2022.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007



POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA DAS MULHERES NO BRASIL

Isabella Meira Zoca Barbosa, Isabellazoca99@gmail.com
Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora), keilapinna@hotmail.com
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR campus Paranavaí

Política Social

RESUMO: O objetivo do trabalho é iniciar uma análise dos problemas estruturais, as relações de gênero, a vulnerabilidade social e a falta de compromisso, responsabilidade e o regresso do Estado quanto às políticas de saúde pública que acabam afetando e comprometendo a saúde das mulheres.

Palavras-chave: Saúde da mulher, política pública, relações de gênero.

INTRODUÇÃO

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), referente a 2012-2019, a população de mulheres residente no Brasil é superior aos homens, cerca de 51,8% mulheres e 48,2% homens, sendo assim as mulheres ocupam mais espaço na saúde brasileira. Ressalta-se que a Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de doenças” (OMS, 1988, on-line).

Os indicadores sociais na saúde das mulheres no Brasil mostram como as relações de gênero refletem no aspecto de vida e saúde, o adoecimento implica na vulnerabilidade social das mulheres, situação que se agrava quando associada à precariedade das condições de vida, trazendo um debate estrutural, demandando políticas sociais específicas para o seu enfrentamento, e a importância de investimentos na área, que podem ajudá-las a diminuir os índices de problemas de saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS



O seguinte trabalho utilizou da metodologia de pesquisa bibliográfica que deu subsídios para abordar a discussão relacionada aos determinantes sobre a saúde da mulher. Além disso, foram levantados indicadores sociais em documentos de órgãos oficiais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (BRASIL, 2004) entende a saúde como um processo que decorre de fatores biológicos, sociais, econômicos, culturais e históricos. Isso significa que as características de saúde e doença variam no tempo e no espaço, dependendo da extensão do desenvolvimento econômico, social e humano, incluindo o gênero como fator determinante social. Cabe destacar que a igualdade de gênero faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agenda de 2030 (compromisso assinado pelo Brasil).

A inclusão de grupos de gênero nas avaliações de políticas de saúde pode revelar novas dimensões da desigualdade social e explicar situações e fenômenos que não podem ser vistos sem essa abordagem. A suscetibilidade das mulheres a certas doenças e causas de mortes está frequentemente associada à desigualdade das mulheres na sociedade e não a fatores biológicos. (FCMS/JF, 2018).

No Brasil, em 2016, as mulheres dedicam-se aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016 (IBGE, 2018).

Referente à utilização de métodos contraceptivos, a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD), indica que o pouco acesso à informação, o casamento precoce e a falta de poder de decisão das mulheres casadas ou em união, expõem mulheres ao risco de contraírem doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez



indesejada e ao aborto inseguro. (IBGE, 2018).

A mortalidade materna é inaceitavelmente alta. Cerca de 830 mulheres morrem todos os dias por complicações relacionadas à gravidez ou ao parto em todo o mundo. Estima-se que, em 2015, cerca de 303 mil mulheres morreram durante e após a gravidez e no parto, segundo informações da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2019).

As estatísticas sobre mortalidade são bastante utilizadas para a análise das condições de saúde das mulheres, as razões da mortalidade materna elevadas são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade.

No tocante a irresponsabilidade e regresso do atual Governo de Jair Messias Bolsonaro, a verba de combate ao câncer de mama, colo de útero e disparidade de gênero, passará de R\$ 175 milhões para R\$ 97 milhões em 2023, representando um corte de 45%. Os cortes também afetarão a compra de materiais, ferramentas e reformas de unidades hospitalares e ambulatorios, além de outros programas. (APP SINDICATO, 2022).

Diante do mês da campanha de conscientização da prevenção e combate ao câncer de mama, o atual Presidente não se comove em priorizar projetos para garantir a saúde e dignidade para a vida das brasileiras, quando se trata de políticas públicas voltadas para mulheres, o mesmo trabalha para destruir aquilo que demorou anos para ser estruturado.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, conclui-se que a política de saúde das mulheres é extremamente importante, pois os meios preventivos de saúde impedem que grande parte delas agrave mais ainda seus diagnósticos de doença. Também é possível



visualizar a precarização e retrocesso das políticas públicas, uma vez que os recursos que deveriam ter a primazia são os menos financiados.

Além disso, ressalta-se o dever das políticas públicas em defesa dos direitos, à liberdade e a autonomia das mulheres, por mais complexo que se estenda a relação de descaso do governo com essas políticas, há sempre a necessidade de deixar claro o quanto a perspectiva de resistência ao desmonte, fortalece as políticas públicas de atenção à saúde das mulheres, trazendo mais inclusão, garantia de direitos, igualdade de gênero e assim equidade.

REFERÊNCIAS

APP-SINDICATO **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/jair-bolsonaro-corta-verba-de-combate-ao-cancer-em-pleno-outubro-rosa/> Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**. Princípios e Diretrizes. Brasília, 2004. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. **Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

FCMS/JF, **SUPREMA FAC. DE CIÊNCIAS MÉDICAS E DA SAÚDE DE JUIZ DE FORA**. Disponível em: <https://www.suprema.edu.br/noticia/-1596> Acesso em 11 de out. 2022.

IBGE, **Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019**. IBGE educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html/> Acesso em: 18 de set. 2022.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica - n.38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso: 19



de set. 2022.

IBGE, **Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. 2018.** Disponível em:
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materiasespeciais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-nobrasil.html> Acesso em:
 19 de set. 2022.

OPAN, **Organização Pan-Americana de Saúde, 2019.** Disponível em:
<https://www.paho.org/pt/node/63100> Acesso em: 19 de set. 2022.



O FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL BÁSICA FRENTE AO AVANÇO DOS REPASSES VOLUNTÁRIOS: APROXIMAÇÕES AOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I NO PARANÁ

Ana Karoline da Silva do Nascimento, a.karoline150@gmail.com
Resumo expandido/ Fundação Araucária do Paraná
Marília Gonçalves Dal Bello, maldalbello@hotmail.com
Universidade Estadual do Paraná

Eixo Temático: Política Social

RESUMO

Considerado o contexto de acirramento dos cortes no financiamento das políticas sociais no atual governo, o presente estudo, tem como foco estudar o financiamento da política de assistência social em municípios de pequeno porte I da mesorregião geográfica do noroeste do Paraná. A hipótese ponderada, é a de que, em período de pandemia, os repasses para os serviços da proteção básica do Sistema Único da Assistência Social (Suas), tem sido descontinuado e emergencial, sem compromisso com a consolidação da proteção social como política pública. Para o desenvolvimento do trabalho foi adotada metodologia qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental sobre o tema e coleta de dados junto aos bancos de dados disponibilizados pela Rede Suas /parcelas pagas e Portal da Transparência dos 27 municípios delimitados como amostra da pesquisa, referentes aos anos de 2020 e 2021. Os resultados alcançados sinalizam para uma regressão dos saldos em conta dos recursos ordinários destinados pelo governo federal aos municípios estudados nos anos de 2019 a 2020 e 2020 e 2021. Isso está intrinsecamente relacionado a um aumento exponencial dos repasses dos recursos extraordinários e transferências voluntárias por parlamentares.

Palavras-chave: Assistência social, proteção básica, financiamento.

INTRODUÇÃO

O foco deste resumo será a apresentação breve dos resultados e discussões feitas durante o período de vigência do Programa de Iniciação Científica (2021-2022), com bolsa pela Fundação Araucária do Paraná, que teve como objetivo estudar o financiamento da política de assistência social em municípios de pequeno porte I da



mesorregião geográfica do noroeste do Paraná. O estudo realizado teve como motivação o conhecimento da situação que se encontrava o financiamento da política de assistência social nesses municípios, levando em conta os retrocessos legais¹¹ que vem atacando a política, tendo como ponto de partida a mudança no contexto político e econômico do país, cujos resultados desencadearam um regressivo desfinanciamento das políticas sociais, como é a de assistência social.

Os ataques a política estão diretamente relacionados ao acirramento do neoliberalismo e do conservadorismo, o que as autoras, como Potyara Amazoneida Pereira Pereira, Juliana Fiuza Cislach e Wendy Brown, estão classificando como “nova direita” ou ultraneoliberalismo. Essa nova face do neoliberalismo tem como características a privatização de empresas, desmontagem de serviços públicos, principalmente saúde e previdência social, abrindo espaço ao capital privado para apropriar-se dessas áreas, polarização social e política extrema, desemprego em massa, dentre outras características.

Como tendência do avanço da nova direita, presencia-se uma exaltação das antigas proposições liberais de Estado mínimo, somadas ao resgate e conservação de proposições antidemocráticas, como formas de proteção à liberdade individual (BROWN, 2019).

De acordo com a pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social (Fonseas) publicada em Brasília no dia 13 de abril de 2021, intitulada “Orçamento e gestão financeira do Sistema Único de Assistência Social nos Estados e Distrito Federal”, a partir do ano de 2017 houve redução no orçamento da política de assistência social de 21,6%. Em 2021 esse déficit chegou a

¹ A Emenda Constitucional n. 95/2016 que congela o teto de gastos por 20 anos e a Portaria nº 2.362/2019 que autoriza o repasse aos fundos que estiverem com menor disposição orçamentária e desobriga o pagamento de despesas anteriores.



59,34%², com valor orçamentário muito aquém do esperado pelos gestores.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como metodologia foi utilizada pesquisa qualitativa, com base em levantamento documental e bibliográfico. Realizou-se ainda coleta de dados junto ao site disponibilizado pelo Ministério da Cidadania – link Suas Web/parcelas pagas no período de 2019, 2020 e 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise dos resultados da pesquisa, duas variáveis foram levadas em consideração, quantitativo de municípios em relação aos valores discrepantes relacionados aos saldos em contas entre 2019 a 2020 e entre 2020 a 2021.

A partir da investigação da discrepância entre os repasses de recursos ordinários destinados ao financiamento da proteção social básica entre 2019 e 2021, relacionando com a quantidade de municípios, foi constatado que em sua maioria identificou-se entre 2019 e 2020 defasagem de recursos acima de R\$ 90.000,00.

Com base na análise realizada, constata-se a prevalência das maiores defasagem estarem entre os municípios menores, com até 9 mil habitantes. Isso pode estar associado a descontinuidade no repasse de recursos, condicionado ao esgotamento dos recursos no Fundo Municipal da Assistência Social, conforme pautado pela Portaria 2.362/2019. Logo, infere-se que são esses os municípios que possivelmente tenham as maiores reservas financeiras.

Foi verificado que em todas as cidades os valores recebidos em recursos extraordinários ultrapassam o orçamento anual para a proteção básica. Foram investidos valores, que apesar de relevantes, não suprem os sucessivos cortes no

² Pesquisa disponível em: <http://fonseas.org.br/pesquisa-sobre-orcamento-e-gestao-financeira-do-suas/>. Acesso em: 25 mai. 2022.



orçamento da assistência social, sinalizando precárias condições de provisão da proteção básica nos municípios estudados.

No sentido de dar respostas a essas defasagens, o governo federal tem recomendado e incentivado o repasse de recursos via verbas parlamentares (Portaria nº 580/2020), que à revelia das necessidades de atendimento aos direitos socioassistenciais, privilegia as transferências voluntárias de político e seus interesses eleitoreiros. A Política Nacional de Assistência Social (2004) adverte sobre essa forma de financiamento tradicional como “ações definidas desarticuladas do conjunto das instâncias do sistema descentralizado e participativo” (BRASIL, 2005, p. 49).

Foi constatado que entre os 27 municípios que compõem a Mesorregião Geográfica do Paraná, 12 estão cadastrados no Sistema de Gestão e Transferências Voluntárias (SIGTV) e recebem os repasses em parcela única. A maioria dos municípios (9) estão entre os menores com até 9 mil habitantes.

Destaca-se que no ano de 2020 houve aumento considerável de municípios que passaram a receber as transferências voluntárias. Em comparação com o ano de 2019, o aumento foi de 41,73%.

No ano de 2020 as transferências via emendas parlamentares estão concentradas nos valores entre R\$ 100.000,00 a R\$ 50.000,00, em sua maioria (3) em cidades com população de até 9.000 habitantes. Importante destacar que em 2020 além do aumento do número de cidades e dos investimentos, também ocorreu a diversificação dos repasses para custeio e investimento. Isso pode estar associado à chegada do período eleitoral e a necessidade dos políticos de angariar votos nos municípios que possuem proximidade política. As emendas parlamentares estão condicionadas ao parlamentar que pertence aquele município, tornando a destinação de recursos para a política um jogo de interesses eleitorais, retomando as práticas clientelistas.

CONCLUSÕES



Os resultados alcançados sinalizam para uma regressão dos saldos em conta dos recursos ordinários destinados pelo governo federal aos municípios estudados nos anos de 2019 a 2020 e 2020 e 2021. Isso está intrinsecamente relacionado a um aumento exponencial dos repasses dos recursos extraordinários e transferências voluntárias por parlamentares.

Os resultados obtidos atestam o contínuo desfinanciamento que a política de assistência social, principalmente dos municípios de pequeno porte I, foco da pesquisa, é acometida desde o final dos governos petistas até o presente governo, somando 6 anos de regressão de direitos e descompromisso com as pactuações e deliberações com referência nas normativas que regem o SUAS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da cidadania. **Rede Suas Web**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/suaswebcons>. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social**. [S. l.], 2022. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNA_S2004.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

BROWN, Wendy L. **A esfera pessoal protegida tem que ser expandida**. In_____. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. 2 ed. São Paulo: Filosófica Politeia, 2020.



ESTILO DE VIDA DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE DE PARANAVÁI – CARACTERÍSTICAS EM ÉPOCA DE PANDEMIA

Augusto Henrique dos Santos Lima, riklima70@gmail.com;
(Resumo Expandido/Fundação Araucária.)
Sérgio Roberto Adriano Prati, srp@bol.com.br,
Unespar -Campus Paranaíba

TEMAS TRANSVERSAIS

RESUMO:

Introdução: O estilo de vida (EV) é formado por todas as ações e percepções que o indivíduo adota. Os professores e funcionários das universidades tem importante função social dentro das instituições de ensino, contudo durante a pandemia da COVID19 houve mudanças drásticas na forma de atuar e de viver. **Objetivo:** Analisar as características de EV de docentes e agentes universitários de uma universidade paranaense e identificar quais fatores mais afetaram o modo de viver dessas pessoas no momento da pandemia. **Metodologia:** A amostra foi composta por 63 participantes, docentes e funcionários. Todos responderam via plataforma virtual (Google Forms) o questionário EV Fantástico. Quanto mais alta a pontuação melhor, mais seguro e saudável é o EV. **Resultados:** Foi identificado que os agentes, docentes e terceirizados obtiveram 60%, 37% e 50% respectivamente de EV inadequado. Na dimensão AF dos funcionários observou-se que quando infectados a atividade física foi influenciada negativamente, além disso 100% funcionários que tiveram COVID19 estavam com EV inadequado. **Conclusão:** O EV de docentes e funcionários dessa universidade foi caracterizado predominantemente como inseguro e de maior risco a saúde, porém não foi percebida diferença no EV entre pessoas que tiveram COVID19 daquelas que não contraíram, todavia quando funcionários tiveram a infecção, todos os casos se caracterizaram com EV não seguro e saudável.

Palavras-chave: Professores de Ensino Superior, Fatores de Estilo de Vida, Funcionários.

INTRODUÇÃO

A pandemia da coronavírus (COVID19) tem afetado gravemente as pessoas do planeta desde 2020 (CEYLAN; OZKAN; MULAIZIMOĞULLARI, 2020) e causado profundas mudanças no modo de vida da população (MALTA1 et al., 2020). O modo de vida pode ser entendido como estilo de vida, sendo este composto por ações de caráter físico, social e mental que definem como vive o indivíduo (NAHAS, 2017). Tanto o aluno quanto o professor se adaptaram para um novo modo de vida, e isso afetando



diretamente o estilo de vida geral das pessoas (ESTEVES et al., 2021; DOS SANTOS DUARTE; RONDINI; PEDRO, 2020). De forma semelhante os trabalhadores das instituições de ensino não docentes também passaram a adotar formas diferentes de atuação (CRUZ et al., 2020; DANGELO et al. 2021). Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as características de estilo de vida de funcionários e professores de uma universidade paranaense e identificar quais fatores do estilo de vida mais afetaram o modo de vida dessas pessoas no momento da pandemia COVID19.

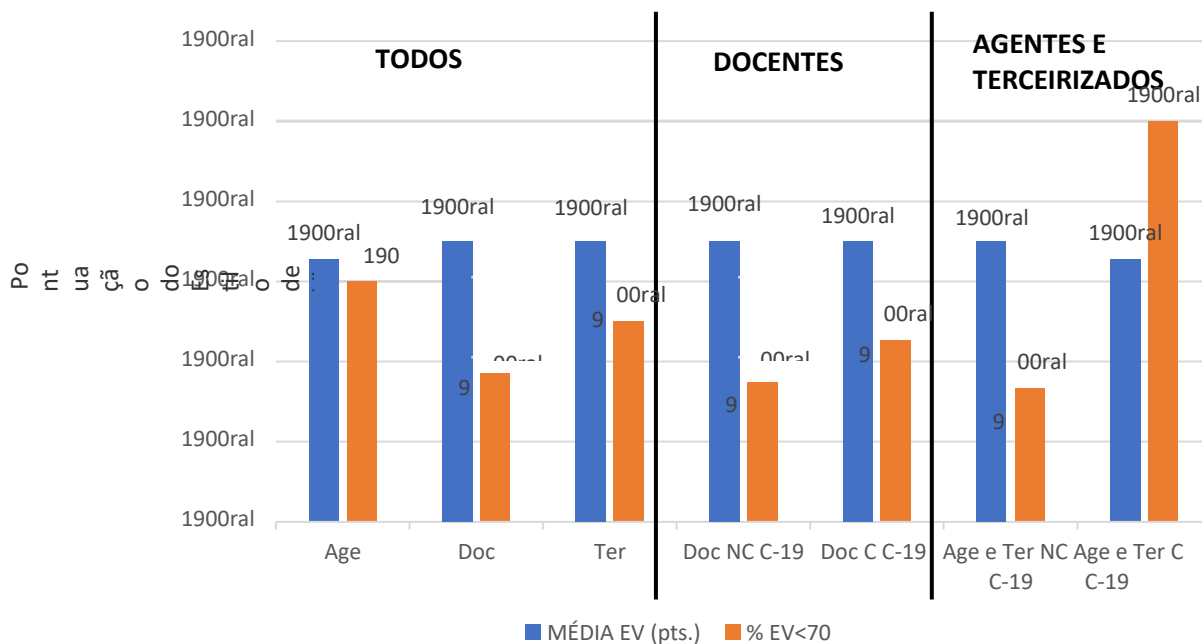
MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo teve aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Paraná (CAAE 44914221.9.0000.9247, Parecer no. 4.640.672). A população contemplou 63 participantes sendo 85,7 % docentes e 14,3% funcionários (agentes e terceirizados) de uma universidade do noroeste do Paraná. Para identificação do EV foi utilizado o questionário padronizado Estilo de Vida Fantástico (EVF) (AÑEZ; REIS; PETROSKI, 2008). O questionário é composto por 23 questões com respostas que variam de 0 a 4 pontos (pts.) e 2 questões dicotômicas com os valores 0 e 4 pts.

Foram enviados e-mails e/ou mensagens pelo WhatsApp com as orientações para o preenchimento do questionário, juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido e o link para acesso ao formulário online, a aplicação do questionário foi realizada de forma virtual, por meio do Google Forms. Os dados foram analisados a partir da estatística descritiva com valores em forma de média, desvio padrão e valores em percentual de casos estratificados em EV adequado (mais seguro e saudável) e inadequado (menos seguro e saudável). Os programas Excel e Statistica 4.3 foram usados para organização e cálculos de dados. O teste “t” de Student para amostras independentes foi usado para comparação entre médias com o nível de confiança adotado de 95%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 1 - Comparação do Estilo de vida (EV) geral de docentes (Doc), agentes (Age) e terceirizados (Ter), que não contraíram COVID-19(NC C-19) e que contraíram COVID-19(C C-19) durante a pandemia de COVID-19. Valores em médias de pontos (pts.) do EV e porcentagem de casos menos seguros e saudáveis (EV<70 pts.).



Fonte: Autores.

A figura 1 mostra a média geral de pontos do estilo de vida dos agentes ($65,2 \pm 9,8$ pts.), docentes ($72,1 \pm 10,9$ pts.) e terceirizados ($71,7 \pm 9,1$ pts.), dos quais 60%, 37% e 50% respectivamente dos casos se caracterizaram menos seguros e saudáveis. Considerando que o EV menos seguro e menos saudável se refere a valores menores que 70 pontos, em relação aos docentes, agentes/terceirizados que não contraíram COVID-19 (NC C-19) estes tiveram médias de $72,7 (\pm 10,8)$ pts. e $69,3 (\pm 11,4)$ pts., enquanto os que contraíram (C C-19) as médias foram $69,7 (\pm 11,6)$ pts. e $65,6 (\pm 4,9)$ pts., com 34,8%, 45,4%, 33,3%, e 100%, considerados de maior risco à saúde e segurança respectivamente.



Tabela 1- EV dos docentes, agentes e terceirizados que não contraíram COVID-19 e que contraíram em todos os domínios do EVF durante a pandemia de COVID-19. Valores em média, desvio padrão e % de casos inadequados. Confiância de 95%.

Domínios (Pts. IN)	Docentes		Agentes e Terceirizados	
	NC C-19 n= 43	C C-19 n= 11	NC C-19 n= 6	C C-19 n= 3
	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)
EV geral	72,7 (±10,8)	69,7 (±11,6)	69,3 (±1,1)	65,5 (±4,9)
FA (<6 pts.)	7,0 (±1,3)	6,4 (±1,4)	4,6 (±2,5)	5,0 (±1,7)
AF (<6 pts.)	3,2 (±2,5)	2,4 (±1,4)	4,0 (±1,2) *	1,3 (±1,5) *
N (<9 pts.)	7,5 (±2,9)	7,3 (±2,2)	6,0 (±3,5)	4,6 (±1,5)
TD (<13 pts.)	14,0 (±1,5)	14,1 (±1,2)	14,1 (±1,4)	14,0 (±0)
AL (<10 pts.)	9,9 (±2,6)	10,3 (±2,3)	10,8 (±1,1)	11,6 (±0,5)
SS (<15 pts.)	15,7 (±2,7)	14,6 (±3,2)	14,0 (±3,3)	14,0 (±2,0)
T (<6 pts.)	4,0 (±1,8)	3,8 (±2,1)	4,5 (±1,9)	4,3 (±1,5)
I (<9 pts.)	7,9 (±2,7)	7,4 (±3,4)	7,6 (±3,5)	7,0 (±2,0)
C (<3 pts.)	3,0 (±1,0)	3,0 (±1,0)	3,5 (±0,3)	3,6 (±0,5)

Legenda: NC C-19 (Não contraíram COVID-19); C C-19 (Contraíram COVID-19); n (Amostra); Pts. IN (Pontos inadequados), FA (Família e amigos); AF (Atividade física); N (Nutrição); TD (Tabaco e drogas); AL (Álcool); SS (Sexo, comportamento preventivo e estresse); T (Tipo de personalidade); I (Introspecção); C (Carreira); DP (Desvio Padrão), % IN (Porcentagem de casos inadequados). *Quando $P < 0,05$.

Segundo a tabela 1, não houve diferença entre as médias que definem o *status* do Estilo de Vida Fantástico (EVF) e seus domínios, dos docentes e agentes/terceirizados que relataram ter contraído a COVID-19 em relação àqueles que não contraíram COVID-19, contudo, há uma exceção, no caso relativo ao domínio AF, na qual os agentes e terceirizados que não contraíram COVID-19, em média apresentaram condições de atividade física em condições mais seguras e saudáveis em relação aos infectados (\tilde{N} -COVID=4,0±1,2pts.; C-COVID=1,3±1,5pts, $P < 0,05$). Outras informações importantes são que na observação dos domínios do EV nessa tabela, em média AF, N, T e I estão abaixo do considerado mais seguro e saudável em qualquer condição e grupos analisados, e, especificamente nos funcionários agentes/terceirizados inclui-se também FA e SS nessa condição de maior risco.

Ao observar os agentes e terceirizados, notou-se que o estilo de vida (EV) geral dos grupos de infectados ou não pelo COVID-19, ambos foram considerados menos seguros e saudáveis, pois em média não atingiram 70 pontos (pts.). Destaca-se que no domínio atividade física houve diferença ($P < 0,05$) entre os grupos, fator que se assemelha aos encontrados por D'Angelo et al. (2021), estudo que apontou que a pandemia gerou grandes alterações em suas rotinas, dentre elas alterações de humor



e na prática de exercício físico. Quando observado apenas o grupo que contraiu COVID-19, os domínios que também contribuíram para o baixo EV, foram FA, N, SS, T e I, nos quais compartilharam de resultados inferiores aos escores mais seguros (6, 9, 15, 6 e 9 pts.). Situação preocupante, pois seis dos nove domínios que compõem o EVF, se apresentaram menos seguros e saudáveis.

CONCLUSÕES

O estilo de vida de docentes e funcionários dessa comunidade universitária foi caracterizado predominantemente como inseguro e de maior risco a saúde, porém não foi percebida diferença no EV entre pessoas que tiveram COVID19 daquelas que não contraíram, todavia quando funcionários tiveram a infecção, todos os casos se caracterizaram com EV não seguro e saudável. Em relação aos domínios, apenas atividade física houve diferença em agentes e funcionários infectados ou não pelo COVID-19. Sendo assim se torna necessárias novas pesquisas nesta população investigada, devido a predominância de casos de estilo de vida menos seguro e saudável, fator preocupante e influenciador negativo nos aspectos de saúde de docentes e funcionários do ensino superior além da implantação de políticas públicas e intervenções que visem a melhora do EV dos indivíduos dessa comunidade universitária.

REFERÊNCIAS

ÁÑEZ, C. R. R; REIS, R. S; PETROSKI, E. L. Versão Brasileira do Questionário “Estilo de Vida Fantástico”: Tradução e Validação para Adultos Jovens. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**. 91(2). 102-109, 2008.

CEYLAN, R. F.; OZKAN, B.; MULA ZIMO GULLARI, E. **Historical evidence for economic effects of COVID-19**. 2020.

CRUZ, R. M.; ANDRADE, J. E. B.; MOSCON, D. C. B.; MICHALETTO, M. R. D.; ESTEVES, G. G. L.; DELBEN, P. B.; QUEIROGA, F.; CARLOTTO, P. A. C. COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 2, p. I-III, 2020.

D'ANGELO, M. L. M.; BIBI, A. P.; NASCIMENTO, J. de A.; LEMOS, A. T. de. Atenção à saúde do trabalhador durante a pandemia de covid-19. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 1, p. 530- 536, 2021.

DOS SANTOS DUARTE, C.; RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M. PRÁXIS. DOCENTE E



A PANDEMIA DO COVID-19: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES. In: **Anais do CIET: EnPED: 2020- (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias| Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)**. 2020.

ESTEVES, C. S.; ARGIMON, I. I. de L.; FERREIRA, R. M.; SAMPAIO, L. R.; ESTEVES, P. S. Avaliação de sintomas depressivos em estudantes durante a pandemia do COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 9, n. 1, p. 9-17, 2021.

NAHAS, M. V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida**. 7º Ed. Florianópolis: Ed. Do Autor, 2017.



DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A CONCEPÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Rodrigo dos Santos Santana, rodrigasantana5467@gmail.com
(Orientando de PIBIC, Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR);
Profa Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora),
keila.pinna@unespar.edu.br; Prof. Me Leonardo
Carvalho de Souza (Co-orientador),
leonardo.souza@unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí

Temas Transversais

RESUMO: Neste trabalho, apresentamos uma prévia dos acúmulos alcançados sobre direitos humanos de crianças e adolescentes e concepção da construção sócio-histórica da infância e adolescência. O recorte faz parte da pesquisa de Iniciação Científica, 2022, intitulada: “**Violações dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens no Brasil: um mapeamento do contexto pandêmico**”. Nesse sentido, discutimos como os direitos humanos embasaram outras legislações pertinentes nesse campo e como a concepção histórica e social dos direitos e da própria infância e adolescência é uma perspectiva, que permite fazer a denúncia de violações de direitos, bem como destacar as diversidades que permeiam o público infantojuvenil.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Crianças e Adolescentes, Violações.

INTRODUÇÃO

As violações de direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens é uma problemática evidente em nossa sociabilidade e se agravam num país como o Brasil, de formação colonial e a partir de violências estruturais. A partir dessa problemática, que organizamos a proposta da pesquisa, ainda em desenvolvimento, cujo intuito é elencar a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes durante a pandemia de Covid-19. Com esse propósito, o resumo apresenta uma breve recapitulação a respeito da construção sócio-histórica da concepção de infância e



adolescência, bem como damos indicativos sobre como se materializam os direitos humanos no Brasil para crianças e adolescentes e por fim, algumas violações de direitos que a pesquisa de IC, tem intuito de destacar na continuidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa se desenvolve a partir de materiais já publicados como, por exemplo, livros, artigos, jornais, revistas, documentários e reportagens, que estejam ligados aos temas: direitos humanos, crianças, adolescentes e jovens, violação de direitos desse público. Caracterizando-se assim como uma pesquisa de cunho bibliográfico. Esta é uma pesquisa qualitativa e quantitativa, uma vez que tem por objetivo apresentar resultados a partir do estudo de outros materiais teóricos e usa de dados quantitativos para expressar violações de direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Começando pela compreensão de que o conceito de criança e adolescência abordados na pesquisa não se baseiam em caráter biológico ou restritamente etário para determinar onde se começa e termina essa fase da vida, o que tomaremos como base é um conceito sócio-histórico, assim fundamentados pela autora Bock (2007) para a qual a compreensão de que ser criança ou adolescente tem muito mais haver com a sociedade e o convívio destes, do que a sua idade ou as transformações biológicas que ele passa ao longo da vida.

Nas palavras da autora, “não há nada de patológico; não há nada de natural. A adolescência é social e histórica. Pode existir hoje e não existir mais amanhã, em uma nova formação social; pode existir aqui e não existir ali” (BOCK, 2007. p. 70). E isso não significa que esse é um conceito posto, pelo contrário, assim como este se constituiu pode ser desfeito ou transformado. “Não há uma adolescência, enquanto possibilidade de ser; há uma adolescência enquanto significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas” (BOCK, 2007. p. 70). Esta conceituação se faz necessária para que não se prenda a um conceito de que por se ter a idade X ou



Y, esteja fora dos parâmetros da pesquisa. Ademais, destacamos que compreender a infância e adolescência demanda focar em fatores de classe, raça, gênero, território e etnia.

Tendo isso em vista, começamos então por dois movimentos de pesquisa e análise, o primeiro fazendo uma incursão do que são os direitos humanos de forma breve e em seguida caracterizando como se deu essa materialização dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil.

Num sentido mais internacional, podemos pensar que após as revoluções burguesas, conforme Trindade (2012), a classe recém chegada ao poder, criou um aparato jurídico-burocrático entre os quais se dará a gênese dos direitos humanos, tendo como expressão a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1793 que apresenta os direitos de “igualdade, liberdade, segurança e propriedade”, bem como afirmar que “Todos os homens são iguais por natureza e diante da lei”, que a lei representa a vontade geral, que a liberdade pertence ao povo, que tem direito de manifestar suas opiniões, cultivar sua religião. Ninguém poderá ser acusado sem que haja provas e deverá haver o direito de defesa, a própria presunção da inocência, que as penas devem ser proporcionais e que o comércio deve ser permitido.

Deste modo, nesta prerrogativa no Brasil, podemos tomar como marco histórico de registro dos direitos humanos na legislação, a própria Constituição Federal de 1988. Que apesar de prescrever inúmeros direitos e garantias, ainda identificamos no cotidiano da população brasileira inúmeras violações desses direitos. A desigualdade, o racismo estrutural, o machismo, o patriarcado e a própria violência estrutural promovem violações (BRASIL, 2012; CARVALHO, 2012; SOUZA, 2017; ALMEIDA, 2020).

Para crianças e adolescentes os direitos humanos se materializam mais enfaticamente a partir do artigo 227, da Constituição, em que assegura a crianças e adolescentes direitos básicos para sua caracterização como cidadãos, sendo eles:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à



profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2016, on-line).

Estes direitos nos últimos anos têm sido cada vez mais negligenciados pelo governo, cortes na nas verbas destinadas à educação, a crescente de 19 milhões de desempregados, o país que havia saído do mapa da fome em 2014, teve o Conselho de Segurança Alimentar extinto em 2019, e hoje está novamente no mapa da fome. Fome esta que o atual presidente constantemente nega a existência “Fome no Brasil? Fome para valer, não existe da forma como é falado”. E assim o presidente se nega a enxergar o estado em que se encontra o país ao qual governa.

CONCLUSÕES

A construção da concepção da infância e adolescência, bem como de direitos humanos desse público é social e histórica e, podemos dizer tardia, no Brasil, que enfrenta um momento intensificação no cenário político e social, com um presidente que constantemente nega seus atos, nega a existência das necessidades da população e incentiva discursos inconstitucionais. E embora, todos os brasileiros sejam vítimas da atual gestão, crianças e adolescentes têm sentido mais intensamente os efeitos prejudiciais dessa gestão, a precarização da educação, aumento da pobreza e da fome por serem um público com maior vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional** [online] v.11, n. 1, p. 63-76, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007> Acesso em: 11. out. 2022.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei n. 8.662/93 de**



regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.** Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRINDADE, José Damião. **História social dos direitos humanos.** São Paulo: Petrópolis, 2012.



A ARTE NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS EM PARANAÍ – PR

Rafaela Machado, e-mail: rafaelamazutti@hotmail.com;
Leonardo Carvalho de Souza, e-mail: leonardo.souza@ies.unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Temas Transversais

RESUMO: O Serviço Social tem a possibilidade de intervir na vida dos sujeitos em dimensões que vão além do atendimento às necessidades básicas do indivíduo, por meio da garantia de acesso a direitos sociais, permite diversas vias de ações com implicações nas dimensões pessoal, social, política e ideológica, bem como nas histórias de vida. A partir desta premissa, temos como objeto nesse resumo parcial de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em andamento, a mobilização da arte no desenvolvimento do exercício profissional de assistentes sociais. Para tanto, partimos da problemática: qual a contribuição de obras e recursos artísticos nas atividades cotidianas do exercício profissional de assistentes sociais que trabalham no município de Paranaíba/PR. Objetivamos analisar se e como a arte está presente no trabalho desses assistentes sociais e como o direito à cultura pode ser propiciado por meio de sua atuação. Nos orientamos pela teoria social crítica, especialmente na defesa da arte como um produto da atividade humana, com potencial de propiciar a humanização e a sensibilização dos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social, Arte, Intervenção Profissional.

INTRODUÇÃO

Partimos da compreensão da problemática da violência e desumanização, como resultado da falta e o pouco acesso a cultura e a arte, bem como busca-se a qualificação do exercício profissional dos(as) assistentes sociais. O objetivo da pesquisa é analisar se e como a arte está presente no exercício profissional dos(as) assistentes sociais e como o direito à cultura pode ser propiciado em sua atuação. Utilizamos como objeto de estudo delimitamos a arte, como intervenção profissional do Assistente Social. A expectativa é ao final compreender mais a respeito do lugar da arte como promover o direito de acesso à cultura no âmbito do Serviço Social.



MATERIAIS E MÉTODOS

Em relação aos materiais, na dimensão bibliográfica temos utilizado livros e artigos que tratam sobre o papel da arte no processo de humanização, relação entre Serviço Social e Arte e seus usos no exercício profissional dos(as) assistentes sociais do município de Paranavaí/PR. Em relação ao método, nos orientamos pela teoria social crítica, que possibilita a crítica às desigualdades sociais entre as quais a mercadorização e elitização da arte. Tal abordagem permite pensar o campo da estética e da formação humana, especialmente a partir de autores como Scherer (2013, 2016), Lukács (2018), Oldrini (2019) e Vygotsky (1999), que partem do trabalho enquanto categoria fundante do ser social para entender os complexos da arte e da estética. A produção da empiria contempla a elaboração e aplicação de um questionário (em andamento), que versa a respeito de como os(as) assistentes sociais contribuem para a promoção e acesso à cultura aos(as) atendidos(as) em seu exercício profissional, sobre o uso de elementos artísticos (músicas, filmes, literatura, pinturas, etc.), uso de arte por outros(as) profissionais da instituição na qual atuam, a falta de arte no desenvolvimento do exercício profissional, o contato com a Fundação Cultural de Paranavaí e a respeito de como os(as) profissionais entendem a conexão da arte com o Serviço Social e o exercício profissional.

ARTE E O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO

A concepção marxista de homem¹ mostra que os sujeitos são construídos socialmente, por meio da apropriação da cultura humana socialmente elaborada. Essa apropriação demanda constante contato com a cultura criada e desenvolvida pelos seres humanos. Nesse sentido, adotamos a explicação de desenvolvimento humano e humanização forjado pela ontologia do ser social e de concepções

¹ Adotamos a linguagem de gênero em todas as passagens possíveis, conforme o Código de Ética dos(as) assistentes sociais. Contudo, alguns(as) autores(as) em algumas discussões utilizam o termo “homem” para se referir ao gênero humano, ao passo que é impossível fazer a adequação de linguagem de gênero (BRASIL, 2012).



marxianas e marxistas, seja com base na psicologia ou na educação (VYGOTSKY, 2019; OLDRINI, 2019).

Vygotsky (1999), discute que a arte só poderá ser considerada um objeto de estudo científico quando for considerada uma das funções vitais da sociedade. Entre as tendências sociológicas da teoria da arte, o materialismo histórico-dialético apresenta maior coerência, por procurar construir uma análise científica da arte baseada em princípios e estudos dos fenômenos da cotidianidade. Contudo, a sociabilidade do capital se estrutura a partir da lei geral da acumulação capitalista, que implica na produção e reprodução da exploração da força de trabalho, na desigualdade e matiza as inúmeras expressões da questão social². Essa estrutura se manifesta em todos os demais complexos sociais, como o jurídico, educacional, cultural, religioso, entre outros. Portanto, a arte e a formação humana são imbricadas por esses processos econômicos, políticos e culturais da sociabilidade estruturada na lógica do capital (MARX, 2013).

A sociabilidade orientada ao capital tem a necessidade de manutenção da estrutura de classes, o capitalismo forja inúmeras ideologias e várias concepções individualistas de formação humana, e de responsabilização dos sujeitos por problemas sociais e estruturais. Nesse sentido, o homem como sujeito que se auto constrói pode ser uma ideia problematizada no sentido de que a construção do psiquismo demanda aspectos sociais e externos da cultura que são internalizados no processo formativo, ou seja, os sujeitos não se formam sozinhos e internamente, mas por meio da apropriação de elementos produzidos social e coletivamente como, por exemplo, a arte, a filosofia e a ciência (VYGOTSKY, 1999; SCHERER, 2016).

A sociedade capitalista é produtora de fetiches, pelo fato de tudo ser transformado em mercadoria, a chamada: “coisificação da vida humana”, que amplia

² A questão social é aqui entendida como um conjunto de expressões das desigualdades sociais que se desdobram através do embate entre o capital e o trabalho, reproduções da dinâmica entre as classes e a resistência da classe trabalhadora para com processo de exploração. Segundo Iamamoto (2004, p. 95) a questão social é compreendida como o “processo de formação e de desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político, exigindo, a partir de suas lutas, o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado”.



a naturalização da violação dos direitos humanos, a banalização da morte e processos de desumanização. Para a manutenção da sociedade de classes é necessário que as classes dominantes elaborem um conjunto de ideologias e fetiches, elitizem a arte e a cultura, bem como rebaixe e desqualifique a cultura e a arte popular, nesse processo se hierarquiza as formas de acesso e consumo da arte, que nega a possibilidade de humanização plena de parte da população (MARX, 2008; MARX; ENGELS, 2007; SCHERER, 2013, 2016).

A música do grupo porto riquenho, *Calle 13* intitulada “*Latinoamérica*”, contribui para o processo de denúncia à mercadorização dos corpos, dos alimentos, da terra, do trabalho, pelo sistema capitalista, bem como propõe uma ideia de resistências, como podemos identificar no trecho a seguir:

Não se pode comprar o vento/ Não se pode comprar o sol/ Não se pode comprar a chuva/ Não se pode comprar o calor/ Não se pode comprar as nuvens/ Não se pode comprar as cores/ Não se pode comprar minha alegria/ Não se pode comprar minhas dores.

Em síntese, compreendemos o processo de crítica a interpretação liberal, capitalista e mercadorizante da arte e da cultura, bem como seus prejuízos ao processo de humanização. Em contrapartida, numa perspectiva ontológica, entendemos a arte, sua produção e consumo, como uma atividade humana de caráter criativo, crítico, que possibilita a elevação e compreensão da cotidianidade (BOAL, 2005; SCHERER, 2013; LUKÁCS, 2018).

Em relação aos dados já coletados por meio da pesquisa, destacamos que, 3/4 responderam que não contribuem com a promoção do acesso à cultura em seu exercício profissional, entretanto todas as respondentes sentem falta de elementos artísticos em seu espaço de trabalho. 3/4 das respondentes, mencionaram tipos de arte que poderiam ser utilizados em seu ambiente de trabalho, inclusive mencionam que trabalham em parceria com a Fundação Cultural de Paranavaí-PR, para realização de projetos envolvendo cultura e arte. Três das quatro concordam que o acesso à cultura tem relação com o Serviço Social e que a cultura contribui ao desenvolvimento da sensibilidade e fortalecimento de vínculos.



CONCLUSÕES

Em síntese, nossa empiria, mesmo que parcial, já permite compreender a demanda no que se refere a arte e cultura, além de uma ausência desses elementos no exercício profissional e demanda em promover esse direito aos usuários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Política.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LUKÁCS, George. **Introdução a uma estética Marxista:** Sobre a Particularidade como Categoria da Estética. 1. Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

SCHERER, Giovane Antonio. **Serviço Social e Arte:** juventudes e direitos humanos em cena. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHERER, Giovane Antonio. Entre cores, tons, sons e cenários: o papel da arte como uma dimensão da vida humana no enfrentamento ao pensamento fetichizado. In: FERNANDES, Idília; PRATES, Jane. **Diversidade e Estética em Marx e Engels.** Campinas: Papel Social, 2016, p. 51-69.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da Arte.** 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IAMAMOTO, M, V. **Renovação e conservadorismo em Serviço Social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro.** Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital:** Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Bom tempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLDRINI, Guido. **Os marxistas e as artes:** Princípios de metodologia crítica marxista. 1. ed. Coletivo Veredas. Maceió, 2019.



PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GRUPOS REFLEXIVOS COM AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Maria Gabriela Amaro Jacovozzi, mariagabrielaamarojacovozzi@hotmail.com;
(Iniciação Científica – PIC voluntário.)

Maria Inez Barboza Marques (Orientadora), maria.marques@unespar.edu.br,
Universidade Estadual do Paraná/Campus Paranavaí

Eixo Temático: Temas Transversais

RESUMO: O resumo expandido abordará o tema grupo reflexivo com autores de violência contra mulheres, a partir dos resultados do início de pesquisa do Projeto de Iniciação Científica 2022/2023. O método empregado foi a pesquisa bibliográfica, que apresentará exemplos de projetos de grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica no Brasil e como funcionam na prática.

Palavras-chave: grupos reflexivos, autores de violência, violência contra mulheres.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar o Projeto de Iniciação Científica da autora, que possui como objetivo geral estudar grupos reflexivos com autores de violência contra mulher. Em relação aos objetivos específicos, pode-se citar a participação e colaboração com os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas; desvendar questões relacionadas à temática das categorias gênero patriarcado, a partir de revisões bibliográficas que serão realizadas e contribuir para disseminação na discussão em diferentes espaços de socialização do conhecimento construído. Para introdução ao tema é necessário abordarmos sobre patriarcado, gênero e relações sociais de sexo, ainda que não possuam definição estrita e nem uma com a qual todos concordem (DELPHY, 2009). Delphy esclarece que “[...] os três termos têm a mesma pretensão à generalidade e a mesma denotação de organização, que não é absolutamente casual” (DELPHY, 2009, p. 178).

MATERIAIS E MÉTODOS



A pesquisa será essencialmente bibliográfica. De acordo com Gil (2008), por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso. Entre eles podemos citar livros, periódicos, manuscritos, entre outros.

Com o respaldo das orientações do docente, o(a) estudante em iniciação científica deverá construir um processo que contribua no aperfeiçoamento da vivência na academia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os primeiros grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica (HAV) surgiram na década de 70 nos Estados Unidos e posteriormente no Brasil e América Latina, entre a década de 80 e 90 (Lima, Büchele, 2019, apud Berlamino, Leite).

A promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 13.340/2006) legitimou e consequentemente incentivou os grupos reflexivos para autores de violência doméstica no Brasil, visto que em seu artigo 45, prevê alteração no parágrafo único do artigo 152, da Lei nº 7.210/84 (Lei da Execução Penal), assim sendo o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do autor de violência doméstica em programas de recuperação e reeducação.

Como exemplos práticos de atuação desses grupos, pode-se citar o desenvolvido pelo I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, onde o autor de violência doméstica será inserido ao grupo por determinação judicial nas seguintes hipóteses: suspensão condicional do processo; suspensão da pena; transação penal ou sendo uma condição para que ele seja solto durante o andamento do processo judicial. São realizados oito encontros semanais ou a cada 15 dias, coordenados por dois profissionais, que podem ser assistentes sociais ou psicólogos e possui duração de 2 horas, onde a cada encontro será tratado sobre a Lei Maria da Penha; história de vida de cada participante; questões de gênero; violência e maneiras para combatê-la; paternidade;



VII Jornada em Serviço Social: Trabalhadoras do Brasil: somos e lutamos com elas
ISSN: 2359-1277

ciclo da violência e reflexão sobre seus objetivos, metas e futuro. O Núcleo Judiciário da Mulher (NJM) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), também possui um Grupo Reflexivo de Homens com dinâmica parecida ao exemplo anteriormente citado, sendo um projeto com homens que respondem por violência doméstica, independentemente da fase processual e são encaminhados pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher do Distrito Federal. É realizado seis encontros semanais, onde são abordados temas, como, sistema de crenças, mitos e masculinidades; gênero e violência contra a mulher; habilidades relacionais; Lei Maria da Penha e autorresponsabilização. O NJM juntamente com a Secretaria de Segurança do DF, realiza também um projeto com os profissionais da instituição que respondem por violência doméstica, chamado Grupo Refletir.

CONCLUSÕES

Diante do que foi pesquisado até o presente momento e exposto, percebe-se que os grupos reflexivos com autores de violência doméstica têm se mostrado uma ótima iniciativa para trabalhar com esses homens temas de suma importância no combate à violência contra mulheres. Além de ser uma oportunidade para que os mesmos se percebam como sujeitos ativos nessa luta e a responsabilidade que possuem para construção de uma sociedade igualitária de fato.

REFERÊNCIAS

BERLAMINO, V.H.; LEITE, J.F. **Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência.** UFRN, Natal, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32218781>. Acesso em: 07/10/2022.

BRASIL, Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm. Acesso em: 06/10/2022.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 06/10/2022.

COMIN, F.S.; OLIVEIRA, J. **Percepções sobre intervenções grupais com homens autores de violência contra as mulheres.** 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33221163>. Acesso em: 07/10/2022.



VII Jornada em Serviço Social: Trabalhadoras do Brasil: somos e lutamos com elas
ISSN: 2359-1277

DELPHY, Chistine. Patriarcado (teoria do) **Dicionário Crítico do Feminismo** / Helena Hirata [ET AL]. (orgs.). São Paulo. Editora UNESP, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Projeto do TJDFT para homens é indicado em mapeamento nacional sobre combate à violência doméstica.** Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2021/janeiro/projeto-grupo-reflexivo-de-homens-do-tjdft-e-indicado-em-mapeamento-nacional-sobre-combate-a-violencia-domestica>. Acesso em: 07/10/2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Grupo Reflexivo para Homens.** Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/boas-praticas/capital-i-jvdfm/grupo-reflexivo-homens>. Acesso em: 07/10/2022.



RECICLAR: ATITUDE QUE DÁ RETORNO

Daiane F. De Moura, daianesaraleo@gmail.com

Luana Rosa dos Santos Silva,

luana_santos1328@hotmail.com

Mariana Cardoso dos Santos,

marianacardosoborba@gmail.com

Milena Barbosa Pereira, mb5064275@gmail.com

Teone Assunção, teone.assuncao@unespar.ed.br

Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR campus Paranavaí

Eixo Temático – 3: Temas Transversais

RESUMO:

A partir da visita realizada na COOPERVAÍ – Cooperativa de Materiais Recicláveis de Paranavaí, definiu-se como objetivo para este trabalho discorrer sobre a importância da reciclagem. Trata-se de um relato de experiência que se observou durante a exposição realizada pelo grupo de recicladoras da cooperativa, que, quando os materiais recicláveis são adequadamente descartados o retorno poderá ser positivo.

Palavras chave: Coopervaí, Reciclagem, Recicladoras.

INTRODUÇÃO:

A partir da visita realizada na COOPERVAÍ – Cooperativa de Materiais Recicláveis de Paranavaí, foi relatado por partes das cooperadas(dos) as dificuldades encontradas por eles no momento em que os resíduos recicláveis chegam em suas mãos para serem separados. Foi relatado que os materiais são descartados de maneira incorreta, danificando os produtos em bom estado, acabando por interferir de maneira direta na renda dos cooperados, pois uma boa parte desse material é descartado, devido a sua inviabilização para uso.

Ainda de acordo com o relato por parte dos trabalhadores(as) definiu-se como objetivo para este trabalho discorrer sobre a importância da reciclagem. Trata-se de um relato de experiência, sobre o que as acadêmicas absorveram das explicações feitas durante a visita, visando a informação de maneira correta e a forma que deve ser feito o descarte de recicláveis.

Ao tomar consciência da necessidade de se reutilizar o que se consome



percebe-se um retorno positivo no ambiente, já que eles irão ser reduzidos de maneira significativa, aumentando a longevidade da biosfera. Dessa forma objetiva-se conscientizar o público da forma correta de se reciclar e de que modo é possível reutilizar os materiais recicláveis.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A partir da visita realizada na Cooperativa de materiais recicláveis de Paranaíba – COOPERVAÍ, obteve-se a informação por parte da gerente da cooperativa que apesar de fundada em 2003, a coleta seletiva teve início no ano de 2010.

Relata também que o grupo de recicladores/as, encontram muitas dificuldades para separar os materiais devido a separação que ainda ocorre de maneira inadequada, segundo elas, ainda recebem, detritos de laboratórios, animais mortos dentre outros materiais não recicláveis, mas que são misturados aos recicláveis, o que dificulta o trabalho consideravelmente. Foi relatado também que falta maior conscientização nas escolas, nas empresas, segundo a gerente e o grupo de recicladoras, deveria haver maior investimento em orientação e divulgação sobre a questão ambiental e como separar os materiais reutilizáveis.

Mediante a isso, observou-se que há inúmeras formas de reciclar os materiais reutilizáveis, como por exemplo, a reutilização para confeccionar artesanatos.

QUAIS AS VANTAGENS DA RECICLAGEM?

Conforme os relatórios ambientais obtidos nas últimas décadas, as vantagens são muitas: Redução do consumo de matérias primas virgens (muitas delas não são renováveis e o custo de exploração pode ser alto) ; Redução gradual da poluição do solo, água e ar; Melhoria da limpeza da cidade e da qualidade de vida da população; Aumento da vida útil de aterros sanitários (com o objetivo final de inutilizar esses espaços no longo prazo); Melhoria da produção de compostos orgânicos; Geração de empregos para a população e de receita para pequenas e micro empresas; Geração de receita com a comercialização dos materiais recicláveis; Estímulo à concorrência,



uma vez que os produtos gerados a partir dos materiais reciclados são comercializados paralelamente aos produzidos a partir de matérias-primas virgens; Contribuição para a valorização da limpeza pública e para geração de uma consciência ecológica na população.

Além desses benefícios, é necessário conscientizar o poder público para investimentos na implementação da coleta seletiva, uma vez que através dela além de promover o desenvolvimento sustentável é uma possibilidade de geração de renda para aquelas pessoas que encontram-se sem uma ocupação rentável.

QUAL RETORNO DA RECICLAGEM NO FUTURO?

Ao perceber a importância de se buscar novas maneiras de reutilizar os resíduo, tem-se a percepção, sobre novas perspectivas de que quase tudo o que é utilizado no cotidiano, poderá ser transformado em outro produto, por exemplo: ao descartar uma casca de bala, no “lixo” vermelho que simboliza o plástico, ele poderá retornar em uma nova configuração, como uma sacola de mercado, e assim por diante, todos os materiais terão novas vidas e auxiliarão na valorização dos ecossistemas, presentes no planeta, mas a falta de informação sobre o descarte correto interfere de maneira direta na perpetuação do ciclo da reciclagem. Pode-se identificar a desinformação da população no assunto reciclar nos dados presentes abaixo.

De acordo com o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, em 2010 o país gerou cerca de **66,7 milhões de toneladas de resíduos** sólidos e em 2019 o marco foi de **79,1 milhões**. Isso intensifica a problemática, porém, existem diversas alternativas que vão além de apenas fazer a separação e garantir a destinação adequada do descarte dos resíduos.

A reciclagem, por exemplo, é a **base do desenvolvimento de produtos a partir de resíduos**, no entanto pode acontecer sem necessariamente um processo



de mudança de produto. É uma técnica que pode servir para retornar ao estado inicial do produto, ou para ser retrabalhada com mudanças físicas, químicas e biológicas para desenvolver um novo produto. Lembrando que a redução do lixo tanto orgânico quanto reciclável ajudará na atmosfera e aquecimento global.

CONCLUSÃO:

Frente ao apresentado conclui-se que o ato de reciclar poderá melhorar significativamente a qualidade de vida de todos e reduzir os resíduos sólidos, já que a humanidade como principal geradora de resíduos, também poderá se conscientizar sobre os benefícios da reciclagem.

REFERÊNCIAS:

Consultoria e Soluções em Engenharia Química Júnior -CONSEQ.

Desenvolvimento de produtos e reaproveitamento de resíduos. Disponível em:

https://conseqconsultoria.com.br/desenvolvimento-de-produtos-e-reaproveitamento-de-residuos/?gclid=CjwKCAjw7p6aBhBiEiwA83fGutO27ElylhMHfJelJg5gc5yc2GUCbx33Z9kDmd_u-TWs8yN3z1aVNRoCp70QAvD_BwE. Acesso em: 01 set. 2022.

NATURALIMP. **Por que reciclar.** Disponível em:

https://www.naturallimp.com.br/blog/por-que-reciclar-o-lixo?gclid=CjwKCAjw7p6aBhBiEiwA83fGuiPQXRSlp6J_m50wpWH-xpl2HBtfB_248zZVltdKfDXseZEyNXnrURoCR4sQAvD_BwE%20. Acesso em: 01 set. 2022.



ADOLESCÊNCIA: breves reflexões sobre a prática infracional e a trajetória de violações de direitos

Nathalia Raiany Araujo Andrade Pereira, nathaliaraiany77@gmail.com;
Profª Drª Keila Pinna Valensuela (Orientadora), keilapinna@hotmail.com,
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR campus Paranavaí.

Temas Transversais

RESUMO: Neste presente resumo, pretende-se apresentar uma síntese do primeiro capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em graduação em Serviço Social que tem como objeto de pesquisa as violações de direitos vivenciadas pelos adolescentes autores de atos infracionais, problematizado a partir das expressões da questão social, sobretudo na área infantojuvenil.

Palavras-chave: Adolescente autor de ato infracional; Medida socioeducativa em meio aberto; Violação de direitos.

INTRODUÇÃO

O objetivo, deste resumo, é discutir brevemente o contexto de violência vivido por adolescentes autores de atos infracionais no Brasil, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, em 1990.

Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2018), em 2017, no Brasil, existiam 117.207 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, sendo 84.755 em Liberdade Assistida - LA e 69.930 em Prestação de Serviço à Comunidade – PSC. Já no Paraná, havia em 2017, 902 adolescentes. Essa realidade tem se agravado nos últimos anos, sobretudo no contexto pandêmico, por meio da violação de direitos.

Observa-se que os/as adolescentes que cometem atos infracionais se pautam na necessidade de suprir condições básicas, financeiras e vícios, expostos às



múltiplas vulnerabilidades sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS.

Para a realização deste trabalho foi feita revisão bibliográfica e documental, através de livros e legislação da área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para desenvolver a pesquisa em questão, subdividimos o primeiro capítulo do TCC em cinco itens, cujo título principal é “adolescente autor de ato infracional: história, conceito e legislação”. O primeiro item aborda o conceito de infância, adolescência e juventude, a partir do contexto histórico e das legislações passadas e vigentes, na qual o objetivo central é compreender a categoria adolescência na perspectiva da construção social e, no caso de adolescentes em práticas infracionais, sinalizar a trajetória de violações de direitos na qual são submetidos.

Leonardo (1994) afirma que a adolescência é uma fase de transformações nos âmbitos físico e psíquico, como também socialmente, portanto, são produtos do meio que estão inseridos. Na modernidade, a adolescência começa a ganhar visibilidade no contexto capitalista, na forma de consumidores (SAVAGE, 2009).

No segundo item abordamos a trajetória de violação de direitos dos adolescentes autores de atos infracionais. Para tanto, retomamos o Código de Menores de 1927 e 1979, designados ao público infantojuvenil com caráter punitivo ao “menor” perigoso. Em tese, esses Códigos combatiam a proliferação de vagabundos e criminosos, a favor da instauração da disciplina e da ordem (FALEIROS, 2011).

A Constituição Federal de 1988 rompe com a tradição jurídica anterior que enxergava crianças e adolescentes apenas como objeto de intervenção e exige uma mudança de paradigma. Portanto, as ações dispensadas às crianças e adolescentes



sofreram modificações sob o contexto social de cada época, até chegar a atual doutrina da proteção integral.

No terceiro item foram discutidos os desafios do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com o ECA houve avanços, porém após três décadas ainda impõem-se desafios a serem enfrentados, como: tornar a lei conhecida e efetiva mesmo diante do desmonte das políticas públicas; prioridade nos investimentos mediante o congelamento de gastos sociais por 20 anos; pleno funcionamento dos conselhos nas esferas federal, estadual e municipal; o enfrentamento da redução da maioria penal; dentre outros.

Esses levantes ao ECA, configuram-se em retrocessos em que tais iniciativas de retorno ao passado violam a garantia do direito adquirido constitucionalmente. Passetti (1999), por exemplo, traz uma discussão sobre a redução da maioria penal, um argumento perigoso num país de economia estatizante e com uma burocracia colossal. Esse contexto intensifica retrocessos em relação ao Estatuto e levanta o debate da efetividade das medidas socioeducativas.

No quarto item, foi abordado sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional, como consta no Art. 112 do ECA: advertência, obrigação reparo ao dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação e qualquer uma das previstas no artigo 110, relativas às medidas de proteção.

Segundo Fialho (2013), o sistema socioeducacional não tem proporcionado a devida recuperação e ressocialização da qual se propõe. É um sistema falho já que evidencia a desigualdade social, a exclusão dos mais pobres e a precariedade de condições dos equipamentos pedagógicos, prejudicando o desenvolvimento de um trabalho minimamente eficaz.

Por fim, o último item trata sobre as medidas socioeducativas em meio aberto que correspondem a LA e PSC. O acompanhamento deverá ser prestado pelo Centro



de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), serviço destinado para atender, orientar e acompanhar esse público, através de oficinas, grupos de adolescentes e famílias, atendimento psicossocial, visitas domiciliares e institucionais. Analisando as demandas e viabilizando a inserção do usuário a rede de serviços do município (BRASIL, 2009).

O contexto pandêmico só agravou as desigualdades sociais já existentes e evidenciou as precárias condições de trabalho dos/as profissionais e equipamentos públicos destinados a estes adolescentes.

CONCLUSÕES

A categoria adolescência aparece no debate da atual conjuntura de congelamento de verbas, da precarização das políticas públicas e da redução da maioria penal. E os adolescentes em conflito com a lei são marcados por uma história de desproteção social.

O TCC está no processo de elaboração, todavia já é possível identificar, a partir das revisões bibliográficas e documentais, que o aparato estatal não consegue administrar sua ação pedagógica e suas leis de forma efetiva, assim essas circunstâncias evidenciam uma capacidade institucional escassa e limitada. Na pandemia, o Estado criou e recriou seus mecanismos institucionais para se abster das suas responsabilidades, evidenciando mais uma vez, a violência estrutural.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Estatuto da Criança e Adolescente - ECA**, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso: 26 set. 2022.

BRASIL, **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**, Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Disponível: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso: 26 set. 2022.



BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**,
Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. MDS: Brasília, 2009.

Disponível em:

mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf.

Acesso em: 23 set. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo. Cortez, 2011.

FIALHO, Lia Machado. **Políticas Públicas para jovens em conflito com a lei:** refletindo um contexto. In: OLINDA, Maria Braga de (Org.). Medida socioeducativa de internação: Educa? Fortaleza: Edições UFC, 2013. pp. 307-331.

LEONARDO, João Batista. **Drogas:** perguntas e respostas. Maringá: Ideal, 1994.

PASSETTI, Edson. **Violentados:** crianças, adolescentes e justiça. São Paulo: Imaginário, 1995.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude:** como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. São Paulo: Rocco, 2009.



CADASTRO ÚNICO: Possibilidades e potencialidades na caracterização e mapeamento territorial

Autora: Amanda Cristina de Oliveira Caetano de Vecchi,
amandadevecchi85@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dr^a Marília Gonçalves Dal Bello,
madalbello@hotmail.com

Universidade Estadual do Paraná - *campus* Paranavaí

Eixo Temático: Temas Transversais

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar uma análise acerca das possibilidades e potencialidades do Cadastro Único (CadÚnico) na caracterização e mapeamento territorial a fim de auxiliar na prevenção dos riscos sociais, na proteção socioassistencial e no planejamento de políticas públicas. Este trabalho é fruto das inquietações que surgiram no campo de estágio da autora e da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, baseando-se na problematização: para que serve o CadÚnico além da atualização cadastral como condição de acesso aos benefícios de transferência de renda? Com base nesta experiência, será apresentada uma reflexão quanto a utilização do CadÚnico enquanto instrumento da Política Social e o aproveitamento de seus dados na construção de diagnósticos socioeconômicos que levem em consideração as multideterminações da pobreza.

Palavras-chave: Cadastro Único, Pobreza, Mapeamento Territorial.

INTRODUÇÃO

O CadÚnico é um instrumento criado pelo Governo Federal instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, regulamentado pelo decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 e aperfeiçoado legalmente ao longo dos anos³, com a finalidade de identificar e caracterizar as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total, a fim mapear as

³ O decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 foi revogado pelo decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, também revogado pelo decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022.



famílias que vivem em condição de pobreza e de extrema pobreza, elaborando estratégias de intervenção sob as situações de vulnerabilidade.

Nesse sentido, é evidente a importância de discutir brevemente a pobreza no contexto da Política de Assistência Social e como objeto de intervenção das ações estatais que, historicamente, baseiam-se em abordagens mercadorizadas, norteadas pelas políticas economicistas por meio das ideologias neoliberais. Remetendo-se a algumas reflexões acerca de suas multideterminações, a pobreza é elencada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) não apenas pela carência de bens materiais, mas associada a desigualdade social decorrente da concentração de renda (BRASIL, 2004).

A desigualdade social, por sua vez, é expressada pela ausência de acesso a direitos que limita e prejudica um grupo social ao passo que outro grupo desenvolve-se com maior facilidade de oportunidades, interferindo na qualidade de vida das pessoas que são inferiorizadas por seu gênero, idade, sexo, cor da pele, escolaridade e até mesmo território de vivência, aspectos estes que são reunidos pelo CadÚnico e que apontam para as expressões da questão social⁴.

Nesse sentido, grupos populacionais que vivem à margem da sociedade, como por exemplo, mulheres, pessoas negras, jovens periféricos, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas analfabetas ou com nível baixo de escolaridade, entre outros, constituem as multifaces da pobreza em decorrência da negação ou a dificuldade de acesso às políticas públicas, que podem ser identificadas pelo CadÚnico e o mapeamento territorial oriundo de seus dados.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é fruto das inquietações que surgiram enquanto a autora realizou estágio remunerado de caráter não-obrigatório no Centro de Referência de

⁴ Segundo Iamamoto (1997), a questão social seria as consequências da apropriação exploratória da força de trabalho da classe operária, no qual resulta em suas múltiplas expressões de desproteções sociais e desigualdades dentro da sociedade capitalista.



Assistência Social - Vila Operária, no atendimento em acolhida e cadastramento de famílias e indivíduos no sistema do Cadastro Único. Foi observado um uso burocrático dos dados do CadÚnico em relação às condicionalidades voltadas para as famílias beneficiárias de programa de transferência de renda, problematizando a partir das disciplinas do curso de Serviço Social a possibilidade de utilização da amplitude do banco de dados do sistema do do CadÚnico no planejamento de políticas públicas e das ações da gestão social a partir da construção de diagnósticos socioeconômicos territoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A instrumentalização do CadÚnico a partir do formulário principal de cadastramento⁵³, ao caracterizar os grupos populacionais de uma determinada região, identifica as características do domicílio das famílias, se residem em terra indígena ou quilombola, despesas mensal com energia, água, alimentação etc., a identificação das pessoas que residem no domicílio (pessoa com deficiência ou não, idade, sexo, escolaridade, cor da pele, remuneração por trabalho ou não) e identificação de trabalho infantil na família.

Percebe-se que, além da situação de trabalho e renda familiar, outras variáveis são consideradas na caracterização das famílias, características estas que podem expressar as desigualdades sociais de um território. Isto não quer dizer que a situação de renda deve ser negada, pois a falta de renda pode ser um dos motivos da privação das capacidades de uma pessoa, mas que a somente a utilização das condições de renda norteiam a elaboração de programas direcionados à pobreza, condicionando o acesso ao CadÚnico e a utilização dos seus dados, pela via da focalização aos benefícios de transferência monetária e a atualização cadastral⁶ em detrimento da

⁵ Acesse o formulário principal de cadastramento para melhor visualização das variáveis:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_F_Principal.pdf

⁶ Ver: Final de prazo para atualizar Cadastro Único e evitar suspensão do Auxílio Brasil gera filas e confusão pelo país



atenção aos direitos sociais e ao combate às multífaces da pobreza (COBO, 2012).

Diante disso, o mapeamento territorial a partir do aproveitamento dos dados do CadÚnico se torna imprescindível no planejamento de políticas públicas e na identificação de vulnerabilidades sociais de um território, por exemplo, a feminização da pobreza, o empobrecimento da classe trabalhadora, a negação de direitos a pessoas negras, a dificuldade de acesso a oportunidades de pessoas com deficiência, o isolamento de pessoas idosas, o nível de escolaridade de jovens (devido a evasão escolar), famílias com serviços de infraestrutura inadequados, entre outros.

Além disso, é possível cruzar dados e identificar, por exemplo, que a feminização da pobreza acomete principalmente mulheres negras. Empobrecimento da classe trabalhadora devido os níveis baixos de salário oferecidos de acordo com a escolaridade. A negação de direitos a pessoas negras, próprio do racismo estrutural. Enfim, diagnosticar os bairros mais vulneráveis a fim de planejar serviços socioassistenciais a partir da prevenção e da proteção.

CONCLUSÕES

A pesquisa mostrou que as várias facetas da questão social expressam-se pela negação de acesso a direitos por grupos populacionais já negligenciados por suas condições de sexo, cor da pele, nível de escolaridade etc, para além de suas condições de renda, o que exige intervenções de acordo com os diagnósticos socioeconômicos resultantes das análises das variáveis do CadÚnico de um determinado local, a partir do mapeamento territorial que leve em consideração as multideterminações da pobreza. O conhecimento do território remete em intervir em suas potencialidades e na capacidade de oferecer proteção social que fuja do caráter emergencial e focal. Assim, os equipamentos planejam suas ações antecipadamente as situações de vulnerabilidade, principalmente nos quais a proteção social básica se aplica pela prevenção de riscos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Versão oficial. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza *et. al.* **Cidadania e Comunidade solidária**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 16, n.48. 1998.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda**: contextos e desafios. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, Daniel. **O um e seu múltiplo cadastro**: Notas sobre o cadúnico para programas sociais, 2012. Disponível em: https://iiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/ramos_daniel.pdf. Acesso em: 29 de set. 2022.



EMPODERAMENTO DA MULHER CONTEMPORÂNEA NA RECICLAGEM

Cassielli Cardoso Maxe Peter, cassielli_gabrielcardoso@hotmail.com
Jessika Naftali de Andrade da Silva, naftalijessika@gmail.com
Rogério Malagutt da Silva, malaguttrgo@gmail.com
Olga Nogueira Diniz Meira, olga.diniz10@gmail.com
Teone Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná – Unespar - Campus Paranavaí

Eixo Temático: Temas Transversais

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, identificar a partir da atuação profissional das recicladoras da COOPERVAÍ, como exercem seus papéis no âmbito da reciclagem, empoderando-se enquanto mulheres ativas, e, a conscientização sob as nuances do empoderar-se em quaisquer lugares que a mulher ocupe. A partir da visita realizada na COOPERVAÍ, observou-se relatos de experiências por elas vivenciados, que serão explorados no decorrer deste trabalho. Nesta perspectiva, serão apresentados os seguintes aspectos: os desdobramentos do empoderamento como característica importante e necessária para a manutenção de suas atividades no âmbito do trabalho; e a importância de suas relações pessoais e estruturais, como resultado da motivação pela inserção dessas mulheres na reciclagem.

Palavras-chave: empoderamento, mulher contemporânea, reciclagem.

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir apresentado tem como tema principal o empoderamento da mulher contemporânea na reciclagem, apresenta a desmistificação do mesmo apenas como uma vertente individual, mas que, se deve levar em consideração o aspecto coletivo para viabilizar maior inclusão às mulheres da COOPERVAÍ.

A partir da observação de mulheres que compõe a cooperativa COOPERVAÍ, discorreremos sobre dois aspectos; o conceito empoderamento como papel importante na vida dessas mulheres, porém na desmistificação da romantização do empoderar-se em quaisquer lugares, e como suas relações pessoais e estruturais corroboraram para a inserção dessas mulheres nesse ambiente de trabalho.



Essa análise não tem intenção de trazer à tona somente o empoderamento feminino, mas a conscientização da mulher contemporânea ativa que carrega o julgo, em sua maioria sozinha, de sustentação dos seus, mas que precisa, ainda, autoafirmar-se para que seja reconhecida pela sociedade. Autoafirmação que nos leva a questionar até onde o empoderamento é cabível para tais mulheres.

A análise, consiste em dar visibilidade para mulheres que compõem a cooperativa de reciclagem COOPERVAÍ e como o empoderamento feminino é necessário no âmbito do trabalho.

DESDOBRAMENTOS DO EMPODERAMENTO FEMININO: CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS PARA A SUA MANUTENÇÃO NO TRABALHO

O empoderamento feminino, tem em sua terminologia não apenas uma, porém várias vertentes que resulta no conceito como um assunto fluido, baseado nas necessidades não somente individuais, mas sim de um grupo social como todo (Vasconcelos, 2003)¹. Acaba, pois, o empoderamento sendo motivo de transformação, apenas quando é visto não somente no aspecto individual, e sim, atrelado às mudanças que devem ocorrer nas relações pessoais e estruturais que fazem parte da vida dessa mulher (Carvalho 2004; Freire e Shor 2011; León 2001)².

¹ Citado no artigo de dissertação de mestrado *Práticas de empoderamento feminino na América Latina* por Paloma Abelin Saldanha Marinho e Hebe Signorini Gonçalves.

² Citado no artigo de dissertação de mestrado *Práticas de empoderamento feminino na América Latina* por Paloma Abelin Saldanha Marinho e Hebe Signorini Gonçalves.



Olhando por esta perspectiva e com base no relato e na observação de mulheres recicladoras na cooperativa COOPERVAÍ, podemos considerar, que a manutenção que cabe a cada mulher recicladora de auto afirmar-se, enquanto um empoderar diante do jugo da sociedade, acaba por ser, extremamente, pertinente às exigências diárias no âmbito do trabalho. Todavia, mulheres que se desdobram em prol de uma renda mensal, mesmo que estejam ativas e em constante atividades, podem sentir o fardo da falta de reconhecimento e suporte, resultando no desmistificar da romantização do empoderar-se em quaisquer lugares.

Sob o levantamento do *Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis* (MNCR)³, no Brasil são cerca de 800 mil catadores de lixo reciclável, em atividade, indica que cerca de 70% desses profissionais são do gênero feminino, dados de novembro de 2021. Tais dados, nos remete ao número exorbitante de mulheres que estão inseridas nesse ambiente e da dificuldade que observamos na cooperativa em cultivar autonomia sobre si próprias e questões que englobam não só o ambiente de trabalho, e sim além, anterior a inserção dessas mulheres nesse ambiente. Questões essas que discorreremos no nosso próximo tópico.

RELAÇÕES PESSOAIS E ESTRUTURAIS COMO RESULTADO DA MOTIVAÇÃO PELA SUA INSERÇÃO NA RECICLAGEM

Levantar nuances que corroboraram com a inserção dessas mulheres na reciclagem, é entender as questões multifacetadas que permeiam suas relações além do ambiente de trabalho.

Como já pontuamos acima, o real empoderamento não se resume apenas no indivíduo enquanto gênero humano, mas sim, também, no que compõe sua vida no todo, ou seja, suas relações pessoais e estruturais.

³ Citado no corpo da reportagem do site referenciado como *Movimento Recicla Sampa*.



Sob essa perspectiva, fica evidente, que tais recicladoras não tiveram muitas escolhas e autonomia de oportunidades ao longo de suas vidas. Cada qual com suas histórias, desde a mais jovem até a mais madura, por mais que haja reafirmação do afeto pelo trabalho, é notável a padronização de características que as limitam e as torna na obrigação de se auto afirmarem enquanto mulheres, em sua maioria mães solteiras, no papel de responsáveis pela sobrevivência sua e de suas famílias.

Fruto de um sistema patriarcal, tais mulheres, foram se moldando nas pequenas circunstâncias, como: falta da figura paterna, de escolaridade e profissionalização, além de, históricos de alcoolismo, drogas, ou com a figura do marido em reclusão, são algumas expressões da questão social, que, nos remeteram na seguinte pergunta: *até que ponto o empoderamento é possível?* Não foi por escolha ou porque se identificaram com tal meio, que as levaram até tal ambiente, muitas vezes julgado pela sociedade, mas sim, por inúmeras questões que foram acarretando suas realidades nas bases estruturais do sistema capitalista.

Assim, o empoderamento é chave para que tais mulheres tenham mais visibilidade, todavia, ele não é base para que a transformação ocorra além do âmbito do trabalho, mas que existe a necessidade que essas mulheres se sintam reconhecidas pela sociedade, seja na rua, em casa, em quaisquer lugares que ocupam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro dessa configuração, podemos concluir, que o empoderamento feminino, caminha por várias vertentes, ocupando qualquer lugar, porém não precisa ser julgo obrigatório para que todas as mulheres ocupem espaços no âmbito de trabalho. Empoderar-se pode sim, ser base para que tais mulheres sejam reconhecidas, mas que, devemos desconstruir estereótipos e padrões que colocam a mulher recicladora como marginalizada e minoria em nossa sociedade.

Por fim, a visibilidade do trabalho prestado à sociedade é de suma importância, pois resulta no reconhecimento e suporte da valorização histórica de



mulheres que inspiram.

REFERÊNCIAS

Marinho, S. A. P; Gonçalves, S. H. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. Dissertação de mestrado. *Revista de Estudios Sociales*, 56 - 2016, p. 80-90. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/9863> Acesso em 25 de agosto de 2022

SÃO PAULO. Movimento Recicla Sampa. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/cerca-de-800-mil-pessoas-vivem-da-reciclagem-no-brasil> Acesso em: 15 de setembro de 2022.



A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO MARIA DA PENHA (NUMAPE) NA UNESPAR/CAMPUS PARANAVAÍ

Ludmila Beatriz Aguirre/ lud-beatriz@hotmail.com;
(Iniciação Científica/Fundação Araucária)
Maria Inez Barboza Marques/ maria.marques@unespar.edu.br,
Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranavaí

Eixo Temático: Temas Transversais

RESUMO: A pesquisa a ser realizada no âmbito da Iniciação Científica, visa sistematizar a trajetória do Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranavaí (NUMAPE/Paranavaí). Para a elaboração deste trabalho, serão utilizadas pesquisa bibliográfica e documental. Para o desenvolvimento da pesquisa, torna-se necessário a compreensão das discussões acerca do patriarcado, da violência de gênero e da violência doméstica, para se analisar a trajetória das atividades desenvolvidas pelo NUMAPE, que se constitui um instrumento de enfrentamento aos diferentes tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Palavras-chave: patriarcado, violência de gênero, violência doméstica.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero pode ser compreendida quando uma pessoa desrespeita a outra em função da vulnerabilidade de gênero, acentuada pelas relações desiguais entre homens e mulheres decorrentes da sociedade patriarcal. Nessa perspectiva, constata-se a importância do Núcleo Maria da Penha como uma unidade que contribui para a rede de proteção e sistema de garantias de direitos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Neste contexto, a pesquisa a ser desenvolvida tem como objeto central a trajetória do Núcleo Maria da Penha. O objetivo geral deste trabalho, por conseguinte, é sistematizar a trajetória do NUMAPE na Universidade Estadual do Paraná /Campus de Paranavaí. Constituem os objetivos específicos, compreender as discussões sobre



a violência de gênero e violência doméstica; compreender o processo histórico de desenvolvimento do NUMAPE a partir dos Termos de Cooperação celebrados com a SETI; averiguar as mudanças ocorridas na configuração dos NUMAPEs no Estado do Paraná e particularmente no NUMAPE/UNESPAR/Campus Paranavaí; e contribuir com as reflexões acerca do desenvolvimento do Núcleo Maria da Penha /Unespar/Campus Paranavaí. A relevância da pesquisa apresentada é evidenciar elementos importantes para a reflexão e estudos acerca da temática da violência de gênero e violência doméstica, assim como possibilitar a compreensão do processo de desenvolvimento do NUMAPE e a importância de sua atuação como uma instituição no âmbito da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra Mulheres.

MATERIAIS E MÉTODOS

Será realizada pesquisa bibliográfica e documental, com estudo descritivo através de documentos disponibilizados pelo NUMAPE. Considerando o objeto de estudo, inicialmente reportou-se aos artigos referentes à temática no banco de dados das bibliotecas eletrônicas Google Scholar e SciELO, o qual serão desenvolvidos no período de setembro de 2022 a agosto de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito das Ciências Sociais, tem ocorrido um aumento de estudos acerca da violência, principalmente no que se refere a violência de gênero e a violência doméstica, advindo em razão do reconhecimento da dimensão do fenômeno como um sério problema de saúde pública. Nesse sentido, conforme Gomes (2007, p.2) a violência é considerada um fenômeno intrínseco ao processo civilizatório, uma vez que se constitui como elemento estrutural que faz parte da própria sistematização das sociedades, podendo se manifestar de formas variadas. Nesse sentido, surge a discussão acerca do gênero como referencial teórico para a compreensão dos papéis



comportamentais, atribuídos aos homens e mulheres em nossa sociedade, ressaltando a importância da reflexão sobre o estudo da categoria de gênero para analisar as relações de violência contra a mulher. Consequentemente, torna-se necessário para o desenvolvimento da pesquisa, a compreensão dos estudos a respeito da violência de gênero e violência doméstica para se analisar a trajetória das atividades desenvolvidas pelo NUMAPE.

O Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), implantado em janeiro de 2018 na Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranavaí, tem como principal finalidade oferecer atendimento de forma qualificada e gratuita às mulheres em situação de violência doméstica que residem na comarca de Paranavaí. O núcleo é composto por uma equipe qualificada de profissionais e estagiários das áreas do Direito, Serviço Social e Psicologia, como também por orientadores/as das respectivas áreas. Diante desse contexto, de forma a viabilizar a capacitação dos profissionais atuantes no núcleo, foram desenvolvidos estudos sobre a temática de gênero e violência doméstica para promover o melhor atendimento e encaminhamento das mulheres atendidas, o qual possibilitou o conhecimento da rede de atendimento às mulheres já existentes no município. Outrossim, foi a partir do vínculo entre o Ministério público e o NUMAPE que foi implantado o serviço da Patrulha Maria da Penha no município de Paranavaí, o qual oferece acompanhamento preventivo periódico para garantia de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, ressaltando assim a indispensabilidade do convênio das instituições de enfrentamento a violência contra mulher. Por conseguinte, foi iniciada a criação da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra Mulheres na esfera Municipal, no qual o Núcleo Maria da Penha pertence.

CONCLUSÕES

A violência de gênero reporta-se quando uma pessoa desrespeita a outra em



função da vulnerabilidade de gênero, acentuada pelas relações desiguais entre homens e mulheres decorrentes da sociedade patriarcal, pelo qual é abrangida com a submissão do gênero feminino ao domínio e ao controle do gênero masculino. Dessa maneira, a violência de gênero engloba a violência contra mulher no âmbito doméstico e familiar. Ademais, de acordo com Barroso (2019, p.142) a violência contra as mulheres não é consequência apenas do patriarcado, mas também da sobreposição de variados sistemas de dominação pelo qual é responsável por produzir as relações sociais de raça, classe e gênero e, que consequentemente, provoca a opressão e exploração entre as relações sociais.

Nesse sentido, constata-se a importância do Núcleo Maria da Penha como uma unidade que contribui para a rede de proteção e sistema de garantias para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, o qual proporciona um atendimento qualificado, gratuito e humanizado, a fim de efetivar de forma legítima o cumprimento da Lei Maria da Penha. Em suma, conforme Lisboa e Zucco (2022,p.7) a discussão acerca dessa temática possibilita a visibilidade dos desafios históricos, conjunturais e culturais enfrentados pelas mulheres, principalmente no que decorre ao enfrentamento da desigualdade entre os gêneros, o qual reafirma a complexidade do fenômeno da violência e a inevitabilidade de projetá-los como pauta para discussões nos diversos espaços da sociedade, a fim de que haja a problematização ao modo de construção do feminino e do masculino, além de desnaturalizar a violência de gênero.

Com a realização da pesquisa, espera-se que o resultado se constitua em referência para outros estudos e análises sobre essa temática, de forma a oferecer subsídios para que haja o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas pelo Núcleo Maria da Penha Campus de Paranavaí. Dessa forma, espera-se que o resultado da pesquisa contribua para difundir conhecimento referente a violência de gênero e a violência doméstica, além de contribuir com o resgate histórico do NUMAPE, de forma a ressaltar a importância da sua atuação como uma instituição no âmbito da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra Mulheres no Município de Paranavaí.



REFERÊNCIAS

BARROSO, Milena Fernandes. **Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 17, n. 43, 2019.

GOMES, Nadielene Pereira et al. **Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração**. Acta paulista de enfermagem, v. 20, p. 504-508, 2007.

LISBOA, Teresa Kleba; ZUCCO, Luciana Patrícia. **Os 15 anos da Lei Maria da Penha**. Revista Estudos Feministas, v. 30, 2022.

UNESPAR CAMPUS PARANAVAÍ. Plano de Trabalho do Núcleo Maria da Penha. **Termo de Cooperação** - TC 87/2022, setembro de 2022.



O DESASTRE DO DESCARTE INCORRETO

Izabela Fernanda R. O. B. Evangelista, izabelafernandamimfall@gmail.com
Leilyana dos Santos, Leilyanaalmeida@outlook.com
Thainá Lima da Silva, 96thaylima@gmail.com
Tháislá Lima, thaislarafaela17@gmail.com
Teone Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR

Eixo Temático 3: Temas Transversais

RESUMO:

O presente trabalho objetiva refletir sobre as consequências que o descarte incorreto poderá causar na natureza. Trata-se de um relato de experiência das impressões que o grupo teve durante a visita na COOPERVAÍ, através de uma atividade realizada na disciplina de Oficina Profissional, e que, na ocasião, presenciou o quanto é desastroso quando não se faz o descarte de maneira adequada. Observou-se que o descarte incorreto poderá causar mazelas em diversos aspectos, tanto à sociedade quanto ao meio ambiente.

Palavras-chave: descarte incorreto, impacto ambiental, reciclagem.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados retirados do site <https://repositorio.utfpr.edu.br/>, o município de Paranaíba, localizado no noroeste do Estado do Paraná, gera em média, 60 toneladas de lixo por dia, possui um aterro sanitário e uma empresa de coleta seletiva chamada COOPERVAÍ.

A COOPERVAÍ, foi fundada em 2003, neste período não havia coleta seletiva, o descarte era feito diretamente no chamado “lixão”, com isso a prefeitura organizou um grupo de coletores, para o projeto de reciclagem e em 2010 iniciou a coleta seletiva.

Segundo informações cedidas pela Gerente da cooperativa durante a visita, a COOPERVAÍ é composta por 50 cooperados. Isto é, 26 mulheres e 25 homens. A produção da Cooperativa era em torno de 300 toneladas por mês, e atualmente os cooperados recebem por produção através da venda dos materiais recicláveis.



Diante das dificuldades econômicas agravadas pela pandemia da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, houve queda no consumo e, conseqüentemente, no descarte de itens recicláveis, afetando a produção dos materiais e no desempenho. A redução drástica teve efeitos diretos na remuneração, comprometendo a renda familiar das/dos 50 cooperados. Além disso, o alto índice de desemprego no período da pandemia obrigou a busca por fontes alternativas de renda, uma delas, a coleta autônoma, com isso a interferência nos resultados é notável.

Segundo relato das coletoras, a quantidade de produtos que chega à cooperativa despencou na mesma medida em que o número de catadores informais cresceu. É cada vez mais frequente, em todos os bairros da cidade, os autônomos recolherem os materiais recicláveis antes que passem os caminhões da empresa de coleta seletiva que presta serviços para a Administração Municipal. Além desses fatores já citados, o principal desafio é a conscientização sobre a separação do lixo comum para o reciclado. Com a destinação incorreta dos recicláveis, parte do que chega à cooperativa não pode ser utilizada por causa da contaminação, através de restos de comida, seringas, fraldas descartáveis, papel higiênico usado e até animais mortos. Isso não afeta somente o trabalho dos coletores que dependem da renda da coleta para sustentar a família, afeta também o meio ambiente e a população.

DESCARTE INCORRETO: Impacto Ambiental

Reciclar é uma forma de garantir a sobrevivência não apenas humana, mas de toda forma de vida existente na natureza. A quantidade de lixo produzido diariamente, principalmente nas grandes indústrias, promove a superlotação e pode provocar a proliferação de doenças, como as epidemias de dengue, dentre outras que decorrem do descarte inadequado de lixo.

Durante a visita, ouviu-se o relato das recicladoras/es, sobre o quanto ainda é necessário desenvolver a consciência da população para melhorar o descarte e destino de alguns materiais. Sobretudo, em relação ao descarte de lixo contaminado, que inviabiliza a reciclagem. O Artigo 225 da Constituição Federal diz que:



Todo tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A lei assegura que todo o cidadão tem direito de viver em um ambiente adequado e equilibrado. Esse equilíbrio é fundamental para garantir a sobrevivência, para isso o Estado pode punir aqueles que danificarem os ecossistemas.

O perigo de não tomarmos consciência para a reciclagem são diversos, pois não é possível sobreviver apenas com os recursos naturais, de modo a que sejam finitos. O biosistema fornece tudo o que nos é necessário para a garantia da sobrevivência, e para que ela continue exercendo essa função, é preciso que cuidemos do planeta em que vivemos. Dessa forma, o cuidado é extremamente fundamental para todos os seres vivos que habitam nele, como seres racionais entende-se que é preciso reciclar o que se utiliza e consumir somente o que é necessário para diminuir os impactos ambientais, tais como o aumento da poluição e do aquecimento global.

Quando não se tem consciência para a reciclagem, corre-se o risco de danificar definitivamente os recursos naturais. Neste sentido, quando se recicla adequadamente, se contribui para a redução do impacto gerado pela utilização de recursos. A conscientização promove o uso adequado dos recursos naturais, e a matéria-prima, com isso é possível contribuir com a renda de diversas famílias, bem como a longevidade do planeta.

1. A FORMA ADEQUADA PARA A RECICLAGEM

Durante a visita realizada no dia 21/07/2022, na COOPERVAÍ, foi explorado a respeito da forma adequada para reciclagem. Segundo o grupo de recicladores/as, a forma mais simples e adequada para se fazer a reciclagem de lixo doméstico consiste em separar os resíduos em duas categorias: recicláveis e não recicláveis. Existem algumas categorias para o destino final do lixo, como, lixo orgânico, lixo eletrônico, lixo reciclável. É importante saber qual é a forma correta de descarte do que se produz, já que não se pode descartar lixo reciclável com o lixo eletrônico, doméstico e orgânico.



Têm-se aqui alguns exemplos de como descartar os resíduos de forma mais ecológica, resíduos esses que são julgados como ofensivos à natureza e na verdade, podem contribuir muito no combate ao descarte incorreto. Quando se direciona de forma correta os resíduos orgânicos, pode-se criar uma horta nas residências, os alimentos que serão cultivados estarão livres de agrotóxico, ajudando o planeta e aumentando a qualidade de vida. Outro exemplo é o lixo eletrônico, normalmente descartam-se objetos como rádios, TV, computadores, etc., de forma incorreta, já que não é pouco divulgado sobre o local adequado para destinar esses resíduos corretamente.

Quando se descarta de maneira inadequada, além de se contribuir para a degradação da natureza, se promove a desorganização do trabalho das/os recicladoras, na medida em que o dispêndio de tempo para organizar tais materiais poderia ser canalizado para outra finalidade. Há itens que demoram a se decompor, e impactam mais no meio ambiente. Abaixo, seguem dados disponibilizados pelo compam a respeito da decomposição do lixo (<http://www.compam.com.br>)

Decomposição do lixo

Papel: 3 a 6 meses, Toco de cigarro: 20 meses, Chicletes: 5 anos, Fralda descartável comum: 450 anos, Lata e copos de plástico: 50 anos, Isopor: 8 anos.

A partir dessas informações, fica evidente que a quantidade de tempo que cada item demora para desaparecer da natureza, é suficiente para degradar cada vez mais o ecossistema e todas as espécies de vida nele presente.

CONCLUSÕES

Após realizar a visita à COOPERVAÍ, foi possível entender que a reciclagem inclui a remoção e o reprocessamento de todo resíduo. Sua importância econômica se expressa na possibilidade de obter materiais mais baratos dos mesmos materiais antes do primeiro uso. O princípio da reciclagem é utilizado em tudo que protege os recursos naturais do planeta e resolve os problemas de poluição ambiental. A reciclagem é uma ferramenta inestimável para a proteção ambiental. Acreditamos que mais pessoas deveriam estar envolvidas nesse processo, pois reciclar é necessário para todos, e é essencial para a sobrevivência da humanidade.



REFERÊNCIAS

JUSBRASIL. Artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10645661/artigo-225-da-constituicao-federal-de-1988>. Acessado dia 27 de setembro de 2022 às 17:18

RECICLAGEM NET. Portal da Reciclagem e do Meio Ambiente. Compam. Disponível em: <https://www.compam.com.br/> Acessado dia 27 de setembro de 2022 às 17:25

https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/22542/3/MD_GAMUNI_VI_2014_32.pdf . Acessado dia 27 de setembro de 2022 às 17:30.



FUNDO PÚBLICO: INTERESSE DO CAPITAL EM DETRIMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS

Aline do Carmo Acácio, alineacacio6@gmail.com;
Vanessa de Araújo Santos, nessaaraujo89@hotmail.com
Michele Bildhauer, Michele.bildhauer@hotmail.com
Teone Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí.

TEMAS TRANSVERSAIS

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os benefícios do fundo público para o capital. Trata-se de uma aproximação reflexiva a partir das discussões realizadas na disciplina de Gestão em Serviço Social, através da literatura disponibilizada para esta finalidade. A Característica comum de todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer as instituições financeiras durante os períodos de crise. Nota-se que, com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público, impedindo a expansão dos direitos sociais.

Palavras-chave: Fundo público, Financeirização, Direitos Sociais.

INTRODUÇÃO

De acordo com SALVADOR (2010), o Estado se apropria dos recursos públicos através das taxas de juros, tributos e impostos, para intervir na economia bem como nas políticas públicas, este procedimento é estrutural do capitalismo.

Gastos e financiamentos, incluem questões de manutenção e valorização do capital por meio da dívida pública. Para o capitalismo, o recurso público é indispensável. Nesse sentido, a Desvinculação de Recursos da União – DRU, interfere diretamente nas políticas da Seguridade Social bem como nas políticas públicas, e direciona os



recursos para o pagamento de juros e amortização da dívida.

CONTRADIÇÃO DO CAPITALISMO FINANCEIRO

Os países capitalistas desenvolvidos passaram por uma profunda transformação ao longo do século XX, que marcaram os avanços na proteção social. Após a Segunda Guerra Mundial, com a consolidação do chamado Estado social, o Estado passa a fazer intervenções na sociedade.

De acordo com Cohn et al (2003) as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e por uma situação mais digna de trabalho construiu a experiência de determinado padrão de proteção social, que ocorreu no período de 1945 a 1975 nos países do centro do capitalismo. Diante disso, tem início a disputa por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal, em que, as diferentes forças da sociedade buscam inserir seus interesses. O fundo público é a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, sendo assim o próprio orçamento público passa a amparar as instituições financeiras.

Desde início dos anos de 1990, quando no Brasil, o ideário neoliberal demarca a política de ajuste fiscal, baseada em taxas de juros e câmbio livre, os instrumentos de desvinculações foram importantes para retirar recursos das fontes tributárias da seguridade social, como exemplo, através da DRU, que possibilitou o desvio do orçamento da Seguridade Social para o orçamento fiscal.

Essa mesma política impediu a ampliação do gasto público nas áreas da saúde, previdência, assistência social, educação, habitação e saneamento básico, que foram sucateadas e causaram o retrocesso na proteção social.

Desse modo, o fundo público tem socorrido às entidades do mercado financeiro através dos impostos arrecadados, favorecendo duplamente o capital quando além disso, promove ainda a redução de impostos das grandes fortunas. (SALVADOR, 2010). Neste contexto de hegemonia capitalista de cunho neoliberal, aumenta a desigualdade social, na qual o fundo público é marcado como uma política de austeridade fiscal que pressupõe a retirada de recursos da seguridade social e



contrarreforma do Estado.

O fundo público envolve a capacidade que o Estado tem em mobilizar recursos, tributos e realizar intervenções em políticas públicas. Com a crise financeira o orçamento público, implica em pressão sobre as políticas sociais e instituições da seguridade Social, transferindo a proteção social do âmbito do Estado para o mercado.

CONCLUSÕES

Em suma, pode-se observar como o fundo público pode influenciar nas políticas públicas, quando reduz os serviços ofertados pela seguridade social. Nesse sentido, com a DRU ficam ainda mais escassos os repasses do Estado para a proteção social, uma vez que este vai socorrer os monopólios em detrimento dos direitos sociais. Diante do que foi exposto, nota-se que o Brasil é um dos países que, compromete o orçamento da Seguridade Social por se colocar a serviço da dívida pública, seja na forma de juros e encargos da dívida, no pagamento e amortização dos juros. Dessa forma, observa-se quanto esta contradição se faz presente no modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

COHN, Amélia. **A saúde na previdência social e na seguridade social** : Antigos estigmas e novos desafios. São Paulo, Cortez/CEDEC, 1991.

SALVADOR. Evilásio. **Fundo público no Brasil**: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007). Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Acessado dia 13 out. 2022.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010 Acessado dia 13 out. 2022

BRASIL, Auditoriacidãdãdivída. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/> Acessado em: 13 out. 2022



DEFICIÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL:
Seus Rebatimentos No Centro De Atendimento À Pessoa Com Deficiência
"Rosimeire Barbosa Navarro" (Apae) De Paranavaí-PR

Ivan Ricardo de Melo, ivanricardodemelo@hotmail.com;
Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora), keilapinna@hotmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí.

Temas Transversais

RESUMO: A pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) objetiva elencar os limites e possibilidades de acesso aos direitos das pessoas com deficiência (PcD), a partir da realidade vivenciada pelos/as alunos/as do Centro de Atendimento à Pessoa Com Deficiência "Rosimeire Barbosa Navarro" (CAPCD), APAE de Paranavaí-PR, sobretudo na pandemia. Para tanto, partimos da compreensão da deficiência como uma expressão da questão social, contextualizada a partir do capitalismo, da discussão das políticas públicas e direitos humanos, na perspectiva crítica.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência, questão social, inclusão social.

INTRODUÇÃO

A delimitação do objeto de pesquisa em questão refere-se aos limites e possibilidades de acesso aos direitos das pessoas com deficiência, a partir da realidade vivenciada pelos/as alunos/as do (CAPCD), da APAE de Paranavaí, sobretudo no contexto pandêmico. Iniciamos o TCC com as discussões sobre a deficiência como expressão da questão social, subdividindo o primeiro capítulo em quatro tópicos: o primeiro refere-se a deficiência no capitalismo, seus aspectos sócio-históricos e teóricos conceituais; o segundo sobre os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos da pessoa com deficiência; o terceiro tópico destinou-se as políticas públicas para a pessoa com deficiência no Brasil e finalizamos o capítulo sobre a pessoa com deficiência no contexto pandêmico.

Partindo do pressuposto que a deficiência é uma das expressões da questão



social, a discussão teórica está centrada no contexto capitalista, políticas públicas e direitos humanos, baseado sobretudo na autora Ana Carolina Castro P. Cunha, especialista na área.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa é utilizado o método dialético e, neste resumo, apresentamos brevemente nosso estudo sobre a deficiência como expressão da questão social, por meio de revisão bibliográfica e documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo o Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado em 2011, pela Organização Mundial de Saúde em parceria com o Banco Mundial: "mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência, congênita ou adquirida" (OMS, 2011, p. 5).

Partimos do pressuposto que a questão social está relacionada diretamente com o sistema capitalista de produção, sua forma de produção de riquezas e a partilha em uma sociedade, o que dá origem às mais diversas desigualdades sociais. A questão social pode ser definida como situação de desigualdade entre capital e trabalho, com as mais diversas expressões como: pobreza, miséria, desemprego, violência, trabalho precário, discriminação de gênero e orientação sexual, dentre outras violações de direitos fundamentais. Para Paulo Netto (2001), a expressão questão social está diretamente ligada com o fenômeno conhecido como pauperismo, que é o empobrecimento de uma classe social, desta forma enquanto este modo de produção não for suprimido, não haverá a superação da questão social.

No Brasil, o capitalismo tardio se desenvolveu em meio a contradições, do trabalho escravo ao trabalho assalariado, associados a valores dignificantes para que o indivíduo ganhe dignidade, a sociedade progrida e o capital se multiplique. De



acordo com Cunha (2021), esse resultado da relação capital e trabalho, geram barreiras que tornam a experiência da deficiência desigual ao ser relacionada com pessoas sem deficiência. Para tanto, a deficiência pode ser considerada como expressão da questão social, as PcD são marcadas pelo capacitismo e esse tipo de discriminação acarreta em múltiplas violações dos direitos humanos.

As características econômicas, sociais e culturais de cada época determinam os modos de como as pessoas com suas diferenças são vistas, marcadas pela exclusão total, segregação e integração, até que em 1988 com a Constituição Federal, tem-se uma nova proposta de sociedade para todos, na perspectiva da inclusão social. Processo esse que iniciou muito antes, marcado pelo surgimento de instituições de atendimento para as PcD no Brasil, por iniciativa de familiares e profissionais envolvidos com esses sujeitos, como a Sociedade Pestalozzi, a APAE e a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Inicialmente, o movimento feminista teve participação importante para as PcD, devido à crítica ao capitalismo e a tipificação do sujeitos produtivos, que contribuíram para as lutas políticas, responsáveis por remover barreiras e permitir a participação das PcD no mercado de trabalho, por exemplo. Este e outros direitos são incorporados constitucionalmente, durante o processo de redemocratização no país, que foi um terreno fértil para as demandas sociais, o fortalecimento dos sindicatos e a reorganização dos movimentos sociais.

O Brasil buscou garantir a ampliação e a consolidação dos direitos sociais das PcD, haja visto que, a CF/88 em seu artigo 1º, evidencia entre os seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. E o artigo 203 reconhece constitucionalmente a política da Assistência Social para quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social. Desta forma é instituído o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Na sequência, temos a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trouxe a concepção de cidadania, reconhecendo



direitos, liberdades e a busca de promover condições de igualdade como instrumento de conquista de emancipação política.

Com a estratégia neoliberal e a redução da interferência ativa do Estado na economia e em outras áreas, regulamentar-se o Terceiro Setor, desenvolvendo-se uma intervenção filantrópica sobretudo para a população em situação de vulnerabilidade social.

A pandemia do coronavírus trouxe instabilidades, incertezas a todos os setores da economia, um vírus com poder de contaminação e infecção com proporções gigantescas se fez presente em diversos contextos, espaços e linguagem, ressaltando especialmente esses mesmos espaços com extrema desigualdade sócio sanitária.

As PcD, correm o risco de desenvolver a forma mais grave do covid-19, sejam pelas comorbidades ou pelas peculiaridades como a necessidade de um cuidador, fatos determinantes que propiciam o ingresso desses sujeitos no grupo de risco para infecção. No momento, a pandemia está controlada, mas, não finalizada, é imperativo que a sociedade e seus órgãos representativos atuem no sentido de contribuir para a melhora desta realidade.

CONCLUSÕES

Segundo Cunha (2021), como resultado da relação capital e trabalho, as barreiras sociais tornam a experiência da deficiência desigual ao ser relacionada com as pessoas sem deficiência. Portanto, a deficiência pode ser considerada como uma expressão da questão social, evidenciada na pandemia.

O controle sobre os corpos e a busca por um padrão de normalidade faz com que aqueles que possuem corpos ou comportamentos ditos desviantes, precisam ser enquadrados a esse padrão, uma busca pela docilização dos corpos que gerou diversas compreensões para a deficiência. Temos a compreensão dos contextos sociais responsáveis pela experiência da deficiência, fatores sócio- históricos colocam



a deficiência como geradora de desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 13 mai. 2022.

CUNHA, Ana Carolina Castro. Deficiência como expressão da questão social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 141, p. 303-321, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdgGCcy/#:~:text=As%20barreiras%20sociais%2C%20consequ%C3%Aancia%20da,como%20express%C3%A3o%20da%20quest%C3%A3o%20social> Acesso em: 17 mai. 2022.

OMS. **Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual**. Montreal, Canadá, 4-6 outubro 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/declaracao_montreal.pdf Acesso em: 23 ago. 2022.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



ENVELHECIMENTO(S): Os rebatimentos do contexto pandêmico na vida da pessoa idosa

Suziele Cristina Martins Cardoso, suzielecristina21@gmail.com
Leonardo Carvalho de Souza, e-mail, carvalho_leo@hotmail.com
Universidade Estadual de Paranavaí, UNESPAR, Paranavaí-PR

Eixo Temático (3-Temas transversais)

RESUMO: Atualmente, no Brasil, os rebatimentos da pandemia sobre a classe trabalhadora têm sido de grande embate, principalmente às pessoas idosas por várias condicionantes, seja por fragilidade de saúde, renda e proteção social. Nesse sentido, o recorte aqui apresentado faz parte de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, em andamento, que versa sobre os impactos da pandemia na vida das pessoas idosas atendidas pelo Centro Referência de Assistência Social (CRAS) de Amaporã/PR. Temos por objetivo refletir acerca dessas implicações nas condições de vida das pessoas idosas por meio de um estudo bibliográfico sobre a situação dos envelhecimentos no capitalismo e como as dimensões de classe, raça, território e gênero se articulam ao envelhecimento.

Palavras-chave: Pessoa idosa, Pandemia, Envelhecimentos.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento tem sido abordado hegemonicamente pela via biologicista, o que impõe limites no entendimento deste processo a partir de aspectos sociais, históricos, econômicos e culturais que impactam diretamente nas formas de compreender esse fenômeno. Nesse sentido, o entendimento do envelhecimento é atravessado por diferentes dimensões (TEIXEIRA, 2020).

Na contramão dos modelos explicativos e teorias biologicistas buscamos neste trabalho, interpretar o envelhecimento a partir da teoria social crítica e da



gerontologia social crítica, que demandam considerar a economia, a política, a cultura, ou seja, a produção e reprodução da vida para entender o envelhecimento.

Por estes acúmulos, entendemos que podemos falar em uma diversidade de envelhecimentos a partir de discussões que abarcam marcadores de classe, raça, gênero, etnia e território e indicam como a desigualdade ao repercutir nas condições de trabalho, de acesso a renda, nas relações familiares etc; impactam no processo de envelhecimento de cada sujeito (TEIXEIRA, 2020).

Buscamos equacionar o funcionamento do capitalismo e como sua estrutura social formada a partir da lei geral da acumulação capitalista e como a mesma impacta no processo de envelhecimento. Além disso, mostra-se que a conversão do trabalho num sentido criativo e ontológico em “trabalho assalariado” transforma a força de trabalho em mercadoria e implica na desvalorização dos sujeitos fora de idade ativa e produtiva (MARX, 2017).

MATERIAIS E MÉTODOS

As reflexões aqui tecidas tomam como material e fonte, livros e artigos que discutem sobre o capitalismo, trabalho e envelhecimento. O método de análise parte de pressupostos da teoria social crítica e gerontologia social crítica por meio das quais a pesquisa bibliográfica tem permitido a compreensão dos marcadores de classe, raça, gênero, território e etnia como pertinentes ao entendimento do envelhecimento no capitalismo.

CAPITALISMO E LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O capitalismo se estrutura a partir da lei geral da acumulação capitalista, que promove um processo de reprodução do capital em escala ampliada, ele se torna



permanentemente valorizado pelo viés de mais valor que se dá por meio do trabalho explorado. Sendo assim, a acumulação se baseia no processo pelo qual o capital é sempre capitalizado pelo trabalho excedente e que não é remunerado à classe trabalhadora. Quanto mais concentração de capital maior é a sua capacidade material de investimento e aplicação na força do trabalho e nos meios de produção, bem como de apropriação e produção de riqueza (MARX, 2017).

O desenvolvimento da acumulação encaminha-se a transformar a estrutura produtiva do capital que altera a sua composição orgânica, desvalorizando o valor da força de trabalho por meio da aproximação da remoção do mais valor e aumentando, a superprodução relativa com surgimento de uma quantidade excessiva de desempregados. A produção passa por uma onda de automatização, a partir da contradição estrutural que se descreve a lei geral com enriquecimento do capital que ocorre a partir da pauperização dos trabalhadores, quanto mais vigorosa estável e acelerada é a acumulação do capital, assim os mais prejudicados são os trabalhadores que se tornam vítimas de instrumentos mais eficazes com o efeito dessa massa do valor que produzem. Desse modo, “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto” (MARX, 2017, p. 721).

A relação capital e trabalho se dá somente por meio da exploração, pois é uma contradição inconciliável, a mesma exploração que arruína a classe trabalhadora é para o capital um mecanismo que valoriza e amplia ainda mais a sua riqueza, a exploração ela é um órgão de dominação econômica e política de uma classe sobre a outra (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014).

CLASSE, RAÇA, GÊNERO E TERRITÓRIO COMO CHAVES PARA COMPREENDER OS ENVELHECIMENTOS

O envelhecimento pode ser compreendido de variadas formas, isso varia, pois,



cada pessoa tem uma forma de envelhecer. Em relação à questão de classe, um idoso rico que mora em cidade grande tem condições melhores de vida, mais acesso a saúde e com mais recursos nas diversas dimensões da vida. Já um idoso(a) pobre que mora no interior tem outra realidade, pois tendencialmente a expectativa de vida é outra, isso vai depender do seu território, formas de acesso e rede de apoio. Tudo isso evidencia o marcador de classe como definitivo para entender os envelhecimentos.

O capital tende a valorizar as pessoas com idade ativa, as quais podem trabalhar para gerar lucro. Mas essa realidade é encoberta por inúmeras ideologias, por exemplo, uma reportagem, na qual um idoso de 75 anos com *parkison* e enfisema supera a sua idade avançada e suas doenças para trabalhar para poder comprar seus remédios e comida na cidade de Bertioga em São Paulo. Nesse sentido, faz-se um culto de defesa do(a) velho(a) ativo, autônomo, protagonista, empreendedor, quando a realidade da maioria das pessoas idosas é mais complicada. Toda essa construção de cultura se dá a fim de livrar o Estado e as famílias da responsabilidade de cuidados e no limiar ela encobre os inúmeros problemas que os envelhecimentos carregam.

Nesse sentido, no Brasil as desigualdades são históricas e estruturais e se manifestam nas relações de classe social, raça, etnia e gênero. E complementarmente, nos processos de envelhecimentos para os quais não se pode entender a partir de óticas homogêneas. Ao contrário, é pertinente considerar as variadas formas de envelhecimentos na contemporaneidade e denunciar as desigualdades que permeiam esse processo.

CONCLUSÕES

Sendo assim, a partir disso conclui-se que a relação capital e trabalho é uma unidade de diversas expressões, na qual um se expressa no outro, um explora e outro é explorado. O capital pressupõe como parte de si mesmo o trabalho assalariado em uma relação de contradição. Além disso, mostra-se que a conversão do trabalho no



sentido criativo e humanizado em trabalho assalariado transforma a força de trabalho em mercadoria e implica na desvalorização dos sujeitos fora de idade ativa e produtiva.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Vilela, CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de Uma Interpretação Histórica Metodológica. São Paulo. Cortez, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina/Piauí: Editora Universidade Federal do Piauí, 2020.



SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Amanda Danielli Ferreira Moreira, amandaadani.com.br@gmail.com
Teone Assunção, teone.assuncao@unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Eixo Temático: Temas transversais

RESUMO:

Ao longo do processo histórico brasileiro, o sistema prisional sempre operacionalizou através de punições, as quais, foram se transformando até chegar no modelo atual que ainda conserva princípios como a privação de liberdade e repressão para reabilitar o apenado. O objetivo deste trabalho é apresentar fragmentos históricos do sistema prisional brasileiro. Para isto, recorreremos a parte do referencial teórico construído para o Trabalho de Conclusão de Curso que encontra-se em andamento. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental sobre a história do sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: Sistema Prisional, Apenado, Prisão.

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a burguesia tem suas organizações repressivas estatais, treinadas para garantir a eficiência necessária para manter subjugada às classes vulneráveis e continuar com o poder de domínio sobre elas. Tanto é que as prisões foram se formando para atender os interesses da classe dominante. E a intervenção do Estado através do aprisionamento comprova que a prisão é utilizada como um instrumento essencial para a ordem capitalista. Contudo, é possível constatar que, com a acumulação do capital, o encarceramento efetuado pelo Estado assumiu um caráter vigoroso na consolidação e legitimação do capitalismo.

O objetivo aqui é trazer à tona apontamentos que demarquem sobre o sistema prisional no Brasil. Neste sentido, o trabalho que segue tem a intenção de resgatar na história a presença dos sistemas de punições, a qual foi se transformando com o decorrer dos anos até o modelo atual, que conserva princípios como a privação de liberdade e repressão para reabilitar o apenado.

MATERIAIS E MÉTODOS



Para a construção deste trabalho, realizou-se revisão de literatura em artigos de revistas e jornais sobre a temática, com o intuito de coletar fragmentos da história sobre o sistema prisional brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, o sistema prisional voltado para a criação de prisões com o intuito da privação de liberdade, teve início na primeira metade do século XIX, com a promulgação da Constituição de 1824 e do Código Penal de 1830.

Neste sentido Pinheiro e Gama (2016) relatam que as prisões deixaram de ser um local de passagem à espera de sentença e passaram a fazer parte de um processo diferente, mais civilizado, de acordo com as necessidades da sociedade moderna que almejava já naquele contexto utilizar-se de uma força de trabalho que atendesse seus objetivos.

No ano de 1830, o primeiro Código Criminal Brasileiro foi promulgado instituindo a pena de privação de liberdade e a prisão com trabalho, destinadas a vários delitos que, antes disto, dispensavam o cárcere. Assim, ficou notório o interesse do Estado em controlar a população livre e estender seu poder a justiça penal (PINHEIRO; GAMA, 2016, p. 107).

Este formato de prisões, segundo o que a legislação definia, eram insuficientes. De acordo com Pinheiro e Gama (2016), em 1834, começou a construção da primeira prisão da América Latina, a Casa de Correção do Rio de Janeiro, a qual foi inaugurada somente no ano de 1850, o que demonstrou as dificuldades políticas e financeiras vividas pelos reformadores.

No Brasil, a escravidão e a monarquia dificultaram a reforma prisional, na verdade, o que vislumbravam era a chamada modernização carcerária, não voltada a reabilitação, mas a possibilidade de estabelecer maior controle sobre a população pobre brasileira.

No século XIX, as prisões brasileiras eram vistas como transformadoras de indivíduos “criminosos” em trabalhadores disciplinados. Goffman (2013), compreende



esse sistema como sendo a mortificação do “eu” em que tem início no momento em que o indivíduo é inserido numa “instituição total”, neste caso a prisão.

Deste modo vemos que a partir da segunda metade do século XIX, a prisão continua sendo definitiva e dominante com práticas punitivas, apoderando-se de um viés genuíno de controle social, tendo em vista que após este período o formato do sistema prisional moderno se assemelha aos séculos anteriores.

Segundo Machado, Souza e Souza(2013), no Brasil a partir do século XX, acontece a legitimidade social da prisão, em que acarretou em transformações para um maior controle da população carcerária, surgindo novos formatos de prisões que passaram a ser mais apropriadas aos tipos de crime cometido.

A instituição de contraventores tinham por finalidade o encarceramento dos ébrios, vagabundos, mendigos, em suma, os antissociais. Os asilos de menores buscavam empregar um método corretivo à delinquência infantil. Acreditando na inocência do réu, foi proposta uma prisão de processados, considerando-se não conveniente misturá-los com delinquentes já condenados ou provavelmente criminosos. Os manicômios criminais foram idealizados para aqueles que sofriam alienação mental e requeriam um regime ou tratamento clínico, enquanto que os cárceres de mulheres, seriam organizados de acordo com as indicações especiais determinadas por seu sexo (MACHADO, SOUZA; SOUZA, 2013, s/p).

Nesta linha de raciocínio, é notório que, com espaços adequados para cada tipo de crime, houve a tentativa de racionalizar de acordo com o grau de infração de cada apenado. A ideia de espaços adequados para mulheres e jovens foi uma mudança significativa em relação à legislação anterior, entretanto é necessário compreender quais as reais preocupações do Estado em relação a esta adequação.

Nota-se que, adequar os apenados de acordo com a natureza dos seus delitos, é controlar para manutenção da ordem social e esta prática se mantém ao longo do processo histórico, tanto que, ao final do século XX, com a reforma do direito penal, foi feita distinção entre a pena principal e a secundária. Neste aspecto a Lei 7.209/1984, mantém as penas ordinárias (privação de liberdade), penas alternativas (restrição de direitos), e as multas.

Já no século XXI, especificamente no ano de 2012 em entrevista ao G1-SP, o então Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso declarou o seguinte: “Do fundo do



meu coração, se fosse para cumprir muitos anos em alguma prisão, nossa, eu preferia morrer. Quem entra em um presídio como pequeno delinquente muitas vezes sai como membro de uma organização criminosa para praticar grandes crimes”. (José Eduardo Cardoso G1, 2012, s/p.).

Por esta entrevista, é possível perceber o descaso da gestão em relação a condução da política pública de segurança, que, deveria aprimorar práticas voltadas aos direitos humanos, ao contrário, escancara a precariedade vivida nas instituições carcerárias brasileiras.

Segundo Immich e Pereira, (2017), O Sistema Prisional brasileiro se encontra em desarmonia, pois em grande parte sofre com a superlotação sendo uma das consequências disto o salto na progressão da pena, do regime fechado direto para o regime aberto, o que acarreta em reincidências.

Segundo pesquisa realizada pelo G1 (2021), no Brasil foram criadas 17.141 vagas nas penitenciárias brasileiras as quais são insuficientes para atenuar o problema da superlotação no sistema prisional.

Segundo Machado, Souza e Souza (2013), são muitos os fatores que levaram o sistema prisional brasileiro ao seu atual estado de instabilidade, principalmente no que diz respeito à falta de investimento de recursos públicos. Neste sentido, o sistema que pretendia ser a alternativa às punições desumanas, como por exemplo, a pena de morte e a tortura, passou a ser viável à criminalidade e inviável a ressocialização dos sujeitos.

CONCLUSÕES

A ressocialização dos apenados de acordo com os princípios de direitos humanos, embora necessário nas prisões brasileiras, ainda não se apresenta enquanto uma realidade.

Diante do que foi exposto acima, nota-se que, a decadência do sistema prisional no Brasil, é consequência do descaso de quem prefere morrer a ser preso. Ou seja, o objetivo do sistema carcerário é contribuir para o confinamento punitivo de quem durante a sua trajetória de vida sempre foi criminalizado. Os pobres.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriano. **PONDERAÇÕES SOBRE A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO ÂMBITO DO SISTEMA PENAL CAPITALISTA**. Revista Universitas Jus, Brasília, n. 16, jan./jul., 2008

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 – 2. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

GOFFMAN, Erwing. **Manicômios, Prisões e Conventos** (1974), São Paulo, Ed. Perspectiva, 2012.

IMMICH, Micheli, PEREIRA, Adriane. **Sistema Prisional Brasileiro e a Criação da Lei da Execução Penal**. disponível em: <https://michellipimmich.jusbrasil.com.br/artigos/326166078/o-sistema-prisional-brasileiro-e-a-criacao-da-lei-da-execucao-penal>. Acessei em: 08/09/2022 as 08:40.

MACHADO, Ana, SOUZA, Ana Paula, SOUZA, Mariani. **SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO, ORIGEM, ATUALIDADE E EXEMPLOS FUNCIONAIS**, revista do curso de direito da faculdade de humanidades e direito, v.10, n.10, 2013.

Ministro da Justiça diz que 'preferia morrer' a ficar preso por anos no país. disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/11/ministro-da-justica-diz-que-preferia-morrer-ficar-presos-por-anos-no-pais.html>. Acessei em: 13/09/2022 as 14:30.

PINHEIRO, Luci, GAMA, Taiza. **As origens do sistema penitenciário brasileiro: uma análise sociológica da história das Prisões no Estado do Rio de Janeiro**. Sociedade em Debate, 22(2): 157 – 190, 2016.

SILVA, Camila, GRANDIN, Felipe, CAESAR, Gabriela, REIS, Thiago. **População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia**, disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 16/09/2022.



ESTADO E A FUNÇÃO DO APRISIONAMENTO

Lorayne Gaspar Rodrigues Moraes; lorayneg8@gmail.com
Teone Assunção; teone.assuncao@unespar.edu.br:
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Eixo Temático: Temas Transversais

RESUMO

O presente trabalho objetiva refletir sobre o Estado e a função do aprisionamento no modo de produção capitalista. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Que terá como resultado a compreensão sobre a origem e a função do Estado no modo de produção capitalista e a origem e a função do aprisionamento.

Palavras-chave: Estado, Aprisionamento, Modo de Produção Capitalista.

INTRODUÇÃO

O artigo trata sobre a origem e função do Estado no modo de produção capitalista. De acordo com Engels (2017) trata-se de uma força que embora nasça no interior da sociedade, coloca-se superior a ela. “A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização armada espontânea da população”.

Frente a isto, é possível afirmar que o sistema prisional no modo de produção capitalista surge a partir da divisão da sociedade em classes. Desde então, as prisões exercem um mecanismo de dominação do poder estatal em defesa dos interesses da classe dominante. Com isto o intuito deste trabalho é abordar sobre a função do aprisionamento para o capitalismo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica realizada em livros e artigos publicados na internet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Marx (2017) o Estado é o representante máximo da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. O Estado capitalista visa à manutenção da propriedade privada e garantia de direitos da classe burguesa para a acumulação de capital.



Apesar de o Estado ser o intermediário entre as classes nas suas lutas, e ser concebido atualmente como a instituição responsável pela garantia de direitos de todos, tanto dos trabalhadores, quanto da classe patronal, de acordo com o autor, é o Estado o mantenedor da ordem capitalista.

Com isto percebe-se que o Estado é determinado de acordo com o modo de produção, e assume o papel de instrumento de dominação, da classe dominante sobre a classe trabalhadora como salienta Engels 2011.

Desse modo, com base na compreensão de Marx e Engels sobre o Estado, percebe-se que trata-se de uma máquina que serve para gerir essencialmente os interesses da classe burguesa.

Assim, como o intuito deste trabalho é compreender a função do aprisionamento no atual momento, compreendemos que para dar início a esta discussão devemos compreender que as prisões são elementos materiais que integram a força do Estado, e, no que se refere à funcionalidade genérica das instituições de aprisionamento ou encarceramento, recorremos a Foucault, que, embora não aprofunde o caráter classista das prisões, apresenta uma análise de que o seu surgimento serve para

[...] repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registros e notações, construir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição- prisão (FOUCAULT, 2014, p. 223).

Como as prisões são parte integrante do poder do Estado, o aprisionamento se torna o principal meio punitivo com o advento do sistema capitalista, comprovando que cada sistema de produção cria um meio de punição de acordo com suas relações de produção (MELOSSI; PAVARINI, 2010). Assim, a função das prisões no capitalismo é promover a “limpeza social” com o objetivo de “reformatar” as pessoas



que por lá passassem.

No período de acumulação primitiva do capital, o sistema de aprisionamento passa a ser uma forma de o Estado burguês intervir na reprodução e manutenção da força de trabalho. Por meio do encarceramento, o Estado também atuava na adaptação através da disciplina e do trabalho “livre” na indústria, que estava iniciando.

Com o avanço do capitalismo as prisões passaram a ser o meio que o Estado utilizava para evitar a vadiagem e proliferação de mendigos que provocava a desordem social, passou a utilizar também como meio para regulação da força de trabalho.

Com a força de trabalho estabilizada, as prisões de forma diferente atuando na repressão daqueles indivíduos que se negavam a trabalhar nas fábricas e aos que cometiam crimes, principalmente contra a propriedade privada, tendo como objetivo acabar com as ameaças à nova ordem burguesa capitalista.

CONCLUSÕES

Frente a isto, observa-se que o aprisionamento possuiu um papel no âmbito da intervenção do Estado que diz respeito à regulação da força de trabalho. As prisões são instituições que agregam a força do Estado, pois passam a ser a maior forma de punição para moldar os sujeitos conforme as fases de desenvolvimento do capitalismo e se reconfigura de acordo com os interesses da burguesia.

REFERÊNCIAS

Lênin, Vladímir Ilitch. **O Estado e a Revolução**: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução/ Vladímir Ilitch Lênin. – 1. Ed. São Paulo : Boitempo, 2017.

DIONE, Lolis Dione. **O Estado Burguês e a Prisão: Algumas Considerações Sobre a Funcionalidade do Aprisionamento no Sistema Capitalista**, 2018.

SWEEZY, Paul. M. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. 3 ed. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1978.



PROCESSO DE PESQUISA NO ÂMBITO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NOS ANOS 2021/2022

Jamila Rodrigues Francisco/ jamilarf87@gmail.com;
(Iniciação Científica/PIC voluntário)
Maria Inez Barboza Marques/, maria.marques@unespar.edu.br,
Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranavaí

Eixo Temático: Temas Transversais

RESUMO: O resumo expandido tem por objetivo relatar o processo de pesquisa no âmbito da Iniciação Científica nos anos de 2021/2022. A pesquisa teve como objeto: “As ações desenvolvidas para o enfrentamento à violência contra mulheres no município de Paranavaí no contexto da pandemia”. A metodologia utilizada para realização da pesquisa foi de natureza documental, com a contribuição de levantamento bibliográfico e participação direta da pesquisadora em espaços de referência relacionados ao objeto em pauta. Os resultados se constituíram em referência para pesquisas e estudos posteriores, contribuindo também com dinâmicas em curso no âmbito da universidade, sociedade paranavaense e região.

Palavras-chave: patriarcado, violência de gênero, violência contra mulheres.

INTRODUÇÃO

Para a realização da pesquisa “As ações desenvolvidas para o enfrentamento à violência contra mulheres no município de Paranavaí no contexto da pandemia”, no campo da iniciação científica 2021/2022, desempenhou-se atividades específicas para aproximação e desvelamento do objeto de pesquisa, sendo elas: Seleção dos referenciais a serem utilizados, em conjunto com orientadora; Revisões Bibliográficas e estudos específicos sobre a temática; Participação ativa nas orientações; Participação em grupos de estudos organizados pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas e Núcleo de Educação para Relações de Gênero (NERG); Participação em eventos relacionados ao objeto de pesquisa; Participação nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Participação das reuniões da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra Mulheres no Município de Paranavaí/PR; Elaboração de relatórios; Socialização das produções em eventos



científicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da análise das informações coletadas foram utilizadas as dimensões de totalidade, dialética e historicidade, ou seja, o método escolhido foi o materialismo histórico-dialético, uma vez que esse visa ampliar as concepções dos fatores sociais de maneira abrangente sem desvincular a problemática estudada do contexto social. Empiricamente, a pesquisa foi de natureza documental, com a contribuição de referenciais bibliográficos, selecionados em conjunto com a orientadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar o processo de pesquisa, houve a seleção dos textos para o embasamento teórico. Com a aproximação desses textos, foi possível compreender que, o modo em que a sociedade é formada, sobretudo, a sociedade capitalista, interfere diretamente nas relações sociais. A exploração, a dominação de uma classe sobre a outra e o patriarcado contribuem para a compreensão do contexto da violência contra as mulheres. O domínio que os homens têm sobre as mulheres vem de longa data, como relata Saffioti (1987) em sua obra “O poder do macho”, segundo a autora o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração.

Ressalta-se que houve a participação direta como pesquisadora nas reuniões mensais da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, podendo assim, ocorrer uma observação empírica do trabalho da rede. No período de setembro de 2021 a abril de 2022, foram realizadas oito reuniões para a discussão dos casos atendidos que demandam estratégias específicas, nas quais participei. A rede é composta pelas instituições: Delegacia da Mulher, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Secretaria da Saúde: Coordenação Saúde da Mulher, Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), Patrulha Maria da Penha e tem



a contribuição da Assistente Social do Ministério Público.

Também como pesquisadora, foi possível participar diretamente das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), que é o articulador da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra Mulheres. De acordo com o artigo 4º da Lei Municipal 4.453/2015, o CMDM é composto por vinte e duas membras e vinte e duas suplentes, sendo onze representantes da Sociedade Civil e onze representantes do poder público. De setembro de 2021 até março de 2022, foram realizadas quatro reuniões.

É importante destacar ainda as participações nas reuniões, nas rodas de conversa e nos estudos e leituras direcionadas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Gênero, trabalho e Políticas Públicas” (GTPP). As orientações ocorreram periodicamente e teve por objetivo acompanhar o desenvolvimento da pesquisa, bem como esclarecer as dúvidas e aprofundar as discussões sobre a temática. Foi possível desenvolver a pesquisa de forma satisfatória para o alcance dos resultados. Considerando os dados coletados, compreende-se que a pesquisa se constituiu em instrumento funcional composto pelo registro histórico da dinâmica que vem se desenvolvendo no município de Paranavaí a partir do início da pandemia, causada pelo Coronavírus (COVID-19) em 2020. Portanto, ressalta-se que a pesquisa tem relevância acadêmica e social, tendo em vista que pode contribuir com dinâmicas em curso no âmbito da universidade, sociedade Paranavaense e região, tornando-se também referência para outros trabalhos.

CONCLUSÕES

A pandemia do covid-19 agravou e aumentou as violências cometidas contra as mulheres, pelo fato delas ficarem isoladas em suas residências, já que na maioria das vezes quem comete a violência são os familiares. As ações de enfrentamento foram um modo de levar informações para essas mulheres e delas reconhecerem que estavam em situação de violência, contribuindo com o rompimento do ciclo da



violência.

Os resultados se constituem em referência para pesquisas e estudos posteriores, contribuindo também com dinâmicas em curso no âmbito da universidade, sociedade Paranavaíense e região.

REFERÊNCIAS

BRASIL: Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006** (Lei Maria da Penha). Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Brasília: 2012.

FRANCISCO, Jamila; MARQUES, Maria Inez Barboza. As ações desenvolvidas para o enfrentamento à violência contra mulheres no município de Paranavaí. n. IV, 2021. Paranavaí. **Cadernos de Resumos do II SIPEC – Seminário de Integração: Pesquisa, Extensão, Cultura e Inovação Tecnológica/VII EAIC – Encontro Anual de Iniciação Científica da UNESPAR**. II SIPEC - VII EAIC da UNESPAR. 03 a 10 de novembro de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. 9ª edição. São Paulo: Moderna, 1987.



REFLEXÕES SOBRE O PATRIARCADO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE ATUAL

Izabela Fernanda Rodrigues O. B. Evangelista, e-mail:
izabelafernandamimfall@gmail.com

(Iniciação Científica/Fundação Araucária.)

Maria Inez Barboza Marques (Orientadora), e-mail: maria.marques@unespar.edu.br
Universidade Estadual do Paraná/Campus Paranavaí

Eixo Temático: Temas transversais

RESUMO: Este resumo expandido, aborda a pesquisa a ser desenvolvida na Iniciação Científica e tem como objeto “Reflexões sobre o patriarcado e suas expressões na sociedade atual”. A pesquisa foi desenvolvida através de levantamento bibliográfico e documental, durante o período de setembro de 2022 a agosto de 2023. Espera-se que os resultados contribuam com discussões no âmbito acadêmico, promovendo reflexões sobre o tema.

Palavras-chave: patriarcado, relações de gênero, capitalismo.

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa a ser desenvolvido na Iniciação Científica, tem por objetivos: Geral: aprofundar os estudos sobre a categoria do patriarcado e as expressões desse sistema nas relações sociais presentes na sociedade atual e como objetivos específicos: Colaborar com os estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas; Desvendar questões relacionadas à temática do patriarcado, a partir das revisões



bibliográficas que serão realizadas; Contribuir para disseminação na discussão em diferentes espaços de socialização do conhecimento construído na academia.

Em princípio pode-se afirmar que o patriarcado é um sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem os homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual. As relações patriarcais estão presentes em diferentes espaços, inclusive nas relações políticas que são estabelecidas no processo histórico. Tais relações envolvem o Estado e a sociedade em geral.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa será essencialmente bibliográfica. De acordo com Gil (2008), por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso. Entre eles podemos citar livros, periódicos, manuscritos, entre outros.

Com o respaldo das orientações do docente, a estudante em iniciação científica deverá construir um processo que contribua no aperfeiçoamento da vivência na academia. Deverão ser realizadas revisões bibliográficas dos textos indicados, bem como fichamentos desses. Haverá também participação em grupos de estudos organizados pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É pertinente iniciar a discussão, ressaltando que o patriarcado, com a intrínseca cultura especial que gera sua estrutura de poder, inevitavelmente penetrou em todas as esferas da vida social e, assim, não corresponde, já de longa data, ao suporte material da economia de *oikos* (doméstica) (SAFFIOTI, 2004, p. 126).

O patriarcado é um sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem os homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual. As relações patriarcais estão presentes em diferentes espaços,



inclusive nas relações políticas que são estabelecidas no processo histórico. Tais relações envolvem o Estado e a sociedade em geral. Assim, Saffioti (2004) considera a influência do patriarcado e suas bases sólidas:

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas também o Estado. [...] A liberdade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada (SAFFIOTI, 2004, p. 127).

Cisne (2014) sintetiza sua concepção sobre o patriarcado, deixando claro que ele se consolidou historicamente associado à produção da propriedade privada. “Diferente do que prega a ideologia da subordinação da mulher como algo existente desde os primórdios da humanidade, o patriarcado é resultado de um processo histórico” (CISNE, 2014, p. 76).

Relações sociais baseadas no patriarcado denotam relações de poder e de desigualdades em vários âmbitos. Significa que o termo está ligado a construções que vão se enraizando no tempo e no espaço e precisam ser decifradas adequadamente para ser enfrentadas de acordo com a necessidade de cada período histórico no contexto do sistema capitalista.

Nessa direção, é possível concordar com Cisne (2014) sobre a possibilidade da utilização do termo sistema patriarcal-racista-capitalista¹, levando em conta que

¹ Cisne (2014, p. 60) explica a necessidade de “especial atenção para trabalhar categorias e



tal sistema caracteriza o atual modelo societário. Assim, a autora apresenta a reflexão:

Com base nas reflexões já realizadas, entende-se que é necessário ter clareza que não existe de um lado a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, ou seja, um processo de dominação separado de outro de exploração. Por isso, Saffioti (2004) utiliza a expressão "*dominação-exploração ou exploração-dominação*" (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

Saffioti (2004) ressalta que, mesmo considerando o fato de o patriarcado constituir-se em um pacto entre os homens (mesmo que esses nem saibam que existe essa categoria, por estarem envolvidos pelo seu poder culturalmente construído), não significa que não exista resistência a ele. Com efeito, há resistência, lutas, conflitos que podem se expressar através da vingança, da sabotagem, do boicote ou ainda pela luta de classes².

Cisne (2014, p. 79) inclui na discussão do patriarcado a dimensão da heterossexualidade, que tem influência direta nas relações sociais hierárquicas presentes na sociedade capitalista. A autora pondera que o regime da heterossexualidade compulsória é uma das dimensões primordiais que consolida o patriarcado. Assim, é necessário compreender que quando se fala em heterossexualidade não significa referir-se apenas "às pulsões e práticas sexuais". A heterossexualidade deve ser compreendida criticamente pela sua constituição como um regime que está estreitamente afeto às relações de dominação-exploração.

conceitos que dão corpo ao pensamento e ao próprio feminismo", deixando claro que são categorias e conceitos que dão fundamento às reflexões e também às ações do feminismo em sua luta contra as relações patriarcal-racista-capitalista e também na defesa das emancipação humana.

² Vale lembrar o livro de Mirla Cisne "Feminismo e consciência de classe no Brasil" (2014). O primeiro capítulo trata das questões "Classe, luta de classes e formação da consciência no capitalismo".



CONCLUSÕES

Compreende-se, assim, que as relações sociais baseadas na heterossexualidade compulsória, no âmbito do “sistema patriarcal capitalista”, constroem-se arbitrariamente como um padrão baseado em um regime político que legitima a submissão das mulheres e de outras pessoas que não se enquadram no padrão normativo da sociedade.

Sendo assim, considera-se que a proposta de pesquisa sobre o tema, trará contribuições não só ao meio acadêmico, mas, sua disseminação em possíveis espaços de socialização da discussão, levará ao fortalecimento de atores e atrizes que vivem e se movimentam na sociedade capitalista e se constituem em formadores de consciência sobre o sistema de dominação patriarcal, tão presente na atualidade.

REFERÊNCIAS

- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- DELPHY, Chistine. Patriarcado (teoria do) **Dicionário Crítico do Feminismo** / Helena Hirata... [ET AL]. (orgs.). São Paulo. Editora UNESP, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008.
- SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004.



GÊNERO COMO CATEGORIA PARA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS

Talya de Souza Delfino, e-mail: talyaa_souza@hotmail.com
(Trabalho de Conclusão de Curso)

Maria Inez Barboza Marques (Orientador/a), maria.marques@unespar.edu.br

Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí.

Eixo Temático (Temas transversais)

RESUMO: Este resumo expandido, apresenta resultados parciais relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que vem sendo elaborado para o Curso de Serviço Social no ano de 2022. O objetivo do trabalho é refletir sobre a violência doméstica no contexto da pandemia, a partir do Núcleo Maria da Penha (Numape) Unespar/Campus Paranavaí. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. Espera-se contribuir para futuras pesquisas sobre a temática.

Palavras-chave: gênero, relações sociais construídas, desigualdades.

INTRODUÇÃO

O tema da violência contra mulheres foi motivado desde o primeiro ano do curso de Serviço Social, quando na disciplina de investigação da realidade social, foi possível elaborar um trabalho sobre a desigualdade das mulheres em relação aos homens. A violência doméstica é um fenômeno que preocupa em nível mundial, e o Brasil é “bem classificado” nesse ranking, e, é pauta das diferentes políticas sociais públicas e espaços sócio-ocupacionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. Pode ser caracterizada como descritiva e analítica. Pesquisa descritiva, segundo Gil (2008):

tem como foco estudar e descrever “as características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de



relações entre variáveis”. Esse estudo é caracterizado devido padrões de técnicas estabelecidas para coleta de dados (GIL 2008, p. 44).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Priori (2007) a partir da década de 1960, pesquisas relacionadas à temática mulher, tornaram-se focos de estudos, e estes receberam um tratamento relacional histórico e científico com o intuito de produzir um conhecimento entre homens e mulheres possibilitando analisar as relações existentes e o significado da participação de ambos na construção histórica. Dessa forma, a autora complementa que as acadêmicas feministas começaram a usar o conceito de gênero na década de 1980. Então, compreensivelmente, essa discussão vem dos movimentos sociais que surgiram nas décadas de 1960 e 1970.

Da mesma forma, Faria e Nobre (1997) buscam explicar as relações entre mulheres e homens, que surgem a partir da década de 1960, em um ambiente de forte contestação ao sistema capitalista e aos valores tradicionais, que desencadeou novas formas de organização. O feminismo foi responsável por denunciar todas as formas de abuso, opressão e violência contra as mulheres, questionando a supremacia do masculino contribuiu para revelar o perigo sexual para as mulheres, mostrando que o estupro dentro do casamento, antes considerado normal, era estabelecido pelo discurso de que a mulher deveria servir ao marido. Além disso, o feminismo mostrou que o pessoal também é político, contestando assim um dos pilares fundamentais para a opressão exercida no capitalismo sobre as mulheres, que é instaurada pela separação entre a vida pública e privada. O feminismo trouxe consigo, dentro dos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, marcas de contestação da decepção com as grandes teorias e o desejo da transformação social.

Faria e Nobre (1997), explicam que as contradições e desigualdades



existentes, entre os homens e as mulheres, são consideradas como relações de gênero. Portanto gênero é uma palavra nomeada para diferenciar a construção do masculino e feminino do sexo biológico, ou seja, as desigualdades entre os sexos são frutos da construção histórica e não devem ser determinadas pelo biológico. Isso significa que não nascemos com uma característica ou outra, mas aprendemos a ser quem somos através da experiência de vida. Esse aprendizado também é responsável por construir diferenças entre as pessoas, levando à desigualdade de gênero. As determinações impostas pela sociedade são as formas concebidas a partir de símbolos, que pressupõem o que é bom para as mulheres e culpando-as quando não respondem a este padrão.

Considera-se que ao longo dos anos a cultura machista foi responsável pela construção das relações desiguais de gênero, ocasionando uma desvalorização da mulher e de sua feminilidade, colocando-a no papel central de maternidade, classificando-as como mulheres boas, más, santas e pecadoras. Dessa forma as autoras apontam que a insistência de manter esses ideais tradicionais que não costumam ser realizados, justificam-se pela ideia de naturalização desses papéis, isto é, homens e mulheres já nascem para ser desse jeito. Sendo a naturalização o principal mecanismo para justificar essa desigualdade entre homens e mulheres. Compreender que ser homem e ser mulher vai muito além de ser fruto da natureza, mas da forma como as pessoas aprendem a ser ou se comportar em uma determinada sociedade ou momento histórico, podendo ser modificado por ser construído historicamente.

É por não seguir este padrão que ocorre as mais diversas manifestações de violência de gênero. Ramos (2020) argumenta que a violência de gênero se define como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual. De acordo com a estimativa global publicada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em 2017, uma em cada três mulheres em todo o mundo, especificamente



35%, já foram vítimas de violência física ou sexual durante a sua vida. Dessa forma, constata-se que as mais atingidas por essa coerção são pessoas do gênero feminino.

Louro (1996) apud Silva (2019) reforça que falar de gênero é levar em conta a construção social do masculino e feminino, como fruto dos processos sociais e históricos, que não podem ser ignorados os sujeitos envolvidos, estando relacionado o processo social e o biológico. Assim sendo, pensar em gênero é mais do que construir ou até mesmo estabelecer relações sociais em diversas instâncias, é ir além de uma mera identidade apreendida. Deste modo, Priori (2007) complementa que esse processo de construção histórica, dependendo do tempo e espaço em que os indivíduos estão inseridos, significa compreender que os aspectos de diferenciação social atribuídos ao masculino e ao feminino com base na biologia ou no sexo ficam descartados.

Portanto em consonância com o que foi exposto acima Batista (2018) argumenta que o poder de dominação, da superioridade e das imposições perpetuadas pelos homens sob as mulheres, proporciona uma longa trajetória composta pelas ações, atitudes e reações que demonstram a sua verdadeira condição na chamada 'supremacia masculina'. Nesse sentido é pertinente apresentar a contribuição de Faria e Nobre (1997), em torno da hierarquia de poder dos homens sobre as mulheres, mostra que essas relações de poder são vivenciadas por todas as pessoas e é a partir delas que se inicia a compreensão de mundo. Ou seja, as relações das pessoas com o mundo, se inicia a partir dessas relações de poder e se reproduz no conjunto da sociedade.

CONCLUSÕES

Nesse sentido compreende-se que a discussão evidenciou que as relações de gênero e a dominação, imposta pelas relações patriarcais, baseadas na ideologia e nas relações desiguais, assumem formas cada vez mais complexas. Em vista disso, é importante contextualizar como gênero e a estrutura patriarcal é responsável por



diversas formas de violência contra as mulheres como um resultado das relações desiguais que são enraizadas na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

FARIA, Nalu. NOBRE, Miriam. **Gênero e Desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997. 52 p. (Coleção Cadernos Sempre Viva).

PRIORI, Claudia. **Retratos da Violência de Gênero: Denúncias na delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996)**. 1ª edição. Maringá: Eduem, 2007.

RAMOS, Rahellen Miguelista. **O que é violência de gênero e como se manifesta?** Revista Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) 2020 disponível em: ><https://contee.org.br/o-que-e-violencia-de-genero-e-como-se-manifesta>.

SILVA, Adriele de Souza da. **A violência doméstica contra as 'Marias' atendidas pelo NUMAPE**. 2019 F.128 Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí 2019.



A LEI N. 13.431/2017 E A ORGANIZAÇÃO DOS FLUXOS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA: virtudes e desafios

Julia Cristian Antuniazzi,
E-mail: juliaantuniazzi@gmail.com
Leonardo Carvalho de Souza (Orientador)
E-mail: carvalho_leo_@hotmail.com

Eixo Temático: Temas transversais

RESUMO:

No presente trabalho apresentamos um recorte de uma pesquisa de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, em desenvolvimento, que versa sobre virtudes e desafios na organização dos fluxos de atendimento à criança e ao adolescente vítimas ou testemunhas de violência. Para o recorte, tomamos como referência os fluxos e protocolos das cidades de Maringá e Paranavaí, a fim de comparar o sistema de atuação da rede de proteção das duas cidades, referente a lei 13.431/2017 no estímulo à reestruturação dos protocolos/fluxos de atendimento de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência. Partindo de uma análise documental aos materiais produzidos nas duas cidades. Entendemos que a lei e as referidas implicações da mesma contribuem para o redirecionamento da atuação da rede de proteção evitando a revitimização, por parte do processo de atuação de escuta. E nos permite avançar na tarefa de prevenir as inúmeras violências postas às crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Violência, Fluxos e Protocolos, Criança e Adolescente.

INTRODUÇÃO

A Violência contra crianças e adolescentes no Brasil é histórica, se processa mediante a um longo processo econômico, político e cultural marcado na construção do país, permeado pela exploração de seus povos e desigualdades sociais estruturais e estruturantes. Desse modo, pensamos a questão da construção histórica do país, nos moldes do Brasil colonial, no qual havia um contexto de intensa



exploração e vitimização das crianças e adolescentes neste período (DEL PRIORE et al, 2010).

A Problemática sobre a violência é então, histórica contra crianças e adolescentes no Brasil e por vezes, além da vivência da violência, as crianças vivenciavam a revitimização, que era o processo de contar a violência várias vezes, ser desacreditado ou mesmo ser culpabilizado, pressionado após sofrer uma violência. É a fim de resolver ou amenizar a problemática da revitimização e violência institucional que a lei n. 13.431/2017 é pensada e promulgada, trazendo o processo de escuta e as demandas por parte, de uma construção única do processo de escuta sem que se deixe a criança em uma posição de vitimização. A lei prescreve com que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam escutados no máximo três vezes (1. revelação espontânea, 2. escuta especializada e 3. depoimento especial), abstendo das condições anteriores em que a criança o adolescente passava pelo processo de escuta mais de uma vez, tendo alguns estudos revelado a média de escuta superior a oito vezes (FALEIROS; FALEIROS, 2008; BRASIL, 2017).

Nesse sentido, a elaboração de fluxos e protocolos são primordiais para o atendimento deste público, em que direcionar o atendimento dessas crianças e adolescentes nos ajuda na diminuição da revitimização do processo de escuta. Colocamos em questão a análise dos fluxos e protocolos das cidades de Maringá e Paranavaí, partindo do pressuposto de que a análise de diferentes situações enriquece a possibilidade de compartilhamento das virtudes identificadas nessas cidades. Paranavaí conta com o fluxo e Maringá além do fluxo elaborou um documento explicativo sobre procedimentos a serem adotados. Temos ciência, pela experiência de um dos autores na realização de formações que a execução dos atendimentos acontecem mesmo em cidades que ainda não elaboraram toda a documentação.

As referidas normativas evidenciam a necessidade de um atendimento cuidadoso e não revitimizador à criança/adolescente e legitimam o direito à fala e à dignidade do público atendido. As legislações sugerem a especialização das(os)



profissionais por meio de formações continuadas, orientadas ao atendimento mais protetivo e integral às crianças e adolescentes. Além desta prescrição proposta é preciso considerar a rede de proteção em seu dinamismo e necessária articulação.

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir das discussões tomadas no trabalho de conclusão de curso, recortamos como fonte as discussões decorrentes de fluxos e protocolos das cidades de Maringá e Paranavaí, perante a lei 13.431/2017 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, a fim de comparar a atuação das duas cidades em relação a garantia de direitos à crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência. As fontes mencionadas foram analisadas a partir da pesquisa documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos casos analisados dos fluxos e protocolos e suas prescrições de atuação nas cidades de Maringá e Paranavaí, nos propiciaram a compreensão da importância de fazermos um modelo concreto a elaboração de fluxos e protocolos, a serem utilizados quando uma criança ou adolescente apresenta ter sofrido violência ou tenha sido testemunha do ato. Na Cidade de Maringá a elaboração da rede de atendimento a crianças e adolescentes foi pensada junto ao atendimento de mulheres em situação de violência, sendo assim estabelece fluxos e protocolos para as duas demandas em questão. As Proposições postas no documento envolvem a qualificação dos profissionais envolvidos na assistência deste público alvo de mulheres e crianças e adolescentes, promovendo a prevenção das violências propiciadas por esses grupos, e realizando o acolhimento e assistência às vítimas e suas famílias.

A importância desses profissionais posta a uma qualificação ajuda a identificar as possíveis vítimas de violência, procurando conhecer a história de vida, pois o tratamento meramente sintomático manterá oculto o problema. Propiciar uma rede de



apoio intensifica o combate das violências contra mulheres, crianças e adolescentes.

Já na cidade de Paranaíba a exposição de atendimentos baseia-se no fluxo da cidade em relação aos casos de violência. Na análise do fluxo identificamos que há uma identificação de números para as instituições que atendem os casos de violência, o que consideramos uma virtude, porque isso isenta os profissionais de possíveis acusações, considerando a polêmica da maioria dos tipos de violência. Ademais, a elaboração do fluxo conforme orientações da lei n. 13.431/2017 representa um avanço no atendimento à problemática posta e permite visualizar todo o percurso de atendimento às vítimas ou testemunhas de violências.

CONCLUSÕES

A análise até aqui realizada, permite compreender que os fluxos e protocolos são fundamentais na qualificação dos serviços e atendimentos prestados, pois possibilitam avançar no sentido de prevenir a revitimização e a violência institucional, além disso, respalda a atuação dos profissionais. Ambos municípios possuem virtudes que podem ser tomadas como modelo, entre as quais a articulação intersetorial da rede proteção em Maringá. E mecanismos que propiciam a manutenção do sigilo no processo da realização da escuta especializada em Paranaíba. Por fim, podemos pensar que um desafio é justamente, elaborar os fluxos e protocolos e agregar as diferentes virtudes na oferta dos atendimentos.

REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. Contexto: São Paulo, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

PREFEITURA DE PARANAÍBA. **Fluxograma de atendimento à violência contra criança e adolescente conforme a lei 13.431/2017**.



PREFEITURA DE MARINGÁ. **Protocolo de proteção a mulher, criança e adolescente vítimas de violência sexual, doméstica e intrafamiliar**, Prefeitura de Maringá 2007/2008. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/6f08bbe5351d.pdf>. Acesso em: 11 de outubro.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM MULHERES NEGRAS

Vanessa de Araújo Santos, nessaaraujo@hotmail.com;
Profa Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora), keilapinna@hotmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí.
Edilson de Araújo dos Santos, edilson.santos@ies.unespar.edu.br;
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Campo Mourão.

Temas Transversais

RESUMO: Neste trabalho, destacamos as primeiras aproximações sobre nosso objeto de investigação, violência obstétrica em mulheres negras. A pesquisa, à ser desenvolvida, propõe-se a investigar sobre a violência obstétrica direcionada às mulheres, em especial, as mulheres negras. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, no qual buscamos identificar o que a literatura especializada expõe sobre essa temática. Esperamos com esse trabalho ampliar nossa compreensão sobre a possibilidade de atuação do Serviço Social frente a este tipo de violência, em específico, com aquelas que mais sofrem.

Palavras-chave: Violência Obstétrica, Mulheres Negras, Racismo Obstétrico.

INTRODUÇÃO

Investigar as práticas de violência cometidas em ambientes hospitalares, é um desafio, pois parte-se do princípio que tal violência existe, o que na aparência pode-se considerar uma acusação unilateral. A investigação aqui exposta não busca ser simplesmente uma denúncia, mas uma possibilidade de entendimento sobre uma realidade que se mostra verídica, e além disso, instrumentalizar o assistente social frente a possíveis casos de violência obstétrica, em especial, com mulheres negras, no caso, nosso objeto de investigação.

Iamamoto (2015) afirma que o serviço social é uma profissão integrada ao setor público e as organizações privadas, no qual o profissional tem como foco de atuação a implementação de políticas públicas, e nas organizações privadas de caráter empresarial, há o objetivo de prestar serviços sociais à população. A autora destaca a produção de conhecimento como instrumento interventivo do assistente social, no sentido de que para compreender a realidade vivenciada pela população, é necessário a construção e a apropriação de conhecimentos para atender as demandas relacionadas à prática profissional.



Identificamos em Machado (2021), que as mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica, por ouvirem que elas são mais fortes, ou seja, o racismo em si faz de algumas dessas práticas discriminatórias que venham a afetá-las. Nesse sentido, houve a elaboração da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, criada em 2009. Consideramos como um avanço sobre esse assunto, embora a sua implementação no ano de 2019 ainda não tenha sido feita, mas em alguns dados levantados no mesmo ano mostrou que somente 28% dos municípios do país tinham colocado em prática essa política.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com a finalidade de nos aproximarmos com o nosso objeto de investigação realizamos um levantamento bibliográfico de caráter exploratório. Gil (2017, p. 43) discorre que esse formato preliminar de pesquisa tem como objetivo “[...] proporcionar a familiaridade do pesquisador com a área de estudo na qual está interessado, bem como sua delimitação”. Assim, recorreremos ao Periódicos da CAPES como base de dados para obter pesquisas relacionadas ao que pesquisamos. Ao abordar os periódicos científicos como possibilidade para veiculação de produções científicas, Gil (2017, p. 45) pontua que em decorrência dessa opção para o conhecimento de pesquisas científicas “[...] vêm tornando possível a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade na investigação científica”.

Nesse sentido, ao realizarmos essa familiarização com a temática, como pontua o autor, elencamos as palavras-chave: violência obstétrica; mulheres negras. Ressaltamos que em um primeiro momento incluímos o termo serviço social em nossas buscas, todavia, verificamos que esta não é uma temática exclusiva do serviço social, portanto, retiramos o termo a fim de verificar as diferentes maneiras de discutir a temática na produção acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, expomos nossas primeiras fontes de investigação, os resultados



a serem demonstrados representam nossas constatações iniciais.

Na leitura dos resumos acreditamos que estes podem ser agrupados em 3 direções, ou categorias de análises: a) o machismo estrutural; b) racismo obstétrico; c) possibilidades de atuação. Na primeira, destacamos o machismo estrutural e seus impactos na vida de todas as mulheres, assim, é do nosso conhecimento que essa violência não é exclusiva de mulheres negras. Contudo, a segunda categoria revela que a violência obstétrica é acentuada em uma parcela, racialmente identificada da população feminina. Por fim, destacamos as buscas que diferentes profissionais sugerem quanto ao combate à violência obstétrica.

Barboza e Mota (2016, p. 119) pontuam que o machismo estrutural é uma das causas da violência obstétrica em que “[...] objetifica a mulher, que perde a autonomia sobre teu corpo e sofre agressões físicas, psicológicas e sexuais nas maternidades, e ao invés de cuidado é desenvolvido relações de opressão nestas instituições”. Em direção semelhante, identificamos a investigação realizada por Jardim e Modena (2019), ao caracterizar a violência obstétrica a partir da produção acadêmica brasileira.

Consideramos que a violência obstétrica tem implicações ao serviço social, pois esse tipo de violência expressa uma questão social, atribuindo aos assistentes sociais o atendimento a gestantes direcionando a elas informações que necessitam durante seu período gestacional, ou seja, mostrar à gestante seus direitos. Assim, em consulta ao resumo das pesquisas identificadas, verificamos que poucas têm o serviço social como ponto de partida das suas discussões, o que demonstra a necessidade de mais investigações que instrumentalizem o assistente social sobre sua atuação perante a violência obstétrica em mulheres pretas.

No estudo realizado por Mittelbach e Albuquerque (2022, p. 1) é constata a seletividade na garantia de direitos por profissionais de saúde, visto que, os dados da pesquisa realizada pelos autores demonstra “[...] 86% das mulheres brancas puderam ter acompanhante de livre escolha [...] para o parto. Entre as negras entrevistadas, somente 33% obtiveram autorização para exercer este mesmo”. Os autores relatam que a justificativa dos serviços de saúde foram os protocolos de biossegurança em



razão da Covid-19, em referência aos dados que denunciam a existência do racismo obstétrico.

O termo racismo obstétrico também aparece na pesquisa de Tempesta e Eneile (2021) ao descreverem relatos de mulheres negras desde o encontro com médicos no período que estavam grávidas, durante o trabalho de parto e o parto. Também, Pena *et al.* (2020, p. 1) abordam o racismo obstétrico, ao apontarem que:

[...] violência obstétrica é caracterizada pela perda da autonomia pela parturiente em detrimento da apropriação do processo reprodutivo e do corpo feminino pelos profissionais da área da saúde. Além disso, mulheres pobres, negras, com baixa escolaridade, pouco colaborativas e sem acesso a assistência essencial de saúde como o pré-natal, estão mais expostas a essa violência.

Verificamos então, que a violência obstétrica tem maiores possibilidade de ocorrer com mulheres negras, assim também é descrito nos estudos de Oliveira (2019), Resende e França (2021), e Lima, Pimentel e Lyra (2021). Além disso, os autores relatam a necessidade de que todos os profissionais envolvidos com a saúde da mulher estejam atentos e conscientes sobre a violência obstétrica.

Por fim, a última das categorias que abordamos é sobre a violência obstétrica e as possibilidades de atuação, isto é, para além da denúncia, o que pode ser feito? As pesquisas de Assis (2018; 2021), Resende e França (2021) demonstram como a constituição de coletivos, e também, a conscientização de gestores, demais dirigentes de hospitais e serviços públicos é são ferramentas com implicações que reverberam na prática social.

CONCLUSÕES

Neste trabalho buscamos demonstrar nossas primeiras aproximações sobre o nosso objeto de investigação, violência obstétrica em mulheres pretas. Para isso, discorreremos sobre o levantamento bibliográfico feito no Periódicos da CAPES. Com isso, verificamos que violência obstétrica tem impactos significativos na sociedade, em especial a mulheres negras.

Consideramos que mediante informações proporcionadas por um assistente social, as mulheres podem se prevenir de qualquer risco que possam estar sujeitas a



correr, tendo assim, dimensão do quanto ela está sujeita à ser violada durante o período gestacional. Além disso, como podem ter seus direitos garantidos nesse período, evitando assim problemas durante e pós gestação.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, J. F. Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 19, n. 47, 2021.
- ASSIS, J. F. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 547-565, 2018.
- BARBOZA, L. P.; MOTA, A. Violência obstétrica: vivências de sofrimento entre gestantes do Brasil. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 5, n. 1, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.
- JARDIM, D. M. B.; MODENA, C. M. A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S. l.], v. 26, p. e 3069, 2019.
- LIMA, K. D.; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4909-4918, 2021.
- MACHADO, R. **Por que as mulheres negras têm mais risco de sofrer violência obstétrica?** Portal Drauzio Varella. 2021. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/mulher-2/obstetricia/por-que-as-mulheres-negras-tem-mais-risco-de-sofrer-violencia-obstetrica/> Acesso em: 11 out. 2022.
- MITTELBACH, J.; ALBUQUERQUE, G. S. C. A pandemia de Covid-19 como justificativa para ações discriminatórias: viés racial na seletividade do direito a acompanhante ao parto. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, 2022.
- OLIVEIRA, T. L. Mulheres Negras e Maternidade: um olhar sobre o ciclo gravídico-puerperal. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 4, p. 12-23, 2019.
- PENA, J. C. V. *et al.* Relação dos determinantes psicossociais com a prevalência da violência obstétrica. **Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**. Vol, v. 12, n. 2, p. 2, 2020.
- RESENDE, A. C. L. *et al.* Racismo e violência obstétrica: a proteção interseccional da mulher. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 8, n. 3, p. 37-54, 2021.
- TEMPESTA, Giovana Acacia; ENEILE, Morgana. Racismo obstétrico: a política racial da gravidez, do parto e do nascimento. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 12, n. 2, p. 751-778, 2021.



MÃES DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VAS: apontamentos de uma análise matricêntrica sobre a maternidade intensiva no tempo presente.

Nayara Augusto Felizardo (nayara.felizardo@escola.pr.gov.br).
(Resumo expandido).

Aluna especial de mestrado do Programa de Pós-graduação em História/UEM.
Membra do Grupo de Pesquisa de Gênero, Trabalho e Políticas Públicas/Unespar.

Temas Transversais

RESUMO: Para suprir as demandas de trabalho do mundo neoliberal no tempo presente, sobretudo após o ano de 1990, com a conciliação do trabalho não remunerado dentro do lar, do trabalho remunerado fora do lar e do trabalho de maternagem com os filhos, a mulher mãe se encontrou num sistema precarizado e exaustivo, o que Sharon Hays (1998) denominou de maternidade intensiva. Através de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, este trabalho tem por objetivo problematizar a maternidade intensiva e utilizar o feminismo matricêntrico, para trazer contribuições e soluções para a melhoria da qualidade de vida das mulheres mães. Isso inclui o entendimento de conceitos que norteiam esse feminismo, como maternidade patriarcal, síndrome da mulher elástico, maternidade feminista e empoderada.

Palavras-chave: Trabalho. Maternidade Intensiva. Feminismo Matricêntrico.

INTRODUÇÃO

Podemos dividir e caracterizar as lutas e ativismos feministas, no que Marsha Lear (1968) chamou de ondas feminista. A primeira onda foi marcada pelo movimento sufragista e pela luta por direitos civis, e pela entrada da mulher no mercado de trabalho. A segunda onda, caracterizada pela busca do direito pela liberdade de expressão, pela liberdade sexual feminina que culminou na conquista da pílula



anticoncepcional, e a terceira, a partir de 1980 abriu portas para os estudos de gênero, incluindo raça e classe, e também a consolidação da mulher no mercado de trabalho iniciado na primeira, fazendo com que as mulheres ocupem cada vez mais os lugares públicos, e que as profissões se tornem cada vez mais neutras. No que tange a maternidade, por mais que a mulher tenha ocupado os espaços públicos, os fatores primordiais como os cuidados e criação dos filhos ainda ficaram essencialmente a cargo das mães, situação que se encontrou presente em mulheres de várias classes sociais, mas sobretudo sacrificou as mais pobres, que necessitavam trabalhar fora de casa, gerando a demanda tripla para a mulher: o trabalho não remunerado no lar, o trabalho com os filhos e o trabalho remunerado fora do lar. A pesquisadora Sharon Hays (1998), através de pesquisas orais, encontra na maternidade um dispositivo para a dominação proletária, tendo como base a ideologia ou mística materna, que afirma que a mulher é feita para maternar, a utilizando como uma âncora para a manutenção da vida familiar e do capitalismo, sobretudo no tempo presente, a partir de 1990, gerando segundo Hays (1998) a maternidade intensiva. Através de uma análise bibliográfica, este trabalho possui como objetivos explicar a maternidade intensiva, e as soluções providas do feminismo matricêntrico apresentados pela professora canadense Andrea O'Reilly (2016), o que inclui o entendimento da diferenciação entre maternidade patriarcal e maternagem, e outros conceitos como síndrome da mãe elástico, maternidade feminista e empoderada.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi conduzido através de uma pesquisa bibliográfica, com a autora Andrea O'Reilly (2016), criadora do conceito de feminismo matricêntrico, um



feminismo essencialmente voltado para as mulheres mães, e também através das análises das pesquisas de história oral feitas pela autora e pesquisadora de estudos maternos Sharon Hays (1998). Para que os objetivos sejam atingidos, esta pesquisa também contou com análises qualitativas providas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), voltadas ao trabalho das mulheres, para observarmos a somatória de demandas da vida profissional, da maternagem, e da exaustão resultante da exigência do mercado de trabalho no neoliberalismo e do patriarcado no tempo presente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, realizada em 2019 através do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostrou que os afazeres domésticos domiciliares competem 78,6% para os homens e 92,1% para as mulheres, e a taxa de cuidados das pessoas dentro dos domicílios incluindo idosos e crianças competem 25,9% para os homens e 36,8% para as mulheres. O que comprova que apesar das mulheres trabalharem no espaço público remunerado, ela ainda é responsável pelo trabalho de casa e dos filhos.

Em sua estrutura, a maternidade intensiva é fruto do capitalismo. Sua história passa pela ascensão da mulher como mão de obra trabalhadora no processo de industrialização ocidental para a fixação do trabalho triplo, gerando uma dicotomia: por um lado há a culpabilização por deixar os filhos em creches ou cuidadores, e por outro, enfrentar esse sentimento, que Sharon Hays (1998), denomina de momismo, onde a maternidade intensificada é “o trabalho das mulheres em nome do filho sagrado”. Hays (1998), considera a maternidade um trabalho que não gera remuneração como o trabalho fora de casa, mas gera um lucro pessoal, ideia vinda do modelo cultural maternal esgotante, onde cuidar dos filhos integralmente



conciliando com os outros trabalhos, faz parte do próprio papel da mulher mãe. Para Andrea O'Reilly (2016), o primeiro passo para que essa estrutura mude é a conscientização da diferença entre maternidade patriarcal e maternagem. Ela busca esse conceito em Adrienne Rich maternidade patriarcal se firma no pretexto histórico e cultural que a mulher é feita para ser mãe, e possui todos os fatores psicológicos e biológicos para criar os filhos, já a maternagem é a capacidade de todos, sejam pais, professores, e redes de apoio, para cuidar das crianças. O'Reilly (2016) denomina de maternidade patriarcal, esta que limita a mulher mãe aos fatores biológicos, pois convém ao homem que ela cuide dos filhos e da casa, um trabalho invisível, que culmina no que Sharon Hays denomina de maternidade intensiva. Esse conceito inclui além do trabalho triplo, a culpabilização da mulher por não dar conta de todos os afazeres, incluindo a cobrança pelo tempo de qualidade com os filhos, fruto do neoliberalismo do tempo presente, sobretudo dos anos após 1990. Nesse sentido, O'Reilly (2016), enxerga a necessidade de um feminismo só para mães: o feminismo matricêntrico. O seu ativismo busca a união das mães na busca de políticas públicas contra a maternidade intensiva, e busca a consciência de que maternidade deve ser empoderada e feminista. A primeira entende que os filhos se beneficiam quando as mães praticam sua maternidade com autonomia, tempo de autocuidado, liberdade e autenticidade, já a segunda, entende que a maternidade deve ser política, lutar por direitos para as mães, recusando o perfil patriarcal de boa e má mãe, reivindicando o poder que foi tirado a mulher diante da história da maternidade, ou seja, a domesticação e o apagamento da mulher pelo fato biológico de parir.

CONCLUSÕES

No momento que a mulher conquista a sua participação no mercado de trabalho, sobretudo entre as proletárias, a maternidade intensiva vai sendo



arraigada, o que ocorre principalmente a partir de 1990 com o que Maria Helena Fernandes (2006) denomina de síndrome da mãe-elástico, um termo que resgata a falsa mística que a mulher é capaz de vários trabalhos ao mesmo tempo. Este estudo, através de uma análise bibliográfica e qualitativa, traz o feminismo matricêntrico como uma solução para as mães no tempo presente caracterizado pelo trabalho triplo do mundo neoliberal. Este feminismo através de seu ativismo que compõe a quarta onda feminista, conquistou leis por exemplo de 2003 a 2016 no Brasil, leis como lei a licença-maternidade e o salário maternidade a mães adotivas, lei para o reestabelecimento do salário maternidade pago pela própria empresa, a lei saúde maternidade, Programa Empresa Cidadã para mães, a licença-maternidade para microempreendedoras, a lei de proteção a licença maternidade para grávidas e a licença paternidade para forças armadas, entre outras, fazendo da maternidade cada vez mais empoderada, e cada vez menos patriarcal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Sophia Felizardo Bana, quem me fez mãe. Ao Professor Doutor Roger D. Colacios, pela disponibilidade de atenção ao meu objeto de estudo, e ao Laboratório do Tempo Presente da Universidade Estadual de Maringá. As Professoras Doutoras Maria Inez Marques e Isabela Candeloro Campoi, pelos debates e ensinamos dentro do Grupo de Pesquisa de Gênero, Trabalho e Políticas Públicas, da Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí.

REFERÊNCIAS

- O'REILLY, Andrea. **Feminismo matricêntrico: teoria, ativismo e prática**. Editora Deméter. Toronto. Canadá. 2016.
- HAYS, Sharon. **Contradições Culturais da Maternidade**. Editora Grypus. Rio de Janeiro. 1998.



HISTÓRIA DA VIOÊNCIA CONTRA AS MULHERES: HERANÇAS PARA ATUALIDADE.

Sarah Silva Campos,
sarahcampos2911@gmail.com,
Isabela Candeloro Campoi (Orientadora),
isabela.campoi@unespar.edu.br,
Profa. A Dra. Keila Pinna Valensuela (Orientadora),
keilapinna@hotmail.com,
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR
campus Paranavaí.

Eixo Temático: Temas Transversais

RESUMO: A pesquisa almeja verificar os aspectos sócio-culturais que contribuíram para a situação de degradação do status social das mulheres construída no decorrer da História. A interpretação do ser mulher no mundo ocidental cristão a partir da Era Moderna e a construção dos papéis de gênero no Ocidente terão o propósito de subsidiar a compreensão da violência contra as mulheres em sentido amplo, seja na área dos discursos (jurídico, religioso, político etc.), seja na restrita participação social das mulheres nas variadas instâncias das sociedades ocidentais cristãs, o que foi sendo estabelecido ao longo do tempo, culminando com os atuais altos índices de violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Patriarcado; Relações de Gênero; Violência.

INTRODUÇÃO

É imprescindível ressaltar que no processo de racionalização do mundo as mulheres sofreram as mais diversas sanções, como no período medieval, uma herança do início da Era Moderna por uma questão de gênero.



Segundo Federici (2017), as mulheres em todas as classes são oprimidas. A crescente comercialização da vida, reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e à renda. Foram excluídas da posse de terra principalmente quando solteiras e viúvas. Além do mais, as camponesas foram obrigadas a se mudar para a cidade, assumindo profissões que posteriormente seriam consideradas trabalhos masculinos, como: açougueiras, cervejeiras e comerciantes.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, valendo-se da produção de textos clássicos do século XIX, tais como os de autoria de Karl Marx (2006, originalmente 1846), além de publicações mais recentes, como o livro de Silvia Federici (2017). Tais exemplos serviram para iniciar a discussão, fortalecida por outros trabalhos alinhados com o tema da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É de extrema importância ressaltar a influência da Igreja Católica sobre o corpo, não só das mulheres, como também dos homens. A politização da sexualidade, para Federici (2017), faz uma relação do trabalho com a autonomia corporal, censurando o aborto e a homossexualidade, pelo fato de que iriam atrapalhar a formação de novos trabalhadores, causando problema de mão-de-obra. “Marx escreveu que o capital emerge sobre a face da terra ‘escorrendo sangue e sujeira dos pés à cabeça’ (MARX, 2006, p. 950), e com efeito, que olhamos para o começo do desenvolvimento capitalista, temos a impressão de estar num imenso campo de concentração”.

Com o crescimento do capitalismo, ocorre uma naturalização do trabalho reprodutivo, “a mulher foi feita para reproduzir” e este era o trabalho feminino,



desvalorizado. Os tipos de trabalho que as mulheres exerciam, passam a ser considerados masculino, logo, a mulher é privatizada. Além disso, a terra passou a ser um meio de acumulação e não de reprodução.

O interesse do controle do corpo feminino para o capital é o mesmo que o poder da reprodução, só assim é possível gerar futuros trabalhadores. Nessa série, é oportuno um exército de reserva para acumulação de lucros. Assim, a transcendência da Igreja Católica constranger certos valores, e condenar aqueles que vão contra os seus princípios. Sobretudo, é possível apresentar uma relação entre a Igreja e o Estado.

Pesquisar sobre a história das mulheres é encarar panoramas perturbadores: independente do recorte que se faça, geográfico, de classe social, etnia, geracional, a história das mulheres é comumente uma história de opressão, já que o gênero é a primeira instância de poder (SCOTT, 1995). Nas sociedades ocidentais é de praxe encontrar as mulheres ocupando patamares inferiores, não importa qual a instância de análise. Obviamente houve mulheres extraordinárias, alçadas pelos estudos históricos como excepcionais, o que foi muito importante para a valorização de suas ações e o empoderamento feminino.

CONCLUSÕES

Em suma, perceber a historicidade na determinação dos papéis de gênero, é interpretar a condição das mulheres de agora, herdeiras dessa historicidade; é assumir os conflitos advindos dessa mudança de paradigma e expressos nos tempos atuais. O protagonismo feminino nas transformações sociais, desde a maior inserção da mulher no mercado de trabalho até a conquista de políticas públicas, têm afirmado a capacidade das mulheres de lutar por uma vida melhor, enfrentando e modificando os sistemas de dominação social fundamentados na desigualdade de direitos entre



homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SCOTT, Joan W. Debates: Prefácio A gender and politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, 1994, p. 11-27.



A FALTA DE ACESSO À EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Michelle Caroline Bildhauer,
michelle.bildhauer@hotmail.com; Profa. Dra. Keila Pinna Valensuela
(Orientadora), keilapinna@hotmail.com; Universidade Estadual do Paraná,
UNESPAR Campus Paranavaí.

Temas Transversais

RESUMO: Para que a sociedade seja construída de forma plural e democrática, é preciso que se reconheça a educação e a diversidade sexual como um direito fundamental. A discussão sobre diversidade sexual assim como a repressão que a população LGBTQIA+ é naturalizado pela escola muitas das vezes acaba por gerar evasão escolar dificultando o acesso e permanência dessas minorias. Nesse sentido, esse estudo constitui-se como uma revisão bibliográfica de artigos e livros sobre o tema em questão, qualitativa e descritiva. Nesta discussão, acentuamos que mesmo com significativas mudanças na garantia de direitos da população LGBTQIA+, ainda se perpetua na sociedade o conservadorismo enraizado.

Palavras-chave: Evasão Escolar, Educação, Movimento LGBTQIA+

INTRODUÇÃO

Aos poucos a sociedade vem discutindo e questionando os valores, normas, conceitos e preconceitos relacionados à vivência da sexualidade humana, numa perspectiva de vislumbrar possibilidades de superação da igualdade de direitos. (CASALI; GONÇALVES, 2019).

Nesse cenário, as escolas e as universidades têm o papel fundamental de contribuir para o enfrentamento da violência contra o público LGBTQIA+ e na construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de pautas escolares pautadas pelo respeito e pela diversidade aos direitos humanos. O trabalho buscará problematizar o preconceito e a discriminação sofrida pela população LGBTQIA+ nas organizações de ensino e como e de que forma essas violências desrespeitam o



direito fundamental desses sujeitos de ter acesso e permanência no ensino regular e acadêmico.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado é o materialismo histórico dialético. Conforme Gil (2008), para este método, a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social. As causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios (PIRES, 1997).

O trabalho será desenvolvido através de materiais como livros e artigos, sendo, portanto, uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo “[...]a pesquisa qualitativa corresponde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2001, p.21). Esta pesquisa é classificada como pesquisa exploratória pois tem como “[...] finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O debate sobre diversidade sexual nos últimos tempos tem se expandido dentro da sociedade brasileira, tendo em vista a importância do tema dentro do sistema educacional uma vez que com a maior visibilidade das violências e discriminações em virtude da identidade de gênero e orientação sexual sofrida pela população LGBTQIA+ tem se problematizado como papel da educação como responsável no combate à violação de qualquer direito básico respeito, igualdade, cidadania e liberdade (CASALI; GONÇALVES, 2019).

A escola é um dos principais espaços de formação para o desenvolvimento do ser, para a cidadania e de socialização para crianças, adolescentes e jovens. Ela, no entanto, nem sempre foi capaz de lidar com a diferença, em particular as questões



ligadas à sexualidade e à orientação sexual. Vivemos em uma sociedade historicamente marcada pela privação e violação dos direitos da população LGBTQIA+ e isso traz sérias consequências a todas as estudantes prejudicando seu aprendizado e bem estar. Nesse sentido, a escola deixa de cumprir uma importante função social que é contribuir para o fortalecimento à diversidade, respeito e cidadania (CASALI; GONÇALVES, 2019).

A violência que os estudantes sofrem em razão das orientações sexuais e identidades de gênero diferente do mundo heteronormativo resultam em experiências traumáticas para os sujeitos e essas experiências traumáticas podem ser tão perversas que levam muitos ao abandono da escola aumentando os índices de evasão escolar. A homofobia é mais um termo presente nas várias formas de preconceito e é tão perverso quanto o racismo, o preconceito de classe entre outras. (SANTOS, 2016).

A violência na sociedade contemporânea é um desafio social a ser enfrentado devido à complexidade de tipos existentes e de suas inúmeras manifestações

Em consonância com os princípios citados, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), aprovado em 2006, estabelece a educação e a escola como espaços privilegiados para a promoção de uma nova cultura em direitos humanos, de modo a possibilitar que os avanços conquistados no plano normativo também se concretizem como orientações para valores e condutas dos cidadãos brasileiros. A escola, nesse sentido, teria o papel de desenvolver valores que promovam a dignidade da pessoa, garantindo o respeito ao aluno, aos professores e a toda a comunidade escolar, entendidos como sujeitos de direitos. (MOEHLECKE, 2011, p.16)

A escola faz parte da sociedade em que vivemos. E, portanto, nela existem todos os preconceitos e discriminação presentes nos outros lugares da sociedade. A diversidade sexual é um tema atual que necessita, de fato, de uma ampla discussão



nas escolas. Um exemplo de desrespeito a essa diversidade é a homofobia contra um aluno(a), que pode acarretar várias consequências como comprometer a inclusão educacional e a qualidade do ensino, refletir na relação docente/estudante, produzir desinteresse pela escola, dificultar a aprendizagem e conduzir à evasão e ao abandono escolar (REIS, 2018).

CONCLUSÕES

É importante que este tema esteja na escola desde a Educação Infantil até o ensino superior, passando pela formação essencial dos docentes e até pelos materiais educativos. Falar sobre gênero e sexualidade é parte da construção do respeito à diferença. Em resumo, a educação em direitos humanos vai além de uma aprendizagem de conteúdos. Inclui o desenvolvimento social e emocional de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Seu objetivo é desenvolver uma cultura em que os direitos humanos sejam conhecidos, praticados e vividos na comunidade escolar em interação com a comunidade. Uma escola assim orientada caracteriza-se pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade; almeja a igualdade de oportunidades, o sentido de pertencimento, a autonomia, a dignidade e a autoestima de todos os membros da comunidade escolar (UNESCO, 2005).

REFERÊNCIAS

CASAL, PEREIRA, J.; PERES GONÇALVES, J. **População LGBT em âmbito escolar: preconceitos e discriminações x direito à educação e cidadania. Goiânia**, v. 15, n. 1, p. 01–18. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/55095>. Acesso em: 11 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 06 ed. São Paulo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001



MOEHLECKE, Sabrina. **Impactos da violência na escola:** Um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação: Fiocruz, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Plano de ação:** Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH). Genebra, 2005.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico dialético e a Educação. Interface, Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

REIS, Juliana Fernandes Silva dos: **A importância das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar.** UFBA, 2018.

SANTOS, Maria Berenice Alves dos. **Impactos da Homofobia no Acesso e Permanência na Escola.** Belo Horizonte - BH: Universidade Federal De Minas Gerais – UFMG; Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, 2016.



ESTILO DE VIDA DE ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE DE PARANAÍ – CARACTERÍSTICAS EM ÉPOCA DE PANDEMIA

Eloíse da Silva Ferreira, elofereira@gmail.com;
(Resumo expandido/Fundação araucária)

Sérgio Roberto Adriano Prati, srap@bol.com.br,
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Grupo de Pesquisa PAFiDH

TEMAS TRANSVERSAIS

RESUMO:

Introdução: O estilo de vida (EV) é o modo ao qual o indivíduo se comporta e estabelece relações com o meio social. Com a pandemia da COVID19, os universitários mudaram seu padrão de vida costumeiro. **Objetivo:** Analisar o perfil do estilo de vida de estudantes universitários no período de pandemia da COVID19. **Metodologia:** A amostra foi composta por 218 universitários. Todos responderam via plataforma virtual (Google Forms) o questionário EV Fantástico. Quanto mais alto o escore mais saudável e seguro é o EV. **Resultados:** Foi verificado que o EV dos universitários, em média foi 64,8 ($\pm 11,6$) pts., sendo que houve diferença estatística ($P \leq 0,05$) quando comparados masculino ($66,7 \pm 11,9$ pts) e feminino ($64,1 \pm 11,7$ pts). O percentual de todos universitários apresenta 63,7%, sexo masculino 56,2% e no sexo feminino 66,8%, todos apresentaram EV considerado menos seguro e menos saudável (quando $EV < 70$ pts.). Também foi observada diferença significativa ($P < 0,05$) quando analisados as dimensões SS, TC, I e C entre os sexos. Por fim, observou -se que a prevalência (46 a %) de casos com maior risco a saúde e segurança estavam presentes nas dimensões AF, N, SS, TC e I, além disso percebeu -se importante parcela dos universitários usuários de TD (25%) e A (21%) na pandemia. **Conclusão:** O EV dos universitários durante a pandemia mostrou -se preocupante de forma geral, em especial nos aspectos da AF, N, SS, TC e I, além de proporção preocupante de usuários de substâncias nocivas. Percebeu -se também que as universitárias estavam com condições de maior risco à segurança e saúde em relação ao masculino.

Palavras-chave: Estilo de vida; Coronavírus; Comportamento de risco.



INTRODUÇÃO

O estilo de vida é o modo ao qual o indivíduo se comporta e estabelece relações com o meio social. Compreende aspectos de diferentes dimensões, sendo físico, social, mental entre outras especificidades (NAHAS, 2017; AÑEZ; REIS; PETROSKI, 2008). As mudanças no EV ocorrem à medida que os anos passam e as transformações sociais contribuem para a melhor ou pior adoção no modo de vida. A partir do ano de 2020, com a pandemia da COVID19, profundas mudanças ocorreram na forma com que as pessoas se relacionam, devido ao isolamento social, estudantes universitários passaram a conviver com ensino remoto, restrições de contato com outras pessoas, e, de certa forma mudando o padrão de vida costumeiro (HALEEM; JAVAID; VAISHYA, 2020). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar o perfil do estilo de vida de estudantes universitários no período de pandemia da COVID19.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo teve aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Paraná (CAAE 44914221.9.0000.9247, Parecer no. 4.640.672). Participaram do estudo 218 estudantes, de uma universidade pública do Paraná, sendo 64 do sexo masculino e 154 do sexo feminino. Todos responderam, via Plataforma *Google Forms*, o questionário Estilo de Vida Fantástico (EVF) (AÑEZ; REIS; PETROSKI, 2008) composto por 25 questões, sendo 23 questões com respostas que variam de 0 a 4 pontos (pts.) e 2 questões dicotômicas com os valores 0 e 4. Após o preenchimento somam-se os pontos podendo variar de 0 a 100pts. Quanto mais alto o escore mais saudável e seguro é o EV da pessoa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Estilo de vida (EV) de todos universitários, estratificados por sexo, resultados por dimensão do estilo de vida fantástico (EVF) durante pandemia COVID19. Valores em média, desvio padrão e % de casos inadequados (menos seguro e menos saudável). Nível de confiança de 95%*:

Domínios (Pts. IN)	TODOS UNIVERSITÁRIOS					
	TODOS (N=218)		MASCULINO (N=64)		FEMININO (N=154)	
	Média (DP)	% IN	% M (n=64)	%IN	%F (n=154)	%IN
PONTOS(<70 pts.)	64,8 (± 11,6)	63,7	66,7 (±11,9) *	56,2	64,1 (±11,7) *	66,8



FA (<6 pts.)	5,3(± 2,0)	47,7	5,2 (±1,9)	50,0	5,4 (±2,1)	46,7
AF (<6 pts.)	3,2 (± 2,5)	78,4	3,3 (±2,6)	76,5	3,2 (±2,4)	79,2
N (<9 pts.)	5,9 (± 2,7)	78,8	6,0 (±2,9)	78,1	5,9 (±2,6)	79,2
TD (<13 pts.)	13,3 (± 2,2)	25,2	13,2 (±2,1)	29,6	13,4 (±2,2)	23,3
AL (<10 pts.)	10,3 (± 2,1)	21,5	10,3 (±2,3)	21,8	10,3 (±2,0)	21,4
SS (<15 pts.)	13,3(± 3,2)	59,1	14,2 (±2,8) *	50,0	13,0 (±3,3) *	62,9
T (<6 pts.)	3,9 (± 1,9)	78,4	4,3 (±2,0) *	70,3	3,7 (±1,8) *	81,8
I (<9 pts.)	6,5 (± 2,7)	76,6	7,0 (±2,7) *	70,3	6,3 (±2,7) *	79,2
C (<3 pts.)	2,6 (± 1,1)	40,8	2,9 (±1,0) *	25,0	2,5 (±1,1) *	47,4

Legenda: Pts. IN (Pontos inadequados/menos seguro e saudável), FA (Família e amigos); AF (Atividade física); N (Nutrição); TD (Tabaco e drogas); AL (Álcool); SS (Sexo, comportamento preventivo e estresse); T (Tipo de personalidade); I (Introspecção); C (Carreira); DP (Desvio Padrão), % IN (Porcentagem de casos inadequados), M (Masculino), F (Feminino), *P≤0,05.

Segundo a tabela 1, em relação a pontuação geral do EV, os universitários apresentaram médias de 64,8pts. (± 11,6), sendo que 63,7% deles estavam com EV nos níveis menos seguros e menos saudáveis. Ao se comparar o EV entre os sexos, observou-se diferença estatística (P<0,05) entre masculino (66,7pts.± 11,9) e feminino (64,1pts.± 11,7), na qual em 56,2% e 66,8% respectivamente dos casos o EV estavam nos níveis menos seguros e saudáveis.

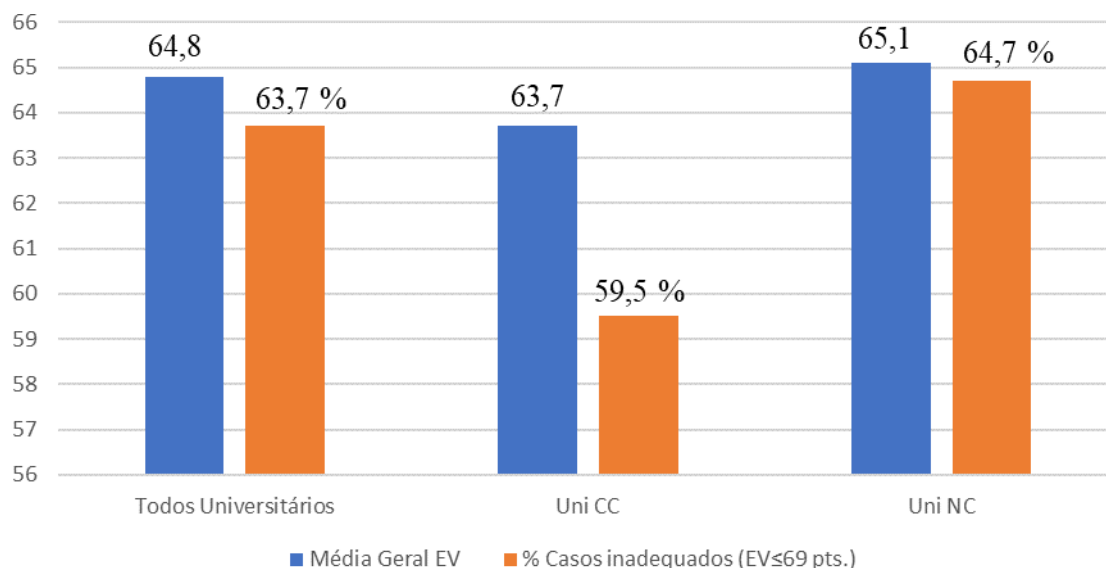


Figura 1- Estilo de vida (EV) de todos os universitários (Uni) que contraíram COVID -19 (CC) e que não contraíram (NC) durante período de pandemia. Valores em média de pontos (MP) e % de casos não seguros e não saudáveis do EV. Confiança de 95%*.

A figura 1 mostra a comparação entre universitários que alegaram terem contraído (CC) COVID19 em relação àqueles que disseram não terem contraído (NC).



Não houve diferença estatística ($P=0,48$) entre os grupos CC e NC, contudo ambos grupos obtiveram médias inferiores ao considerado mais seguro e saudável ($EVF \geq 70$ pts.), bem como elevada prevalência de casos inseridos no perfil menos seguro e saudável (CC=59,5%; NC=64,7%). Fato curioso é que os universitários que não contraíram (NC) a COVID19 apresentou prevalência maior de casos com EV menos seguro e saudável em relação aos CC, mesmo a média sendo maior em relação ao outro grupo analisado.

Segundo os resultados obtidos, o EV dos universitários não foi considerado seguro e saudável durante a pandemia, isso indica que a população de estudantes universitários tem um estilo de vida inadequado e com risco à saúde aumentado. Ao comparar o EV entre os sexos, o sexo feminino destacou -se com valores do EV com maior risco e menos saudáveis do que o masculino, e, uma curiosidade que pode estar associado ao fato de que as mulheres representaram maioria na comunidade universitária como citado em uma pesquisa realizada por Guimarães et al. (2017). Segundo os autores, que tinham como objetivo estimar a proporção de alcoolismo, tabagismo, sedentarismo entre universitários e fatores associados no Estado do Piauí (PI) universitários entre 18 anos ou mais identificaram comprometimento e maior risco à saúde dos universitários destacando-se que no sexo feminino a prevalência era maior.

Na comparação entre universitários que alegaram terem contraído (CC) COVID19 em relação àqueles que disseram não terem contraído (NC), não houve diferença estatística ($P=0,48$) entre os grupos, contudo ambos grupos obtiveram médias inferiores ao considerado mais seguro e saudável ($EVF \geq 70$ pts.). Em um estudo de Tacahashi et al. (2022) que tinha como objetivo analisar os impactos causados no estilo de vida de estudantes de Medicina e Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e verificar os efeitos do método de ensino-aprendizagem por atividades remotas, mostrou que a pandemia interferiu diretamente na rotinas dos estudantes, grande parte deles conseguiram manter hábitos alimentares, atividades físicas, condições emocionais estáveis e satisfatórias, mas se destacam com uma média considerável com o IMC em sobrepeso e obesidade. Ou seja, o isolamento social implicado pelo período mais agudo da pandemia deve ter contribuído para mudança na forma de vida dos universitários,



comprometendo aspectos relacionados à saúde e elevando riscos nessa população.

CONCLUSÕES

O EV dos universitários durante a pandemia mostrou -se preocupante de forma geral, em especial nos aspectos da atividade física, nutrição, segurança e estresse, tipo de comportamento e introspecção, além de proporção preocupante de usuários de substâncias nocivas. Percebeu -se também que as universitárias estavam com condições de maior risco à segurança e saúde em relação ao masculino.

Na comparação entre os universitários que contraíram e que não contraíram COVID-19, os resultados obtidos não apresentaram diferença estatística, mas ambos obtiveram médias inferiores ao considerado mais seguro e saudável. Dessa forma, os resultados mostraram que os universitários que não contraíram a COVID-19 apresentaram uma prevalência maior de casos com EV menos seguro e saudável em relação aos que contraíram.

REFERÊNCIAS

AÑEZ, C. R. R; REIS, R. S; PETROSKI, E. L. Versão Brasileira do Questionário “Estilo de Vida Fantástico”: Tradução e Validação para Adultos Jovens. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**. v. 91, n. 2, p. 102-109, 2008.

GUIMARÃES, M. R., BATISTA, A. M. D. O., SANTOS, I. M. D. S., VALE, M. D. P. S. S., MOURA, I. H. D., SILVA, A. R. V. D. Estilo de vida e fatores associados entre estudantes universitários. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 3228-3235, 2017.

HALEEM, A.; JAVAID, M.; VAISHYA, R. Effects of COVID 19 pandemic in daily life. **Current medicine research and practice**, v. 10, n. 2, p. 78, 2020.

NAHAS, M. V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida**. 7º Ed. Florianópolis: Ed. Do Autor, 2017.

TACAHASHI, D. S., RENA, L. M., BUENO, M. V. Avaliação do estilo de vida e o impacto da pandemia da COVID-19 em estudantes de medicina e enfermagem. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 22, n. 3, p. 125-129, 2020.



FAKE NEWS E SUAS IMPLICAÇÕES NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS A PARTIR DE UM CONTEXTO CONSERVADOR

Vitoria Eduarda Nunes, viedununes@gmail.com;
Profª Drª Keila Pinna Valensuela (Orientadora), keilapinna@hotmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR campus Paranavaí.

Temas Transversais

RESUMO: Estamos no século da desinformação, onde o acesso a conteúdo sem fundamento está democratizado nas redes, assim, qualquer pessoa tem fácil acesso a esse tipo de conteúdo falacioso. Fake News não se tratam apenas de informações pela metade ou mal apuradas, mas de informações falsas, intencionalmente divulgadas, para atingir interesses de indivíduos ou grupos. A expressão se refere, principalmente, aos relatos inventados ou alterados e difundidos com propósitos políticos. Por isso, o campo que possui maiores prejuízos com as Fake News está o das eleições, em que a consistente correlação entre essas notícias e a ascensão do movimento conservador de direita fica evidente. Com força maior nas eleições de 2018, o uso das Fake News revelou o impacto decisivo exercido por boatos na configuração da opinião pública e na percepção dos eleitores em relação aos candidatos e às suas respectivas propostas, e que se repete nas eleições de 2022 do país. Sob esta perspectiva, o resumo pretende apresentar o uso da desinformação nas campanhas presidenciais brasileiras de 2018, a partir de um contexto de conservadorismo e suas implicações nas atuais eleições.

Palavras-chave: Fake News, eleições brasileiras, conservadorismo.

INTRODUÇÃO

Fake News são informações falsas, intencionalmente divulgadas, para atingir interesses de indivíduos ou grupos e não se tratam apenas de informações pela metade ou mal apuradas. Nos últimos tempos, reservou-se e popularizou-se o termo Fake News para designar os relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados por pessoas interessadas nos efeitos que eles poderiam produzir. A expressão se refere, principalmente, aos relatos inventados ou alterados e difundidos com propósitos políticos.



Nathaniel Persily, professor de direito em Stanford afirma que:

A prevalência de histórias falsas on-line erige barreiras à tomada de decisões políticas esclarecidas e torna menos provável que os eleitores escolham com base em informações genuínas, em vez de mentiras ou “distorções” enganosas (PERSILY, 2017, p. 70).

Casos que antecederam as eleições de 2018, com interferências de mentiras e notícias inverídicas, foram representativos ao potencial que tem esse tipo de relato, que influencia a discussão e o discurso público, e serve como peças estratégicas para batalhas eleitorais.

Há uma consistente correlação entre as Fakes News e a ascensão do movimento conservador de direita, principalmente as ideias do político extremista de direita Jair Messias Bolsonaro, atual presidente, quando exatamente essa direita desqualifica todas as instituições para julgar o conhecimento socialmente aceito sobre fatos.

Com essas notícias há a contribuição para a danificação da democracia, se tratando de um problema político. Em 2018, o surgimento de Fake News sobre determinado assunto era precedido por disputas e tensões informativas, amparadas em distorções, em narrativas conspiratórias e em boatos sem fundamento sobre o tema retratado.

O resumo pretende apontar as possíveis implicações das Fake News nas eleições presidenciais brasileiras, em um contexto de conservadorismo e de ascensão da extrema direita no país.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, tendo como ponto de partida a indagação de como as notícias falsas têm tomado espaço em nosso meio e consequentemente, as eleições no país. Em um segundo momento, a seleção dos artigos que abrangem o tema Fake News nas eleições. Os estudos teóricos analisados contribuíram para embasar os estudos e discussões sobre as implicações das Fake



News nas eleições presidenciais brasileiras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 02 de outubro de 2022 ocorre as eleições presidenciais brasileiras em um contexto de presença de Fake News (notícias falsas) que vem crescendo desde 2014 e que ganha força nas eleições presidenciais de 2018. O debate se volta às implicações dessas notícias inverídicas e falaciosas nas eleições atuais. O Brasil fornece o cenário perfeito para que a guerra informativa tome conta do debate político, pela forte polarização ideológica.

As Fake News são uma forma de ter autoridade na formação da opinião pública e tem um impacto profundo no governo democrático em particular. Os governos autoritários governados pelo voto são diversos e existem como uma nova forma de autoritarismo e uma nova ferramenta política.

Uma das estratégias nessas eleições pelos seus candidatos é investir em postagens impulsionadas em redes sociais, usando-as para tornar o discurso o mais atraente possível para cada público. Isso permite que os candidatos consigam dizer para determinado público exatamente o que ele quiser ouvir, e as Fake News, que são sintomas da polarização política do país, servirão de ferramentas para essa estratégia política.

A atuação das mídias, da Justiça Eleitoral e de instituições contra essas notícias falaciosas podem ser usadas como arma de guerra ideológica do país, e serem noticiadas como censura. Seu principal aspecto é que além de se tornar simplesmente um governo autoritário, pode também estabelecer uma imagem democrática e manter um grau considerável de reconhecimento público, ou seja, pode manipular as opiniões do povo por meio da mídia.

CONCLUSÕES

As consequências das Fake News têm níveis alarmantes e influenciam os



mais diversos campos, sejam eles sociais, econômicos, políticos, pessoais, psicológicos e demais áreas de nossas vidas. As implicações nas eleições atuais e posteriores se tornam a pior possível.

O resultado da propagação de Fake News prevê uma sociedade sem pensamento crítico, propensa a acreditar cegamente em figuras de autoridade, especialmente as religiosas e políticas. Ou seja, o resultado se torna uma ameaça à democracia conquistada através de muita luta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raquel de Q..Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. **Cienc. Cult.** [online]. 2018, vol.70, n.2, pp.9-12. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000200004&Ing=en&nrm=iso. Acesso em 03 de outubro de 2022.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

PABLO, Ortellado: Brasil esteve na 'vanguarda' das fake news. **Veja**. São Paulo, 11 de mai. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tveja/em-pauta/pablo-ortellado-brasil-esteve-navanguarda-das-fake-news/> Acesso em: 8 de out. 2018.